

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima



Balanço Ético Global

RELATÓRIO GLOBAL

Balanço Ético Global

RELATÓRIO GLOBAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente: Geraldo Alckmin

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Assessor-Chefe: Celso Amorim

Assessor-Chefe Adjunto: Audo Araujo Faleiro

Assessora Especial: Tatiana Berringer

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

Ministra: Marina Silva

SECRETARIA-EXECUTIVA

Secretário-Executivo: João Paulo Ribeiro Capobianco

GABINETE DA MINISTRA

Chefe de Gabinete: Daniel Pinheiro Viegas

ASSESSORIA

Assessora Especial: Andréa Arean Oncala

Assessora Especial: Jane Maria Vilas Bôas

ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Chefe: Rafael Jacques Rodrigues

ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Chefe: Fábio Toreta

SECRETARIA NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA

Secretário: Aloisio Lopes

DIRETORIA POLÍTICAS DE MITIGAÇÃO E INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Diretora: Lidiane Melo

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ministro: Márcio Macêdo

SECRETARIA-EXECUTIVA

Secretária-Executiva: Kelli Cristine de Oliveira Mafort

ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Chefe: Gustavo Westmann

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro: Mauro Vieira

SECRETARIA GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretária-Geral: Maria Laura da Rocha

Embaixador do Brasil no Reino Unido: Antonio Patriota

Embaixador do Brasil na Colômbia: Paulo Estivallet de Mesquita

Embaixador do Brasil na Índia: Kenneth H. da Nóbrega

Embaixador do Brasil na Etiópia: Jandyr Ferreira dos Santos

Embaixador do Brasil na Austrália: Fred Arruda

Embaixador da Missão ONU: Sérgio França Danese

PRESIDÊNCIA DA COP30

Presidente: André Corrêa do Lago

DIRETORIA-EXECUTIVA

Diretora-Executiva: Ana Toni

Diretora de Programas: Alice de Moraes Amorim Vogas

Balanço Ético Global

RELATÓRIO GLOBAL

Coordenação da produção técnica:

Andréa Arean Oncala
Eduardo Carvalho

Redação:

Kai Uwe Barani Schmidt
Maiara Folly
Mariana Rondon
Naira Hofmeister de Araujo
Nicholas Harrison
Pernille Madsen

Revisão de texto:

Alice de Moraes Amorim Vogas
Aloisio Lopes Mello
Analyia Uriarte
Andréa Arean Oncala
Camila Bereohff Pasetto Bastos
Carrick Reddin
Clara Chavez-Ives
Claudia Andrea Faria
Débora Peterson
Diego Zurita
Dorcas Karanja
Fábio Toreta
Flávia Bellaguarda
Heloisa Pereira
Herman James
Jane Maria Vilas Bôas
Kiri Hanks
Maggie Greenfield
Mahendra Kumar

Marcelo Mena
Maura Machado Silva
Micaela Machado Valentim
Million Belay
Natasha Elkington
Neoka Naidoo
Pedro Mariano Martins Pontes
Rafael Jacques Rodrigues
Rosie Semlyen
Samira Siddique
Samuel Allen Thomas
Vinicius Carvalho

Diagramação e design:

Felipe Lobo
Fernanda Biaso
Patrícia De Michelis

Fotografias:

Ana Lucia Patti Vitiello
Deepak Kapoor
Diogo Zacarias
Eduardo Carvalho
Felipe Ortiz
Fernando Ferreira do Nascimento
Isabela Castilho
Rafa Neddermeyer
Rogério Cassimiro
Ron Hester
Saleem Vaillancourt
Sam Tilahun

Esta publicação foi elaborada no âmbito de uma iniciativa conjunta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Secretário-Geral das Nações Unidas, Antônio Guterres, com apoio da Presidência da COP30, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. A revisão e consolidação dos textos foram conduzidas de forma colaborativa entre o MMA, a Presidência da COP30 e as representações dos co-líderes regionais do Balanço Ético Global.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

B823b Brasil. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.
Balanço ético global [recurso eletrônico] : relatório global. – Brasília,
DF : MMA, 2025.
188 p. : il. color.

Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-85-7738-521-8 (on-line)

1. Mudanças climáticas. 2. Governança global. 3. Adaptação climática. 5.
Justiça socioambiental I. Título.

CDU 504.7

Lista de Siglas

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AFPAT	Association des Femmes Peules et Peuples Autochtones du Tchad (Associação de Mulheres Peul e Povos Autóctones do Chade)
AFSA	Alliance for Food Sovereignty Africa (Aliança pela Soberania Alimentar na África)
BEG	Balanço Ético Global
CBDR-RC	Common But Differentiated Responsibilities and Respective Capabilities (Responsabilidades Comuns porém Diferenciadas e Capacidades Respectivas)
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEEW	Council on Energy, Environment and Water (Conselho sobre Energia, Meio Ambiente e Água)
CIJ	Corte Internacional de Justiça
CLPI	Consentimento Livre, Prévio e Informado
CMA	Conferência das Partes atuando como Reunião das Partes do Acordo de Paris
CNIJMA	Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente
COICA	Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica
COP	Conferência das Partes
COP21	21ª Conferência das Partes (Paris, 2015)
COP28	28ª Conferência das Partes (Dubai, 2023)
COP30	30ª Conferência das Partes (Belém, 2025)
FAO	Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)
FFNPT	Fossil Fuel Non-Proliferation Treaty (Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis)
GGA	Global Goal on Adaptation (Meta Global de Adaptação)
GST	Global Stocktake (Balanço Global)
IDMC	Internal Displacement Monitoring Centre (Centro de Monitoramento de Deslocamentos Internos)
IPBES	Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services (Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos)
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima)
LCIPP	Local Communities and Indigenous Peoples Platform (Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas)
MF	Ministério da Fazenda do Brasil
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil
MRE	Ministério das Relações Exteriores do Brasil
NAPs	National Adaptation Plans (Planos Nacionais de Adaptação)
NCQG	New Collective Quantified Goal (Nova Meta Quantificada Coletiva de Financiamento Climático)
NDCs	Nationally Determined Contributions (Contribuições Nacionalmente Determinadas)
ODSs	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UNCCD	United Nations Convention to Combat Desertification (Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação)
UNDRIP	United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples (Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas)
UNFCCC	United Nations Framework Convention on Climate Change (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima)

Sumário

10 Introdução

BALANÇO ÉTICO GLOBAL:

Lições de Seis Regiões para a COP30

- 25** Adaptação Climática
- 29** Implementação do primeiro Balanço Global do Acordo de Paris
- 38** Transição Justa
- 44** Meios de Implementação: Financiamento, Tecnologia e Capacitação
- 51** Agenda de Sinergias entre Clima, Biodiversidade e Desertificação e o papel dos Povos Indígenas e Comunidades Locais
- 64** Cultura Artística e Ação Climática: Histórias, Memória e Significado
- 73** Das Comunidades à COP30: Os Diálogos Autogestionados do Balanço Ético Global

REFLEXÕES GLOBAIS FINAIS:

- 78** Uma bússola ética das seis regiões

CONTEXTUALIZANDO O BALANÇO ÉTICO GLOBAL

- 82** A Dimensão Regional

EDIÇÃO EUROPA

102 1º Diálogo define parâmetros

112 Das palavras à ação

EDIÇÃO AMÉRICA DO SUL, AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

116 Todas as vozes em uma só voz

126 Um roteiro para a próxima década

EDIÇÃO ÁSIA

130 Dilemas do desenvolvimento

140 Caminho para a ação climática

EDIÇÃO ÁFRICA

144 Um mandato por justiça e autodeterminação

154 Direitos de todos

EDIÇÃO OCEANIA

158 Freio ao aquecimento global

168 Para não submergirmos

EDIÇÃO AMÉRICA DO NORTE

172 COP da ética e da justiça climática

185 Ações urgentes



INTRODUÇÃO

A crise climática expõe dilemas éticos profundos, bem como perturbadoras interpelações morais. Dentre essas interpelações e dilemas podemos citar a evidente contradição do presente, no fato que, mesmo em plena situação de emergência climática, cujos danos dessa já são drasticamente sentidos em todas as regiões do planeta – sobretudo por pessoas e regiões em situação de vulnerabilidade – continuamos, a cada ano, destinando trilhões de dólares para conflitos armados que destroem vidas e ecossistemas. Outro exemplo é o investimento de 4 a 6 trilhões de dólares em fontes fósseis de geração de energia, enquanto as obrigações de financiamento climático permanecem descumpridas.

Em paralelo, a desinformação e o negacionismo climático continuam a distorcer o debate público e a tomada de decisões, mesmo diante de evidências científicas contundentes. Aqueles que menos contribuíram para a crise climática são frequentemente os que sofrem as suas consequências mais graves, apesar de viverem em regiões ricas em minerais críticos e outros recursos naturais. Os governos, por sua vez, continuam a firmar compromissos climáticos sem a intenção ou a coragem ética de cumpri-los.

O que bloqueia os avanços não é a ausência de soluções, mas a distância entre o conhecimento e soluções disponíveis e a vontade política ou institucional de implementá-las. Esse descompasso moral – entre promessas e ações, riqueza e desigualdade, recursos e escassez – revela que a emergência climática não é apenas um desafio técnico ou tecnológico, mas, fundamentalmente, uma crise de valores e de responsabilidade ética. Nas palavras da Ministra Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, idealizadora do Balanço Ético Global, *“se não for enfrentado, esse abismo moral corre o risco de provocar não apenas pontos de não retorno planetários e ecossistêmicos, mas também o ponto de não retorno do próprio sistema multilateral climático”*. À medida que as implicações de nossa resposta coletiva insuficiente à mudança do clima se tornam cada vez mais evidentes em todo o planeta, em um nível humano mais profundo isso nos confronta com questões éticas sobre o que agora consideramos aceitável. Questões como: quando e como enfrentar a mudança do clima e seus impactos? Como distribuir os ônus e benefícios da ação ou da inação? Como equilibrar custos de curto prazo em relação a benefícios de longo prazo? Ou ainda, como integrar de forma justa e equitativa as necessidades de diferentes grupos e espécies, hoje e no futuro?



**Círculo de Líderes da COP30**

A ética fornece um arcabouço fundamental que molda nossas decisões individuais e políticas, orientando-nos para escolhas que melhor refletem nossos valores. Muitas vezes, porém, tomar decisões e orientar ações tendo como base crivos éticos acaba por criar incômodos políticos, econômicos e sociais; acaba por fazer com que essa importante base de sustentação do processo de tomada de decisão seja negligenciada ou posta de lado. A consequência de tudo isso é a manutenção do ciclo vicioso de recorrermos passivamente à estagnante repetição de posições convencionais e arraigadas, sem perceber que já não atendem plenamente às necessidades de mudanças impostas pela realidade. Diante de circunstâncias novas, incertas e complexas – como as que enfrentamos hoje com a mudança do clima – tais posições podem nos impedir de tomar decisões adequadas e no tempo certo, a fim de evitar o pior da catástrofe climática fartamente anunciada.

Fazer uma reflexão nova sobre nossas próprias escolhas éticas e as de outros indivíduos e segmentos pode ajudar a trazer clareza sobre como sermos mais justos em nossas escolhas e mais efetivos em nossas ações. Esse entendimento pode inspirar caminhos mutuamente aceitáveis e catalisar apoio a decisões e ações mais duradouras e transformadoras, ao incorporar melhor a diversidade de prioridades éticas. Talvez assim,

como nas palavras do indígena brasileiro Ailton Krenak, possamos ter mais e melhores *“ideias para adiar o fim do mundo”*.

Inspirada na reunião de Líderes Morais que antecedeu o Acordo de Paris, firmado na COP21, e no Balanço Global, estabelecido no Acordo de Paris como instrumento de avaliação periódica do cumprimento das metas climáticas globais, e diante da insuficiência de progressos, constatada na primeira avaliação apresentada na COP28 em Dubai, uma articulação para fazer um balanço sob a perspectiva da ética começou a ser gestada em conversas entre a Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, Marina Silva, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Secretário-Geral das Nações Unidas, Antônio Guterres, por volta de setembro de 2024. A gravidade da emergência e a potência da ideia fez com que o processo corresse rápido e, em abril de 2025, foi instituído, dentre os Círculos de apoio à Presidência da COP30, o Círculo do Balanço Ético Global (BEG) sob a liderança do Secretário-Geral da ONU, Antônio Guterres e Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e coordenação executiva da Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, Marina Silva e Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira. Assim, o BEG complementa as avaliações técnicas com reflexões sobre as dimensões éticas das negociações, com o objetivo de alcançar o propósito e as metas de longo prazo do Acordo de Paris, mantendo vivo o propósito de limitar o aquecimento médio do planeta a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais.

Em sua essência, o Balanço Ético Global visa ser uma bússola para ajudar a orientar a humanidade na direção das mudanças exigidas pela crise climática, partindo do entendimento de que o caminho do atual modelo de desenvolvimento para sustentabilidade deve ser guiado pelo mais elevado senso de urgência, e por justiça, cooperação e solidariedade entre pessoas, países e regiões. Além desses princípios e valores, em meio a contexto geopolítico tão desafiador, ressalta-se a estratégica e inegável importância do papel a ser desempenhado pelo multilateralismo – um princípio ético inegociável que constitui a base para o estabelecimento de consensos e para a tomada de decisões coletivas urgentes. A cooperação multilateral ajudou a reduzir as projeções de aquecimento dos cenários mais extremos – acima de 4°C – e a tirar a mudança do clima da periferia da política global, colocando-a no centro da agenda internacional. No entanto, o mundo continua desalinhado com a meta de 1,5°C, incisivamente recomendada pela ciência. A COP30 é o momento da inflexão.

Para ajudar a enraizar esses princípios nas dinâmicas e no processo da COP30, é que a Presidência brasileira do encontro incluiu o Balanço Ético Global como um de seus quatro Círculos de Liderança, juntamente com o Círculo de Ministros das Finanças, o Círculo dos Povos e o Círculo dos ex-Presidentes das COPs.



Círculos de liderança da COP30

CÍRCULO DE PRESIDENTES

Membros:

Ex-presidentes de COPs desde a COP21, em Paris, em 2015

Objetivo:

Acelerar a implementação do Acordo de Paris e fortalecer o multilateralismo e a governança climática global

Liderança:

Laurent Fabius, ministro das Relações Exteriores da França (2012-2016)

CÍRCULO DE MINISTROS DAS FINANÇAS

Membros:

Ministros das Finanças de países que sediaram COPs + ministros das Finanças do G20

Objetivo:

Fornecer subsídios para o “Mapa do Caminho de Baku a Belém para 1,3 trilhão de dólares”

Liderança:

Fernando Haddad, Ministro da Fazenda do Brasil

CÍRCULO DOS POVOS

Membros:

Comunidades indígenas, afrodescendentes, povos e comunidades tradicionais, e agricultura familiar

Objetivo:

Ouvir as demandas e contribuições dos povos indígenas, comunidades tradicionais e afrodescendentes

Liderança:

Sonia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas do Brasil

CÍRCULO DO BALANÇO ÉTICO GLOBAL

Membros:

Líderes religiosos, artistas, comunidades locais e tradicionais, jovens, cientistas, empresários, mulheres, ativistas e formuladores de políticas

Objetivo:

Apelo global para ação climática com base na ética, diversidade cultural e ciência

Liderança:

Secretário-Geral da ONU, António Guterres, Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva

Coordenação Executiva:
Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, Marina Silva,
Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira

A iniciativa baseia-se nas evidências científicas mais recentes e robustas juntamente com os conhecimentos e experiências dos povos indígenas, comunidades locais e tradicionais, afrodescendentes, jovens, lideranças culturais e religiosas, mulheres, ativistas, artistas, academia, empreendedores e tomadores de decisão. Nas seis regiões em que foi realizado, contou com o suporte de uma liderança regional, na posição de co-líder. A decisão do Presidente Lula e do Secretário-Geral António Guterres, de compartilhar a realização do BEG com pessoas de reconhecido legado nas suas áreas de atuação e liderança, com alto poder de convocação, gerou valiosos ganhos, no que concerne tanto à qualidade dos resultados alcançados, quanto à celeridade com que aconteceram os seis Diálogos.



CO-LÍDERES DOS DIÁLOGOS REGIONAIS DO BALANÇO ÉTICO GLOBAL

Região	País e cidade do Diálogo	Data	Co-líder
Europa	Londres, Reino Unido	24 de junho de 2025	Mary Robinson, Ex-Presidente da Irlanda
América do Sul, América Central e Caribe	Bogotá, Colômbia	21 de agosto de 2025	Michelle Bachelet, Ex-Presidente do Chile
Ásia	Nova Délhi, Índia	1 de setembro de 2025	Kailash Satyarthi, Prêmio Nobel da Paz
África	Adis Abeba, Etiópia	5 de setembro de 2025	Wanjira Mathai, Diretora Regional para a África do World Resources Institute
Oceania	Sydney, Austrália	15 de setembro de 2025	Anote Tong, Ex-Presidente de Kiribati
América do Norte	Nova Iorque, Estados Unidos	19 de setembro de 2025	Karena Gore, Fundadora e Diretora-Executiva do Centro de Ética da Terra





Cada Diálogo foi concebido como um espaço aberto de profunda escuta e confiança mútua — distanciando-se de formatos confrontacionais para favorecer a criação conjunta, a empatia e o respeito recíproco. Reconhecendo a cultura artística como central às reflexões éticas, os participantes contribuíram não apenas por meio de intervenções técnicas e científicas, mas também com testemunhos, ensaios, poesias, músicas e artes visuais, que serão exibidos em um espaço próprio na Zona Azul da COP30, em Belém, no estado do Pará.

Os bens culturais — histórias, rituais, expressões artísticas e saberes ancestrais — não ficaram à margem, mas no centro do debate, abrindo caminhos para a conexão e a compreensão entre diferentes. Eles ajudaram a ancorar os Diálogos na experiência concreta, permitindo aos participantes irem além do abstrato em direção a um engajamento relacional e transformador.

Em cada Diálogo Regional, os participantes foram convidados a responder a cinco perguntas orientadoras que abordavam os seguintes eixos temáticos:

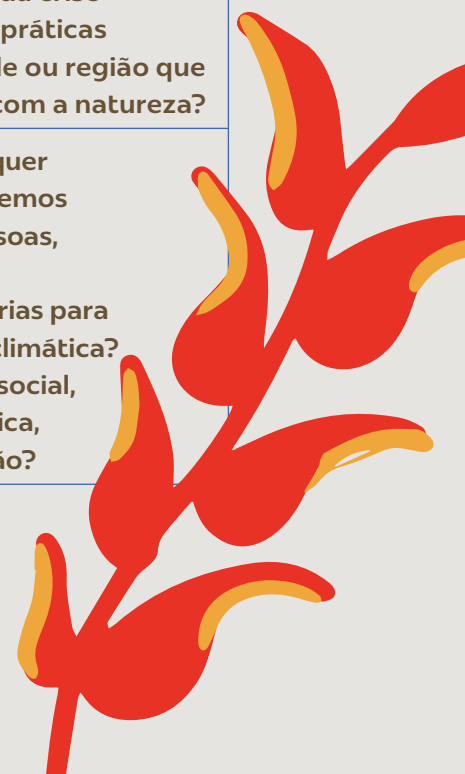
- 1.** Negacionismo climático e desinformação
- 2.** Modelos de produção e consumo e transição justa
- 3.** Financiamento climático
- 4.** Cultura, Espiritualidade e Natureza
- 5.** Mobilização para a mudança sustentável

Os participantes dos Diálogos Regionais foram incentivados a conectar suas respostas às agendas de negociação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), com o objetivo de produzir recomendações concretas para os negociadores da COP30.

Perguntas Orientadoras para os Diálogos Regionais do Balanço Ético Global ¹

1	Negacionismo climático e desinformação	Dado o consenso de que a ciência deve prevalecer sobre a desinformação na condução da transição ecológica e na definição das metas climáticas, seja com base em postulados denotativos de certo/errado, seja a partir das raízes ancestrais do conhecimento narrativo, por que o negacionismo climático continua prevalecendo em decisões públicas e privadas, mesmo quando milhões de vidas estão em risco ou já foram perdidas?
2	Modelos de produção e consumo e transição justa	Considerando que os atuais padrões de produção e consumo não estão alinhados à Missão 1,5°C, nem sustentam uma transição justa, planejada e inclusiva, por que continuamos a reproduzir modelos insustentáveis diante das evidências de que são os mais vulnerabilizados que pagam o preço desse modelo com suas vidas? O que precisamos fazer para criar um ciclo de prosperidade, mais adaptado às condições e mais sinérgico e ético em relação aos diversos modos de vida?
3	Financiamento climático	Para garantir o cumprimento dos acordos climáticos e da Missão 1,5°C, devemos superar a dependência dos combustíveis fósseis e do desmatamento. Como podemos incentivar as nações ricas, que são grandes produtoras e consumidoras de combustíveis fósseis, a acelerar essa transição, descomissionando ativos, redirecionando investimentos para energias renováveis, diversificando as fontes de energia e adotando outras medidas?
4	Cultura, Espiritualidade e Natureza	Considerando que a cultura e a espiritualidade podem ser aliadas poderosas no enfrentamento da crise climática, existem tradições, histórias ou práticas culturais ou espirituais de sua comunidade ou região que nos ensinam a viver em maior harmonia com a natureza?
5	Mobilização para a mudança sustentável	Reconhecendo que a mudança efetiva requer participação coletiva e diversa, como podemos mobilizar o maior número possível de pessoas, líderes, empresas e nações a abraçar as transformações éticas e culturais necessárias para uma transição justa no contexto da crise climática? Quais ideais, sob as perspectivas política, social, cultural, espiritual, filosófica, estética e ética, ajudariam melhor a viabilizar essa transição?

¹ Na África, as perguntas orientadoras foram adaptadas para refletir as especificidades socioeconômicas, políticas e ambientais do continente.



Tão logo começou a divulgação do Balanço Ético Global, manifestou-se grande interesse de participação de grupos, setores e comunidades. Assim, foi instituída a modalidade de Diálogos Autogestionados do Balanço Ético Global, convivendo com os Diálogos Regionais, porém promovidos de forma independente pela sociedade civil, segmentos religiosos e culturais, jovens, artistas, governos subnacionais, empresários, povos indígenas e outros atores em todo o mundo, enraizando o processo nas realidades locais e garantindo a inclusão de vozes e sistemas de conhecimento diversos.

Este relatório resume as principais contribuições do Balanço Ético Global para consideração no processo de tomada de decisões e posterior transmissão a chefes de Estado e negociadores na preparação para a COP30.²

O documento está estruturado da seguinte forma: em primeiro lugar, apresenta uma análise global desenvolvida a partir das contribuições dos seis Diálogos Regionais, sintetizando os principais aprendizados e recomendações para orientar as negociações em seis áreas prioritárias: (i) Adaptação; (ii) Implementação do primeiro Balanço Global do Acordo de Paris, em especial os compromissos de transição para longe dos combustíveis fósseis de maneira justa, ordenada e equitativa de modo a alcançar a neutralidade de carbono até 2050, triplicar a capacidade de energias renováveis, dobrar a eficiência energética até 2030, e deter e reverter o desmatamento e a degradação florestal até 2030; (iii) Transição Justa; (iv) Meios de Implementação, incluindo financiamento, tecnologia e capacitação; (v) Sinergias entre Clima, Biodiversidade e Desertificação e o papel dos Povos Indígenas e Comunidades Locais; (vi) Cultura e Ação Climática". Além disso, o relatório inclui uma seção sobre os Diálogos Autogestionados do BEG, com as questões de gênero e as perspectivas de pessoas afrodescendentes e de jovens incorporadas de forma transversal em todos os temas.

Em seguida, o relatório oferece uma contextualização regional abrangente, situando os Diálogos em seus contextos políticos, sociais e ambientais mais amplos. Na sequência, apresenta as principais lições e recomendações específicas de cada uma das seis regiões: Europa; África; Ásia; Oceania; América do Norte; e América do Sul, América Central e Caribe.

Este relatório tem como objetivo contribuir para consolidar a COP30 como a COP da Implementação, agregando elementos resolutivos estratégicos que antes não eram assim destacados e impulsionando um mutirão global para garantir a efetiva implementação da "Decisão 1/CMA.5 - Resultado do Primeiro Balanço Global" do Acordo de Paris e o alinhamento com a meta de 1,5°C. Ao mesmo tempo, o documento responde ao chamado do Presidente do Brasil para que a COP30 seja a COP da Verdade, um momento de reconhecer compromissos não cumpridos e confrontar contradições éticas decisivas para

² Este relatório não representa uma posição oficial da Presidência da COP30. Trata-se de uma síntese e análise independente das contribuições e dos insumos compartilhados pelos participantes nos seis Diálogos Regionais do BEG. O conteúdo não foi formalmente validado pelos participantes.

o enfrentamento da crise climática. Os resultados do Balanço Ético Global serão levados a Belém, no coração da Amazônia — uma região frequentemente mencionada nos debates globais, mas pouco conhecida por muitos daqueles que tomam decisões — como um lembrete de que a ação climática ética deve ser justa, centrada nas relações sustentáveis das pessoas consigo mesmas, uma com as outras, com a sociedade e com a natureza.

Dez anos após o Acordo de Paris — negociado no Hemisfério Norte, onde a “Estrela do Norte” frequentemente simboliza o caminho a ser seguido — a COP30 carrega a responsabilidade de projetar uma visão para a próxima década de ação climática. Com a quarta COP consecutiva realizada no Sul Global, a Presidência brasileira nos convida a sermos também guiados, desta vez, pela constelação do “Cruzeiro do Sul”. Este emblema reflete tanto a aspiração quanto o papel do Balanço Ético Global: usar a ética como guia e lente para instigar a coragem e a determinação política de traduzir compromissos em ação, tendo a cooperação multilateral e a solidariedade como instrumento e princípio indispensáveis para enfrentar a crise climática de forma justa, equitativa e inclusiva.

Diante da lacuna, no efetivo cumprimento dos compromissos já assumidos, o BEG convoca um esforço coletivo global e coordenado — um mutirão, termo brasileiro de origem indígena que simboliza essa lógica cooperativa — para promover uma transição justa, equitativa, planejada e ordenada para o fim dos combustíveis fósseis e do desmatamento, em conformidade com o acordado no Balanço Global (Global Stocktake – GST) em Dubai. Tal caminho é apresentado como uma prescrição técnica e também como uma orientação ética: planejar e mobilizar recursos na escala de, pelo menos, 1,3 trilhão de dólares por ano para a transição é, em si, uma responsabilidade moral, necessária para evitar consequências abruptas, injustas e prejudiciais para pessoas, comunidades e sociedades, especialmente as mais indefesas. Ancorar esse esforço no princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas, e capacidades respectivas (CBDR-RC, na sigla em inglês), é essencial. Embora a mudança do clima seja um problema global que exige esforço coletivo, as responsabilidades e as capacidades para o seu enfrentamento são distintas e devem ser reconhecidas na forma como as transições são planejadas e implementadas. Garantir equidade é um imperativo ético que também significa recorrer a diversas fontes de conhecimento — não apenas à ciência moderna, mas às ciências, no plural, incluindo os sistemas de conhecimentos ancestrais e indígenas.

Para traduzir essas reflexões em medidas concretas, os Diálogos do Balanço Ético Global resultaram em um conjunto de recomendações prioritárias para os negociadores da COP30. A tabela abaixo apresenta uma síntese dessas recomendações, que são detalhadas e contextualizadas ao longo do relatório.



RESUMO DAS RECOMENDAÇÕES GLOBAIS

Adaptação climática	Implementação do primeiro Balanço Global do Acordo de Paris	Transição Justa
<p>A adaptação deve receber a mais alta prioridade política na COP30, com os Planos Nacionais de Adaptação (NAPs, na sigla em inglês) elevados ao mesmo nível de visibilidade e reconhecimento que as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês).</p>	<p>A COP30 deve apresentar uma resposta política contundente à lacuna de ambição esperada nas NDCs.</p>	<p>A COP30 deve consolidar uma visão holística de transição justa como um meio para assegurar a equidade em todos os aspectos da ação climática.</p>
<p>A Meta Global de Adaptação (GGA, na sigla em inglês) deve se tornar um instrumento de justiça, resiliência e transparência, e não apenas um marco técnico.</p>	<p>A COP30 deve iniciar um processo global para desenvolver um plano que preveja um mapa do caminho para uma transição justa e planejada para o fim dos combustíveis fósseis e do desmatamento, com metas e indicadores claros.</p>	<p>A COP30 deve reconhecer a participação e a proteção social como pré-condições para uma transição justa.</p>
<p>A COP30 deve reconhecer os conhecimentos locais, tradicionais, ancestrais e sensíveis a gênero como um componente essencial da adaptação.</p>	<p>A COP30 deve enviar um sinal político claro de que a implementação do Balanço Global (GST) será respaldada por financiamento, tecnologia e capacitação adequados.</p>	<p>A COP30 deve reforçar uma abordagem centrada nas pessoas e na natureza, que coloque o respeito aos direitos humanos, ao direito à terra, aos direitos dos povos indígenas e à proteção e ao uso sustentável da biodiversidade como pilares essenciais da transição justa.</p>
<p>A COP30 deve impulsionar um esforço global para ampliar o financiamento da adaptação, por meio de novas contribuições a mecanismos como o Fundo de Adaptação e ancorando o financiamento da adaptação no Mapa do Caminho de Baku a Belém para 1,3 trilhão de dólares, com metas claras e monitoráveis.</p>	<p>A integridade ética do processo da COP deve ser resguardada por meio do estabelecimento de salvaguardas claras contra conflitos de interesse, do fortalecimento da transparência quanto à participação da indústria nas delegações e da garantia de que os acordos com países-sede incluam medidas para limitar a influência das empresas de combustíveis fósseis e de outros setores poluentes.</p>	<p>Os governos devem comprometer-se com uma distribuição justa dos benefícios da transição, rompendo com modelos extrativos que historicamente resultaram em destruição ambiental, empregos mal remunerados e deslocamentos forçados.</p>

Meios de implementação: financiamento, tecnologia e capacitação	Agenda de sinergias entre clima, biodiversidade e desertificação e o papel dos Povos Indígenas e Comunidades Locais	Cultura, Espiritualidade e Ação Climática
<p>A COP30 deve definir caminhos concretos para aumentar a quantidade e a qualidade do financiamento climático.</p>	<p>A COP30 deve promover sinergias entre as Convenções do Rio, reforçando que a mudança do clima, a perda de biodiversidade e a desertificação são crises inseparáveis que exigem respostas integradas.</p>	<p>Reconhecer a cultura como motor fundamental de resiliência, justiça e transformação ética, colocando-a no centro da ação climática.</p>
<p>A COP30 deve apresentar uma estratégia para fortalecer a cooperação entre a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e a arquitetura financeira internacional, a fim de alinhar os fluxos financeiros com os objetivos do Acordo de Paris.</p>	<p>A COP30 deve colocar a natureza no centro das estratégias de transformação econômica, reconhecendo que enfrentar a crise climática exige superar os modelos de desenvolvimento extrativos e adotar abordagens que respeitem e valorizem a natureza.</p>	<p>Proteger o patrimônio cultural material e imaterial dos impactos da crise climática.</p>
<p>A COP30 deve assegurar uma abordagem equilibrada entre o financiamento para adaptação, mitigação e perdas e danos, orientado pela transição justa — inclusive no escopo do Mapa do Caminho de Baku a Belém para 1,3 trilhão de dólares.</p>	<p>Posicionar a liderança dos Povos Indígenas e Comunidades Locais no centro da tomada de decisões da COP, reconhecendo e valorizando seus sistemas de conhecimento nas decisões e declarações políticas, e garantindo uma participação inclusiva por meio de apoio logístico adequado e de interpretação para línguas indígenas.</p>	<p>Proteger as relações culturais com a terra, água e oceanos, integrando os conhecimentos indígenas, tradicionais e locais às estratégias climáticas, reconhecendo-os como mestres culturais e vínculos sagrados entre as gerações passadas e futuras.</p>
<p>O acesso ao financiamento climático deve ser simplificado e centrado nas pessoas.</p>	<p>Reconhecer os direitos territoriais e os direitos da natureza como pilares essenciais no enfrentamento das crises do clima, da perda de biodiversidade e da desertificação.</p>	<p>Avançar na prática da verdade e descolonizar os sistemas de conhecimento, enfrentando legados coloniais, expropriação de terras e perda cultural, e recentrando concepções de mundo marginalizadas na ação climática.</p>

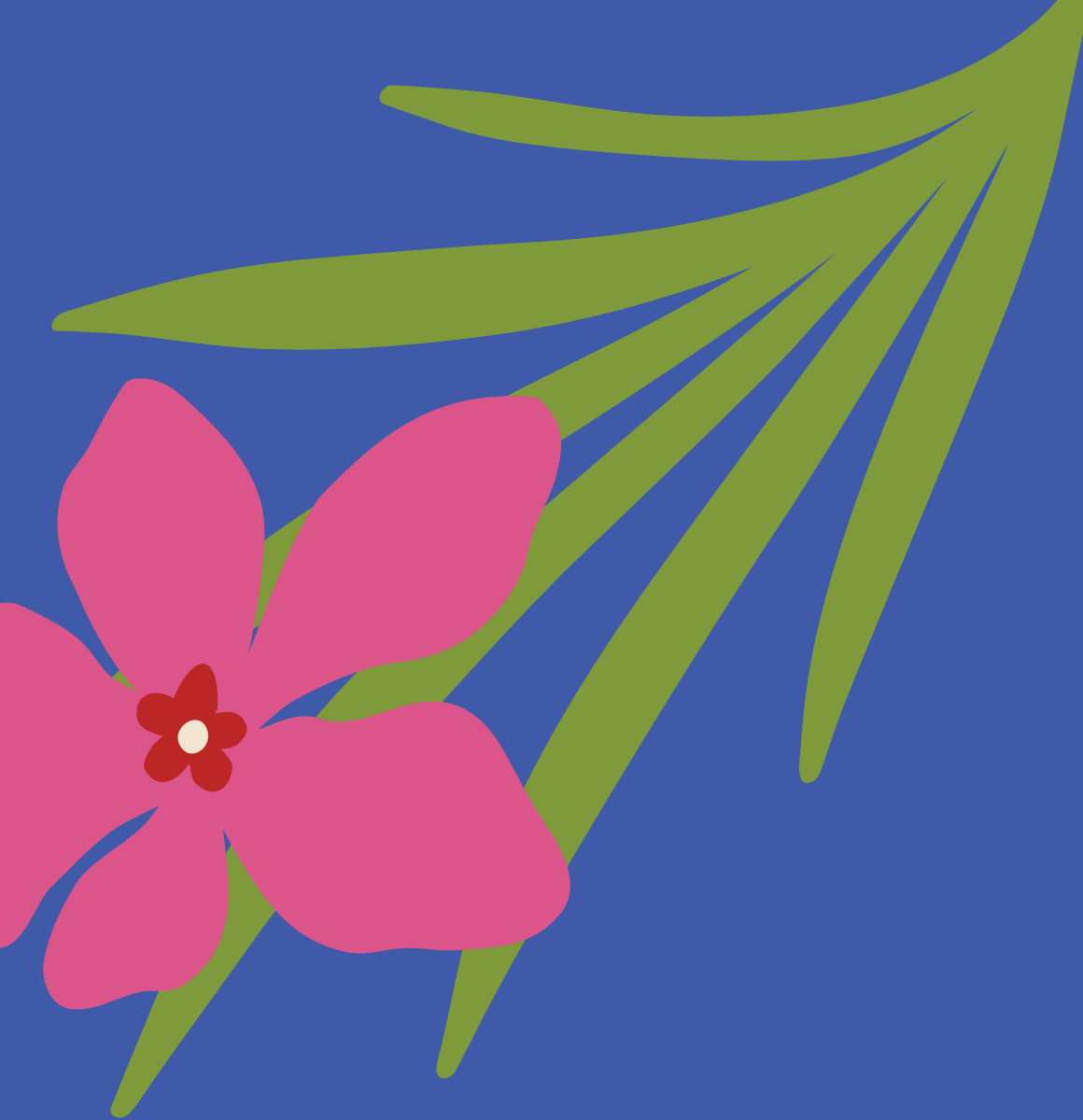
RESUMO DAS RECOMENDAÇÕES GLOBAIS

Adaptação climática	Implementação do primeiro Balanço Global do Acordo de Paris	Transição Justa
	<p>A Presidência da COP30 deve apresentar uma visão de longo prazo para a construção de uma governança climática orientada à implementação, com base nos resultados de seus quatro Círculos de Liderança.</p>	<p>A COP30 deve enfrentar as barreiras sistêmicas que comprometem a transição justa, como medidas comerciais unilaterais, o alto custo do capital e as restrições ao acesso a tecnologias verdes.</p>
	<p>Utilizar os pareceres consultivos da Corte Internacional de Justiça e da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre as obrigações dos Estados em relação às mudanças climáticas como um instrumento para fortalecer a responsabilização e a implementação das decisões das COPs.</p>	<p>A COP30 deve enviar um forte sinal de que as transições justas exigem meios de implementação adequados e previsíveis, com o Mapa do Caminho de Baku a Belém para 1,3 trilhão de dólares reconhecendo explicitamente a necessidade de financiamento específico para apoiar os países na execução de suas estratégias de transição.</p>
		<p>O militarismo deve ser reconhecido como uma barreira estrutural às transições justas, uma vez que os conflitos armados e os gastos militares não apenas geram emissões significativas de gases de efeito estufa e destroem ecossistemas, mas também consomem vastos recursos que poderiam ser destinados à ação climática.</p>



Meios de implementação: financiamento, tecnologia e capacitação	Agenda de sinergias entre clima, biodiversidade e desertificação e o papel dos Povos Indígenas e Comunidades Locais	Cultura, Espiritualidade e Ação Climática
<p>Os governos devem cumprir o compromisso de eliminar os subsídios aos combustíveis fósseis e assegurar uma tributação mais justa das empresas poluidoras, redirecionando esses recursos para a ação climática.</p>	<p>Adotar medidas para proteger os defensores ambientais como um pilar fundamental dos esforços para preservar a terra, a água e as florestas.</p>	<p>Contribuir para aumentar o engajamento das tradições de fé e lideranças religiosas na luta contra a mudança do clima, reconhecendo-as como referências éticas vitais e aliadas na mobilização de valores e ações em toda a sociedade.</p>
<p>A COP30 deve inaugurar uma nova era de solidariedade entre o Norte Global e o Sul Global, tendo a transferência e o codesenvolvimento de tecnologia como pilares centrais.</p>	<p>Promover a igualdade de gênero e a liderança das mulheres como um pilar da agenda de sinergias.</p>	
<p>Os conhecimentos tradicionais e a cultura devem ser reconhecidos como fontes de inovação e meios de implementação essenciais.</p>	<p>Garantir a continuidade do Balanço Ético Global e incorporar a ética, os valores e a cultura no centro das respostas às crises do clima, da biodiversidade e da desertificação.</p>	





BALANÇO ÉTICO GLOBAL

Lições de Seis Regiões para a COP30

Uma bússola moral para a implementação

Adaptação Climática

À medida que os impactos da crise climática se intensificam, a adaptação torna-se uma questão de sobrevivência para muitos. Trata-se da insegurança de lares arrastados por enchentes, da perda da estabilidade dos sistemas alimentares impactados pela seca e da resiliência das comunidades diante de tempestades, incêndios e da elevação do nível do mar. No entanto, a adaptação continua cronicamente subfinanciada e politicamente subvalorizada. Segundo o *Adaptation Gap Report 2024* do PNUMA³, os países em desenvolvimento já enfrentam custos anuais de adaptação estimados entre 187 e 359 bilhões de dólares, mas os recursos mobilizados ficam muito aquém dessas necessidades. A maior parte do que é entregue vem na forma de empréstimos, agravando as pressões fiscais e forçando os países a fazer escolhas difíceis entre a ação climática e necessidades sociais urgentes.

As consequências desse desequilíbrio são graves: o insuficiente investimento em adaptação aprofunda desigualdades e pode aprisionar regiões e comunidades inteiras em ciclos de vulnerabilidade. Uma das dimensões mais evidentes, destacada no Diálogo da África e ecoada na edição da Oceania, é o deslocamento forçado: somente em 2021, 22,3 milhões de pessoas foram forçadas a deixar seus lares em função de desastres relacionados ao clima.⁴ Embora a maioria seja deslocada dentro de seus próprios países, muitos cruzam fronteiras, onde acabam caindo em limbos jurídicos, uma vez que aqueles forçados a mudar devido à mudança do clima não são reconhecidos como sujeitos de direito perante a Convenção da ONU relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951. Sem proteção legal, estão expostos a riscos maiores de fome, falta de acesso à renda, água e saneamento, problemas de saúde, tráfico e violência.

Não se trata apenas de uma emergência humanitária, mas também de uma crise ética, que reforça a necessidade de colocar a adaptação no centro da governança climática. A COP30 oferece uma oportunidade única para corrigir o desequilíbrio histórico que manteve essa agenda em segundo plano. A Presidência da Conferência enfatizou que a adaptação é a “face visível da resposta global à mudança do clima e um pilar essencial para alinhar a ação climática ao desenvolvimento sustentável.”⁵ Um lembrete de que o regime do clima será, em última instância, julgado por sua capacidade de proteger vidas e meios de subsistência.

Os participantes do Balanço Ético Global reiteraram esse ponto de forma clara: elevar a adaptação ao mais alto nível de prioridade política é indispensável para o sucesso da COP30. Como destacou a ministra Marina Silva no Diálogo da Oceania:

³ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). *Adaptation Gap Report 2024*. Nairóbi: PNUMA, 2024. <https://www.unep.org/resources/adaptation-gap-report-2024>

⁴ Centro de Monitoramento de Deslocamentos Internos (IDMC). *Global Report on Internal Displacement 2022*. Genebra: IDMC, 2022. <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2022/>

⁵ Presidência Brasileira da COP30. Terceira Carta da Presidência. 3 de maio de 2025. <https://cop30.br/pt-br/presidencia-da-cop30/cartas-da-presidencia/terceira-carta-da-presidencia-brasileira>



É essencial avançar uma agenda de adaptação que responda àqueles que já vivenciam a pedagogia da dor, a pedagogia da perda e a pedagogia do luto daqueles que perderam seus entes queridos – e cujas realidades devem ser consideradas por todos os tomadores de decisão.”

Marina Silva,

Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil

Em Bogotá, na Colômbia, os participantes também alertaram que, sem enfrentar desigualdades estruturais profundas, os esforços de adaptação permanecerão incrementais. Como observou Maria Fernanda Lemos, professora e membro do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC):

“As cidades refletem a desigualdade socioeconômica de muitas formas. Isso é particularmente crítico na América Latina. Qualquer ação de adaptação ou mitigação se torna completamente inócua se não está atuando sobre a origem, que é a desigualdade. Nós não estamos fazendo adaptação transformativa; apenas adaptação incremental. Por isso, não estamos resolvendo o problema.”

As comunidades em situação de maior vulnerabilidade não são vítimas passivas, mas agentes ativas da adaptação que merecem reconhecimento e empoderamento. Isso requer valorizar a sabedoria ancestral dos Povos Indígenas e das comunidades locais, cujos territórios permanecem entre os mais bem preservados, mas cujas vozes são frequentemente marginalizadas nos processos de tomada de decisão. Garantir diversidade e inclusão — em especial de mulheres e lideranças afrodescendentes e indígenas — foi destacado como condição para que a adaptação seja ao mesmo tempo justa e eficaz.

Essa ênfase em justiça e inclusão ecoou nas discussões na Ásia. Rodne Galicha, defensor ambiental das Filipinas, alertou que *“não podemos nos adaptar para sempre — nadando em enchentes, fugindo de tempestades, reconstruindo nossas casas e chorando nossas famílias. Belém é esperança”*, evocando a filosofia filipina do *katumbalikwasan* como uma visão de resiliência enraizada na solidariedade. Da Índia, a jovem ativista Ridhima Pandey recordou ter sido deslocada por enchentes aos cinco anos de idade e destacou que *“vítimas como eu normalmente não são muito notadas. Elas são apenas sussurros nas salas onde os lobbies acontecem.”*

Ao longo do Diálogo asiático, os participantes apontaram práticas comunitárias – da revitalização de rios e bancos de sementes ao reflorestamento conduzido por mulheres em Puri, no estado costeiro de Odisha, na Índia – como evidência de que a adaptação eficaz nasce do conhecimento ancestral e da ação local. Eles alertaram que, a menos que a adaptação seja reconhecida como uma questão de justiça, os mais vulnerabilizados continuarão a arcar com os maiores custos de uma crise que não causaram.



Diálogo Regional da África

O mesmo senso de urgência esteve presente na África, um continente que emite apenas 4% das emissões globais e, ainda assim, sofre de forma desproporcional com os impactos devastadores da mudança do clima.⁶ No Balanço Ético Global em Adis Abeba, um participante — advogado que se tornou ativista — foi direto:

“Para nós, trata-se de ética, justiça e equidade. Em vinte e cinco anos, haverá quase 1 bilhão de pessoas a mais vivendo no continente africano, muito provavelmente em um mundo que terá aquecido dois graus ou mais. A adaptação não é opcional. Trata-se de sobrevivência. Financiamento, avaliação de impactos e planos claros são inegociáveis. Se fracassarmos na adaptação, fracassaremos em todo o resto.”

Também foi ressaltado que, apesar de receber menos de 12% do financiamento climático global prometido, os países africanos têm tido que destinar parte de seu PIB à adaptação⁷ — um fardo desproporcional, dada sua responsabilidade histórica. A mensagem dos Diálogos foi clara: a África não é uma receptora passiva de ajuda, mas sim uma parceira estratégica crucial na construção da resiliência global.

Do primeiro Diálogo, na Europa, ao último, na América do Norte, os participantes enfatizaram que a adaptação não pode permanecer como um pilar secundário: ela deve ser respaldada por recursos transparentes e adequados, tratada como um investimento estratégico e não como caridade, e financiada por meio de instrumentos acessíveis, que não impliquem endividamento e que cheguem àqueles que mais precisam.

⁶ Balanço Ético Global convoca mundo a cumprir promessas e reconhece liderança africana. 5 de setembro, 2025. <https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/balanco-etico-global-convoca-mundo-a-cumprir-promessas-e-reconhece-lideranca-africana>

⁷ Ibid.

A partir das perspectivas levantadas nos seis Diálogos Regionais do Balanço Ético Global, este relatório apresenta as seguintes recomendações para subsidiar o processo da COP30.

RECOMENDAÇÕES SOBRE A AGENDA DE ADAPTAÇÃO

- **A adaptação deve receber a mais alta prioridade política na COP30, com os Planos Nacionais de Adaptação (NAPs, na sigla em inglês) elevados ao mesmo nível de visibilidade e reconhecimento que as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês).** Isso significa dar destaque à adaptação na Cúpula de Líderes da COP30 e assegurar que o Relatório de Síntese das NDCs a reconheça explicitamente como um componente central da ação climática.
- **A Meta Global de Adaptação (GGA, na sigla em inglês) deve se tornar um instrumento de justiça, resiliência e transparência, e não apenas um marco técnico.** Os indicadores de adaptação em desenvolvimento devem medir o progresso na redução da vulnerabilidade e na ampliação das práticas de adaptação comunitárias e lideradas localmente, além de avaliar tanto a qualidade quanto a quantidade dos meios de implementação para adaptação, e medir, também, se esses recursos chegam de forma efetiva a mulheres, povos indígenas, comunidades locais, pessoas afrodescendentes e jovens.
- **A COP30 deve reconhecer os conhecimentos locais, tradicionais, ancestrais e sensíveis a gênero como um componente essencial da adaptação.** As comunidades são agentes ativos de resiliência, não receptoras passivas, e conhecimentos tradicionais e indígenas devem ser tratados como ciência legítima, plenamente integrados ao planejamento, monitoramento e avaliação da adaptação. Mulheres jovens, afrodescendentes e indígenas devem ser fortalecidas como atores centrais na definição das estratégias de adaptação.
- **A COP30 deve impulsionar um esforço global para ampliar o financiamento da adaptação, por meio de novas contribuições a mecanismos como o Fundo de Adaptação e ancorando o financiamento da adaptação no Mapa do Caminho de Baku a Belém para 1,3 trilhão de dólares, com metas claras e monitoráveis.** Deve-se dar preferência a instrumentos previsíveis, acessíveis e não baseados em dívida, a fim de evitar o agravamento de pressões fiscais dos países em desenvolvimento, enquanto os procedimentos de acesso devem ser simplificados para que os recursos cheguem àqueles que mais precisam, em especial às comunidades vulneráveis e aos atores locais.

Implementação do primeiro Balanço Global do Acordo de Paris

O primeiro Balanço Global (GST, na sigla em inglês), concluído na COP28 em Dubai, oferece a avaliação mais abrangente já realizada sobre o progresso coletivo no âmbito do Acordo de Paris e de seus objetivos de longo prazo. Ele abrange todo o espectro da ação climática — desde sistemas energéticos, indústria e transporte, até agricultura e alimentação, florestas e oceanos, bem como resiliência das cidades e comunidades. O GST também integra prioridades de desenvolvimento humano e social, juntamente com os meios de implementação necessários para promover a mudança, incluindo financiamento, tecnologia e capacitação.

Em essência, o GST constitui a bússola da Missão 1,5⁸ —apontando os caminhos que devem ser seguidos para que a meta de 1,5°C permaneça ao alcance, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Entre os compromissos críticos para esta década decisiva estão: triplicar a capacidade global de energias renováveis e dobrar a taxa global de eficiência energética até 2030; promover a transição energética para longe dos combustíveis fósseis, de forma justa, ordenada e equitativa, a fim de alcançar



Diálogo Regional da América do Sul, América Central e Caribe



Diálogo Regional da Oceania



Diálogo Regional da África

⁸ Presidência Brasileira da COP30. Quarta Carta da Presidência. 20 de junho de 2025 <https://cop30.br/pt-br/presidencia-da-cop30/cartas-da-presidencia/quarta-carta-da-presidencia-brasileira>

a neutralidade de emissões até 2050; e deter e reverter o desmatamento e a degradação florestal até 2030⁹.

No entanto, o progresso global está perigosamente desalinhado com essa trajetória. Segundo o IPCC, as emissões globais de gases de efeito estufa devem ser reduzidas em 43% até 2030, em comparação com os níveis de 2019, para manter a meta de 1,5°C ao alcance.¹⁰ Em vez disso, as emissões continuam a crescer — embora mais lentamente do que em décadas passadas.

Para ajudar a enfrentar essa realidade, a Presidência Brasileira da COP30 elaborou uma Agenda de Ação para mobilizar todos os atores — governos, setor privado, sociedade civil e autoridades subnacionais. A Presidência enfatizou que as soluções para implementar os resultados do GST devem ser concretas e ambiciosas, concebidas para gerar impacto global, fundamentadas na melhor ciência disponível e construídas a partir das sinergias entre ação climática e desenvolvimento sustentável. Isso implica ir além das necessárias agendas de mitigação e adaptação e avançar com a mesma intensidade nas agenda de transformação de nossos modelos insustentáveis de desenvolvimento na direção de um novo ciclo de prosperidade que seja justo, diverso e sustentável.


O Presidente Lula caracterizou a próxima edição da COP do clima como um teste de verdade, no qual os países devem demonstrar se os compromissos assumidos no âmbito da UNFCCC, do Acordo de Paris e do GST serão cumpridos ou, mais uma vez, postergados. Diante disso é que o presidente Lula, antecipando um dos círculos de mobilização da COP30, em seu discurso na abertura da Cúpula do Futuro, em Nova York, em setembro de 2024, assertivamente anunciou:



**Diálogo Regional da América do Sul,
América Central e Caribe**

⁹ UNFCCC. Resultado do Primeiro Balanço Global. Decisão 1/CMA.5. Dubai: Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, 2023. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma5_auv_4_gst.pdf

¹⁰ Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC). Mudança do Clima 2023: Relatório de Síntese. Resumo para Formuladores de Políticas (Genebra: IPCC, 2023). <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>




Na COP28 do Clima, o mundo realizou um balanço global da implementação das metas do Acordo de Paris. Os níveis atuais de redução de emissões de gases do efeito estufa e financiamento climático são insuficientes para manter o planeta seguro. Em parceria com o Secretário-Geral, como preparação para a COP30, vamos trabalhar por um balanço ético global, reunindo diversos setores da sociedade civil para pensar a ação climática sob o prisma da justiça, da equidade e da solidariedade.”

Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente do Brasil

Anunciados e devidamente realizados após um ano do discurso feito na abertura da Cúpula do Futuro, convocada pelo Secretário-Geral da ONU, Antônio Guterres, os Diálogos do Balanço Ético Global destacaram que a lacuna de implementação não é apenas uma limitação técnica. A transformação ecológica exige planejamento cuidadoso e mudanças estruturais de grande alcance em todos os setores da economia, com inevitáveis dilemas e escolhas difíceis. Mas trata-se igualmente — e talvez, acima de tudo — de um desafio moral, que não pode ser enfrentado por meio de ajustes incrementais.

Os participantes do Balanço Ético Global compartilharam essa preocupação, enfatizando que a implementação eficaz do GST implica enfrentar as profundas contradições do nosso tempo — desde a persistência dos subsídios aos combustíveis fósseis enquanto o financiamento climático continua limitado, até o fluxo de trilhões para guerras enquanto comunidades vulnerabilizadas permanecem desprotegidas; da intensificação de medidas unilaterais e disputas comerciais que enfraquecem a cooperação multilateral, ao crescente abismo entre compromissos e ações.



As empresas de combustíveis fósseis têm lucros recordes, enquanto o nosso planeta queima. Temos uma situação em que os países e as regiões, como os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, estão enfrentando uma crise climática terrível. E são as mulheres, os anciãos, as crianças e os pobres que estão enfrentando essa crise climática [...].

A gente precisa trazer essas soluções de uma maneira justa. E a gente tem que garantir que a gente está usando energia renovável também para as pessoas indígenas, pobres e em desvantagem não serem as mais afetadas.”

Selwin Hart,

Assessor Especial do Secretário-Geral da ONU para Ação Climática e Transição Justa

Os participantes alertaram que deixar de cumprir as promessas já assumidas mina a confiança no sistema multilateral e corrói a própria legitimidade da governança climática. No primeiro Diálogo Regional, na Europa, a Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, Marina Silva, declarou:



É preciso reconhecer o caráter antiético da postura de assumir compromissos desprovidos de desdobramentos práticos. E temos que, inconvenientemente, nos perguntar: é ético não levar a sério os acordos que firmamos?¹¹”

Marina Silva,

Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil

Ao longo dos Diálogos, esse chamado para acelerar a implementação assumiu diferentes formas. Na Europa, os participantes ressaltaram que a credibilidade do processo multilateral depende do cumprimento dos compromissos firmados no passado, do afastamento progressivo dos combustíveis fósseis até sua eliminação e da blindagem das negociações climáticas de influências indevidas e de lobby.

Na Colômbia, durante o Diálogo da América do Sul, América Central e Caribe, a ex-presidente do Chile e co-líder desta edição do BEG, Michelle Bachelet, manifestou otimismo de que é possível alcançar avanços:



Estamos em um momento decisivo para determinar e implementar as melhores propostas para limitar o aumento da temperatura global a um máximo de 1,5°C.

¹¹ Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Na Europa, participantes do Balanço Ético Global discutem imperativo ético de enfrentar a mudança do clima. Brasília, 30 de junho, 2025. <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/na-europa-participantes-do-balanco-etico-global-discutem-imperativo-etico-de-enfrentar-a-mudanca-do-clima>

“Acredito que podemos alcançar a meta, por mais difícil que seja. Porque a alternativa de renunciar a ela implicaria aceitar o sofrimento de milhões de pessoas, especialmente daquelas que vivem em condições de maior vulnerabilidade e que são as que menos contribuíram para esta situação. É por isso que este Balanço Ético Global, que será apresentado na COP30, é tão importante. Porque busca justamente complementar as avaliações técnicas com uma reflexão moral profunda.”

Michelle Bachelet, ex-presidente do Chile

No Diálogo da Ásia, a Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, Marina Silva, ressaltou a necessidade de medidas concretas e de abordagens diferenciadas para pôr fim à dependência dos combustíveis fósseis:

“ Como tenho reiterado, queremos que esta seja a COP da implementação, com medidas e instrumentos que nos levem à execução das metas consensuadas. É inadiável desenvolvermos um plano internacional, um mapa do caminho que nos leve para o fim da dependência



de energia fóssil. Para tanto, há que se considerar as diferenças entre os países, suas necessidades, dificuldades e circunstâncias nacionais, abordando esse desafio, tanto pelo lado de quem produz, quanto pelo lado de quem consome.”

Marina Silva,

Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil

Na Ásia, Oceania e América do Norte, os participantes destacaram o Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis (FFNPT) como um instrumento necessário para complementar esse mapa do caminho.



A ideia do Tratado é atuar como um complemento ao Acordo de Paris, ajudando a regular e decidir quem pode produzir e em que quantidade, a fim de abordar a questão da equidade e apoiar especialmente os países do Sul Global, que estão sendo forçados a ampliar a produção de combustíveis fósseis [...]. Pense nele como um plano de trabalho para a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis.”

Dra. Tzeporah Berman, diretora de programas internacionais da Stand.earth e fundadora e presidente da Iniciativa Tratado para não Proliferação de Combustíveis Fósseis



Coletiva de imprensa do Diálogo Regional da Europa

Foto: Fernando Donasci/MMA

“É inaceitável que as empresas de combustíveis fósseis tenham lucros astronômicos, enquanto o financiamento climático luta para angariar recursos. Precisamos de um tratado de não proliferação de combustíveis fósseis, com um plano de eliminação gradual urgente. E aqueles que lucram com a destruição devem pagar pelas suas consequências.”

Farzana Faruk, ativista da Fridays for Future

Na África, os participantes enfatizaram que a transição para o fim dos combustíveis fósseis deve estar ancorada na equidade e na justiça, ressaltando a profunda injustiça de um continente que contribui com menos de 4% das emissões globais e, ainda assim, sofre alguns dos impactos climáticos mais devastadores.

Na Oceania, vozes de toda a região destacaram que as nações insulares, na linha de frente das tempestades e da elevação do nível do mar, não podem se dar ao luxo de admitir novos atrasos. Elas apelaram pela plena implementação dos acordos climáticos já existentes e lembraram ao mundo que “1,5°C para permanecer vivos” não é um slogan, mas um imperativo de sobrevivência para seus povos.

Em vários Diálogos Regionais, da Oceania à América do Norte, emergiu um ponto em comum: durante anos, a ação climática foi encarada principalmente como um dever moral; hoje, é também uma questão de direito. Os participantes destacaram o recente parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça sobre as obrigações dos Estados em relação às mudanças climáticas.

Comentando o parecer, Jacqueline Peel, da Universidade de Melbourne e cientista do IPCC, ressaltou a transição de uma dimensão ética para normas juridicamente vinculantes:

“Os tribunais estão transformando a responsabilidade moral em obrigação legal. Deixar de agir em relação aos combustíveis fósseis não é apenas negligência. É um ato considerado ilícito internacionalmente.

As empresas que mais contribuíram para as mudanças climáticas também devem assumir a maior responsabilidade.”

Os participantes enfatizaram que a COP30 – a primeira desde esse parecer histórico – deve colocar a responsabilização no centro: não apenas ao cobrar dos governos o cumprimento

de seus compromissos no âmbito do GST, mas também ao resguardar a integridade do próprio processo negociador. Eles observaram que, em COPs anteriores, delegações vinculadas a indústrias de combustíveis fósseis chegaram a contar com milhares de participantes, influenciando resultados de forma a comprometer a ambição e minar a confiança nas COPs.

Como declarou Mary Robinson, ex-Presidente da Irlanda e co-líder do Diálogo europeu:



“Estamos sendo induzidos ao erro por lobbies muito poderosos. Precisamos redirecionar o foco e não permitir greenwashing ou negacionismo, mas sim promover uma onda crescente de justiça, esperança e história.”

Esse alerta reforçou um apelo mais amplo que permeou os Diálogos: limitar a influência de atores com claros conflitos de interesse é essencial para que a COP30 seja a ‘COP da Verdade’ e um ponto de inflexão para restabelecer a credibilidade da governança climática multilateral.

Com base nessas reflexões, este relatório apresenta recomendações-chave aos negociadores da COP30.

RECOMENDAÇÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO BALANÇO GLOBAL DO ACORDO DE PARIS

- **A COP30 deve apresentar uma resposta política contundente à lacuna de ambição esperada nas NDCs.** Todos os esforços diplomáticos devem ser empreendidos para garantir que as Partes apresentem novas NDCs ambiciosas e de alta qualidade, alinhadas com a meta de 1,5°C e respaldadas por estratégias de implementação consistentes. Caso a ambição ainda fique aquém do necessário até a COP30, a Presidência deverá responder estabelecendo caminhos concretos para fechar essa lacuna e recolocar os países na trajetória da Missão 1,5.
- **A COP30 deve iniciar um processo global para desenvolver um plano que preveja um mapa do caminho para uma transição justa e planejada para o fim dos combustíveis fósseis e do desmatamento, com metas e indicadores claros.** Com base



nos compromissos do GST, esse mapa do caminho deve servir como um instrumento de planejamento com prazos e etapas mensuráveis que abranjam tanto a produção quanto o consumo, e deve estar alinhado ao princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas. Nesse contexto, o processo da COP deve também reconhecer a iniciativa do Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis como um instrumento complementar ao Acordo de Paris, potencialmente oferecendo um marco para regular a produção, assegurar a equidade e apoiar adequadamente os países do Sul Global que enfrentam pressão para expandir a extração de combustíveis fósseis.

- **A COP30 deve enviar um sinal político claro de que a implementação do Balanço Global (GST) será respaldada por financiamento, tecnologia e capacitação adequados.** O Mapa do Caminho de Baku a Belém para 1,3 trilhões de dólares, juntamente com o seu necessário processo de monitoramento, deve contribuir para construir uma visão que enfrente as barreiras sistêmicas — desde a persistência dos subsídios aos combustíveis fósseis e às indústrias que impulsionam o desmatamento até medidas comerciais unilaterais. Esse processo também deve impulsionar de forma contundente condições habilitadoras, incluindo a reorientação de subsídios para a energia limpa e a ampliação do acesso ao mercado para a agricultura e produtos florestais sustentáveis.
- **A integridade ética do processo da COP deve ser resguardada por meio do estabelecimento de salvaguardas claras contra conflitos de interesse, do fortalecimento da transparência quanto à participação da indústria nas delegações e da garantia de que os acordos com países-sede incluam medidas para limitar a influência das empresas de combustíveis fósseis e de outros setores poluentes.**
- **A Presidência da COP30 deve apresentar uma visão de longo prazo para a construção de uma governança climática orientada à implementação, com base nos resultados de seus quatro Círculos de Liderança.** O Círculo do Balanço Ético Global, o Círculo dos Povos, o Círculo dos Ministros das Finanças e o Círculo dos Presidentes de COPs devem orientar um plano de trabalho para fortalecer a transparência, a responsabilização e a aplicação das decisões no âmbito da UNFCCC, do Acordo de Paris e de seu primeiro e subsequentes GSTs. Essa visão deve apontar as reformas necessárias no âmbito da UNFCCC — tanto no eixo de negociação quanto na Agenda de Ação —, ao mesmo tempo em que identifica caminhos de cooperação e sinergia com outras instituições multilaterais, incluindo instituições financeiras internacionais. Isso significa que a liderança brasileira da COP30, para além dos esforços para fortalecer o multilateralismo em geral, deve trabalhar muito fortemente para assegurar que o multilateralismo climático seja igualmente fortalecido, sobretudo a partir de decisões que assegurem à UNFCCC um novo marco referencial para a agenda da ação climática no que concerne também aos inadiáveis esforços de implementação.
- **Utilizar os pareceres consultivos da Corte Internacional de Justiça e da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre as obrigações dos Estados em relação às mudanças climáticas como um instrumento para fortalecer**

a responsabilização e a implementação das decisões das COPs. A Corte Internacional de Justiça deixou claro que todas as ações ou omissões de Estados que resultem em impactos adversos no sistema climático causados por emissões antropogênicas podem violar o direito internacional. Isso inclui a emissão de licenças de exploração de combustíveis fósseis, a permissão de novos projetos de produção ou a concessão de subsídios a combustíveis fósseis.

Transição justa

Cumprir as metas do Acordo de Paris exige mais do que uma rápida substituição dos combustíveis fósseis por energias renováveis. Requer uma transformação estrutural dos modelos econômicos vigentes, com implicações profundas para o mercado de trabalho, os direitos humanos, o bem-estar e a natureza. O que está em jogo é se conduziremos essa transformação por meio de escolhas planejadas, justas e inclusivas, ou se ela nos será imposta pelo caos climático.

Os Diálogos do Balanço Ético Global deixaram claro que não podemos abdicar de uma transição justa para todos — que assegure a descarbonização junto com o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades.

Na Europa, os participantes observaram que a transição justa será um tema central na COP30. Um ponto comum levantado foi que, se não planejarmos a transição e não incorporarmos a justiça em seu processo, as políticas climáticas correm o risco de agravar as desigualdades e enfrentar resistência, com consequente perda de legitimidade social. Muitos participantes destacaram a necessidade de que a ação climática gere benefícios concretos para as pessoas — desde casas mais aquecidas até transporte público de melhor qualidade e contas de energia mais baixas, como resultado do fim da dependência dos combustíveis fósseis.

“Precisamos construir soluções pelas quais as pessoas possam se mobilizar, que de fato as encontrem onde elas estão. Se não fizermos isso, perderemos pessoas ao longo do caminho e enfrentaremos enormes reações contrárias. Precisamos desenhar soluções que tenham a desigualdade como ponto central,”

declarou **Hannah Martin**, Codiretora-Executiva da Green New Deal Rising.

Proteger os trabalhadores e assegurar um planejamento energético justo são condições essenciais, mas não suficientes. A transição deve se estender a todos os setores da economia — da agricultura e uso da terra ao transporte e à indústria — e incorporar a responsabilidade social como eixo central.

Como argumentou a sindicalista australiana Sharan Burrow durante o Diálogo da Oceania:



“Precisamos garantir que não vamos deixar as pessoas de lado enquanto construímos essa nova economia. E isso exige integração e planejamento econômico. Não se trata apenas de cuidar dos trabalhadores que estão saindo do setor de combustíveis fósseis. Esse é um desafio extraordinário, mas não acontecerá a menos que integremos um novo modelo de desenvolvimento.”

Essa ênfase em não deixar ninguém para trás teve forte ressonância na África, onde a contradição é gritante: o continente emite cerca de 4% dos gases de efeito estufa globais, mas 600 milhões de pessoas ainda não têm acesso à eletricidade. Para os participantes africanos, uma transição justa também significa eliminar a pobreza energética e garantir o acesso universal a soluções limpas de preparo de alimentos, ao mesmo tempo em que se promovem soluções baseadas na natureza e modelos de energia limpa adaptados às realidades locais. Alcançar essa visão exige um novo modelo de desenvolvimento — baseado na agregação de valor, na criação de empregos dignos para uma população jovem, e ancorado em boa governança, argumentou Kumi Naidoo, presidente da Iniciativa do Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis.

Em todas as regiões, a mensagem foi consistente: a transição justa deve ser guiada pela participação, pela inclusão e pela proteção dos direitos — especialmente os dos povos indígenas e das comunidades locais —, juntamente com a distribuição equitativa de benefícios. Vozes da América do Sul, da África e da Oceania alertaram que a corrida por minerais críticos e por infraestrutura de energias renováveis corre o risco de reproduzir modelos extrativistas que historicamente impuseram às comunidades destruição ambiental, empregos mal remunerados e violações de direitos humanos.

A proteção da biodiversidade e a salvaguarda dos ecossistemas sensíveis foram identificadas como condições inegociáveis para qualquer transição. Como lembrou a líder indígena Frida Muenala, durante o Diálogo Regional da América do Sul, América Central e Caribe:

“Enquanto a floresta arde, enquanto os rios secam, enquanto o mar aquece e enquanto as montanhas são extraídas de sua riqueza mineral, nossas vozes, as de quem cuida da Terra, continuam sendo silenciadas. [...] A crise climática não destrói apenas nossos ecossistemas. Ela apaga culturas e memórias. A exploração não leva apenas recursos, também leva nossas histórias.”

Os participantes ressaltaram que os saberes e práticas culturais indígenas devem estar no centro da construção de transições que protejam tanto os ecossistemas quanto os territórios. O Diálogo da África reiterou que as terras indígenas e os bens comuns, como as profundezas marinhas, devem ser resguardados como zonas livre de mineração e de exploração industrial.

Na Oceania, a fundadora e CEO da Next Economy, Amanda Cahill, enfatizou que as comunidades “querem ajudar o mundo a descarbonizar, mas querem respeitar o direito à terra e garantir que os lucros permaneçam de fato na comunidade para o bem-estar de todos, ao mesmo tempo em que minimizam os danos ambientais”. Da mesma forma, Larissa Baldwin-Roberts, cofundadora da Common Threads, alertou que, sem o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, a transição para a energia limpa pode perpetuar os mesmos sistemas de opressão que busca substituir. “Nossas comunidades e nossos direitos devem vir em primeiro lugar”, afirmou.

Os participantes dos Diálogos da Europa, Ásia e Oceania ressaltaram que a transição justa também diz respeito à transformação dos sistemas econômicos e financeiros, de modo a redirecionar recursos de economias intensivas em emissões para investimentos alinhados à ação climática — o que exige uma mudança no próprio DNA do setor financeiro. Como observou Arunabha Ghosh, CEO do Council on Energy, Environment and Water (CEEW):

“A ambição climática é abundante, mas a implementação continua inadequada. Até que as promessas políticas sejam acompanhadas de recursos financeiros, mobilização do setor privado, coordenação institucional e mudanças de comportamento ao nível da comunidade, a ambição continuará sendo vazia.”

Outros destacaram as cadeias produtivas agrícolas, observando que, quando agricultores com práticas sustentáveis no Camboja recebem apenas alguns centavos por um produto posteriormente vendido na Europa por um valor substancialmente maior, este desequilíbrio representa uma grave falha ética. A distribuição mais justa dos lucros, a agregação de valor local e a industrialização verde foram ressaltadas como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e para a redução das assimetrias entre países.

Um tema comum em todos os Diálogos foi que alcançar uma transição justa requer enfrentar as externalidades negativas que comprometem a equidade: medidas comerciais unilaterais, protecionismo e restrições de propriedade intelectual em relação às tecnologias limpas. Ao mesmo tempo, exige acelerar a oferta dos meios de implementação — financiamento, tecnologia e capacitação — em termos equitativos, para que todos os países e comunidades possam se beneficiar plenamente da transição.

Os participantes também apontaram o militarismo como uma barreira sistêmica às transições justas. Na Europa, Antonio Patriota, embaixador do Brasil no Reino Unido, observou que é antiético ignorar os custos da inação ou aceitar o *greenwashing* e o protecionismo sob pretextos ambientais duvidosos, recordando o veredito de Umberto Eco sobre a guerra como um “*desperdício de recursos humanos e materiais, e essencialmente antiecológica.*” Na América do Norte, foi ressaltado que os gastos militares desviam trilhões de dólares da ação climática, enquanto os conflitos armados devastam ecossistemas, deslocam comunidades vulnerabilizadas e aprofundam as injustiças. Enfrentar o militarismo foi caracterizado como indispensável para redirecionar recursos à promoção de transições sustentáveis, pacíficas e equitativas.



Devemos olhar para as vítimas do imperialismo: todas as bombas que foram lançadas, todo esse genocídio, essa guerra que também está causando uma catástrofe



climática. Não podemos ignorar o complexo militar-industrial como parte da justiça ambiental, porque ele é um componente central. E, se não enfrentarmos isso, não estaremos enfrentando a crise climática.”

Jamie Margolin, cofundadora da Zero Hour, organização climática liderada por jovens

Com base nessas reflexões, este relatório apresenta recomendações para a COP30, a fim de avançar a visão dos Diálogos do Balanço Ético Global sobre transições justas como um meio para implementar a ação climática alicerçada na equidade e na prosperidade compartilhada.

RECOMENDAÇÕES SOBRE TRANSIÇÃO JUSTA

- **A COP30 deve consolidar uma visão holística de transição justa como um meio para assegurar a equidade em todos os aspectos da ação climática.** Para isso, as Partes devem priorizar políticas que não apenas promovam a descarbonização, mas também estimulem o desenvolvimento sustentável e reduzam as desigualdades — dentro dos países e entre eles — abrangendo todos os setores da economia.
- **A COP30 deve reconhecer a participação e a proteção social como pré-condições para uma transição justa.** A governança participativa e os mecanismos de proteção social devem ser estruturados para evitar rupturas abruptas, avançar prioridades como a erradicação da pobreza energética e assegurar o acesso universal à energia limpa e de baixo custo. Esses mecanismos devem ir além do mercado de trabalho formal e também incluir trabalhadores informais e de cuidado, bem como atender às necessidades de todas as comunidades afetadas, com atenção especial a grupos vulnerabilizados, como mulheres, crianças, pessoas com deficiência, pessoas afrodescendentes, povos indígenas, pequenos agricultores, migrantes, deslocados internos e jovens.
- **A COP30 deve reforçar uma abordagem centrada nas pessoas e na natureza, que coloque o respeito aos direitos humanos, ao direito à terra, aos direitos dos povos indígenas e à proteção e ao uso sustentável da biodiversidade como pilares essenciais da transição justa.** As políticas de transição — incluindo a infraestrutura de energia renovável e a extração de minerais críticos — podem causar graves impactos sociais e à biodiversidade se não forem estruturadas de maneira adequada. Os governos devem, portanto, comprometer-se a prevenir e mitigar tais riscos, estabelecer mecanismos robustos de responsabilização para resguardar o respeito ao direito à terra e garantir o direito ao Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) dos povos indígenas.
- **Os governos devem comprometer-se com uma distribuição justa dos benefícios da transição, rompendo com modelos extrativos que historicamente resultaram em destruição ambiental, empregos mal remunerados e deslocamentos forçados.** As regiões ricas em minerais e recursos não podem mais servir apenas como fornecedoras



de matérias-primas; em vez disso, o processo da COP deve afirmar que uma transição justa requer agregação de valor, trajetórias nacionais de industrialização verde e repartição equitativa de benefícios que gerem empregos dignos, fortaleçam as comunidades locais, valorizem os saberes tradicionais e estimulem a inovação local.

- **A COP30 deve enfrentar as barreiras sistêmicas que comprometem a transição justa, como medidas comerciais unilaterais, o alto custo do capital e as restrições ao acesso a tecnologias verdes.** Os governos devem identificar soluções e abordagens cooperativas para superar essas barreiras, incluindo a ampliação do acesso a mercados para produtos sustentáveis com remuneração mais justa, a facilitação do acesso a tecnologias limpas e a redução do custo do capital nos países em desenvolvimento.
- **A COP30 deve enviar um forte sinal de que as transições justas exigem meios de implementação adequados e previsíveis, com o Mapa do Caminho de Baku a Belém para 1,3 trilhão de dólares reconhecendo explicitamente a necessidade de financiamento específico para apoiar os países na execução de suas estratégias de transição.** Ao mesmo tempo, o processo da COP deve delinear caminhos concretos para fortalecer a cooperação internacional e mobilizar financiamento, transferência de tecnologia e capacitação de forma acessível, a preços justos e alinhada ao princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, de modo que todos os países possam implementar suas prioridades nacionais de transição justa.
- **O militarismo deve ser reconhecido como uma barreira estrutural às transições justas, uma vez que os conflitos armados e os gastos militares não apenas geram emissões significativas de gases de efeito estufa e destroem ecossistemas, mas também consomem vastos recursos que poderiam ser destinados à ação climática.** Os governos devem ser incentivados a avaliar e reduzir a pegada de carbono e ambiental das atividades militares e a reorientar recursos para o desenvolvimento sustentável, a resiliência e a construção da paz como dimensões de uma transição justa.

Meios de implementação

FINANCIAMENTO, TECNOLOGIA E CAPACITAÇÃO

A ambição climática significa pouco sem os meios para agir. Financiamento, tecnologia e capacitação são o que permitem que promessas se transformem em ação e planos em realidade. No entanto, nas últimas décadas, os compromissos em matéria de financiamento foram repetidamente descumpridos pelos países desenvolvidos, enquanto as comunidades mais pobres e vulnerabilizadas do mundo – aquelas que menos contribuíram para o problema – são chamadas a fazer mais com muito pouco.

O problema tem duas dimensões. Primeiro, uma crise de quantidade. Mesmo a Nova Meta Quantificada Coletiva de Financiamento Climático, de 300 bilhões de dólares por ano até 2035, acordada na COP29 em Baku, está muito aquém do necessário. O Comitê Permanente de Finanças da UNFCCC estima que os países em desenvolvimento precisarão de 5,8 a 5,9 trilhões de dólares até 2030 para implementar suas NDCs.¹² Só a lacuna de financiamento para adaptação já se situa entre 187 e 359 bilhões de dólares anuais¹³, enquanto os custos de perdas e danos são projetados entre 290 e 580 bilhões de dólares até 2030, podendo chegar a 1 trilhão até 2050.¹⁴

Em segundo lugar, uma crise de qualidade e transparência. Grande parte do que é rotulado como “financiamento climático” tem sido fornecido por meio de instrumentos geradores de dívida, frequentemente agravando pressões fiscais. Mais de 70% do financiamento climático público disponibilizado pelos países desenvolvidos entre 2016 e 2020 veio na forma de empréstimos, e não de doações.¹⁵ Para os países em desenvolvimento que já enfrentam desastres climáticos, isso não é apoio — é um fardo injusto, agravado pela falta de clareza na forma como o financiamento é reportado, com fluxos frequentemente inflados ou contabilizados em duplicidade.

A COP30 tem sido apresentada como a “COP da Implementação”. Para estar à altura desse título, deve também se tornar a “COP dos Meios de Implementação” — onde financiamento, tecnologia e capacitação sejam tratados como direitos e obrigações, e não como caridade ou gestos opcionais.

Embora o Mapa do Caminho de Baku a Belém para 1,3 trilhão de dólares seja amplamente visto como uma oportunidade importante para ampliar os fluxos de financiamento aos países em desenvolvimento, os Diálogos do Balanço Ético Global enfatizaram que sua credibilidade

¹² Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). *Resumo da Primeira Rodada de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)*. Bonn: UNFCCC, 2021. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/54307_2%20-%20UNFCCC%20First%20NDR%20summary%20-%20V6.pdf

¹³ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). *Adaptation Gap Report 2024*. Nairóbi: PNUMA, 2024. <https://www.unep.org/resources/adaptation-gap-report-2024>

¹⁴ Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). *Diálogo Técnico do Primeiro Balanço Global: Relatório de Síntese dos Co-Facilitadores*. Bonn: UNFCCC, 2023. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/TC2_SynthesisReport.pdf?utm_source=chatgpt.com

¹⁵ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). *Financiamento Climático Fornecido e Mobilizado pelos Países Desenvolvidos em 2016–2020: Perspectivas a partir de uma Análise Desagregada*. Paris: OCDE, 2022. https://www.oecd.org/en/publications/climate-finance-provided-and-mobilised-by-developed-countries-in-2016-2020_286dae5d-en/full-report.html



dependerá do cumprimento da promessa de priorizar doações, instrumentos concessionais e não geradores de dívida, bem como medidas que ampliem o espaço fiscal.

Da América do Sul à África e à Oceania, os participantes deixaram claro que o financiamento climático é uma responsabilidade moral daqueles que mais poluíram. Em Bogotá, Angela Mendes, filha do ativista amazônida Chico Mendes, notou:

“O Norte Global precisa assumir sua responsabilidade, cumprir suas metas e ter um financiamento que ajude o Sul Global a mudar a realidade que tem nos levado a essa situação.”

Outros ressaltaram que o acesso para comunidades vulneráveis e locais deve estar no centro. Luana Génot, fundadora e diretora do Instituto Identidades do Brasil, captou essa urgência:

“O financiamento climático que hoje chega ao Brasil representa menos de 2% do fluxo global. E não sabemos quanto desses recursos chegam às mãos de mulheres negras e indígenas, quilombolas, mulheres do campo e de comunidades que detêm saberes tradicionais de preservação da floresta. Isso não é transição justa, isso é neocolonização verde.”

As mesmas contradições foram levantadas na África, onde os participantes apontaram o paradoxo de um continente que contribui com apenas uma parcela insignificante das emissões globais e, ainda assim, recebe apenas uma fração mínima do financiamento climático. Na Oceania, participantes alertaram que o não cumprimento das promessas de financiamento é uma questão existencial para os pequenos Estados insulares, que contribuem com menos de 0,03% das emissões globais, mas enfrentam deslocamentos forçados e perda cultural.

Além disso, o Diálogo da Oceania denunciou a profunda injustiça das prioridades

financeiras globais. Enquanto os países debatem como mobilizar 1,3 trilhão de dólares para a ação climática até 2035, os subsídios aos combustíveis fósseis em todo o mundo alcançaram 7 trilhões de dólares em 2022¹⁶, e os bancos continuam a despejar recursos em indústrias altamente intensivas em carbono — ao mesmo tempo em que se afastam dos compromissos climáticos voluntários que outrora assumiram.

O economista Richard Denniss alertou que a economia é frequentemente usada para negar a ética – apresentando a expansão dos combustíveis fósseis como aceitável, desde que gere empregos ou receitas fiscais, ao mesmo tempo em que ignora o fato de que esses combustíveis nem sequer são devidamente tributados pelos danos que causam. Ele descreveu isso como uma forma de negação climática por si só: uma recusa em enfrentar a realidade ética por trás dos argumentos econômicos.

Em seguida, Ian Fry destacou que a persistência dos subsídios e os altos montantes ainda investidos em combustíveis fósseis por grandes bancos e instituições financeiras não são apenas escolhas antiéticas, mas, à luz do parecer consultivo da Corte Internacional da Justiça, configuram um ato ilícito internacionalmente, pois ameaçam as gerações presentes e futuras.



Em 2024, os grandes bancos investiram bilhões de dólares no financiamento de combustíveis fósseis. Ao mesmo tempo, vários se retiraram da Net Zero Banking Alliance. Isso não é apenas antiético, mas também ilegal, de acordo com o parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça. Precisamos fazer algo a respeito disso.”

Ian Fry, especialista em direito ambiental internacional

¹⁶Fundo Monetário Internacional (FMI). *Dados sobre Subsídios aos Combustíveis Fósseis do FMI: Atualização 2023*. Washington, DC: FMI, 2023. <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2023/08/22/IMF-Fossil-Fuel-Subsidies-Data-2023-Update-537281>



Os participantes do Balanço Ético Global destacaram que o desafio da implementação não se limita a preencher lacunas de financiamento. Trata-se também de como as sociedades definem prioridades, enfrentam escolhas éticas e reconhecem diferentes formas de solução. Nessa perspectiva mais ampla, os meios de implementação devem reconhecer a sabedoria ancestral e a cultura como formas vitais de conhecimento e inovação, essenciais para o avanço dos compromissos climáticos.

“ O conhecimento ancestral e tradicional é frequentemente tratado como se não constituísse ciência legítima, mas paradoxalmente, a ciência contemporânea se alimenta desse conhecimento. É necessária uma mobilização ativa para incluir todas as tradições e crenças nos processos climáticos. Sem mudança de mentalidade, as transformações reais não acontecerão.”

Dr. Babalawô Ivanir dos Santos,
pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro e líder religioso

“ Sabemos que o conhecimento científico e o conhecimento indígena sempre se concentraram na sustentabilidade, sempre insistindo na humildade e na reciprocidade [...] À medida que a COP30 se aproxima, inovação deve significar mais do que tecnologia. Significa novos relacionamentos entre cientistas e comunidades, entre dados e cultura, entre sonhos e políticas, entre entidades visíveis e forças invisíveis.”

Dr. Marco Tedesco, cientista pesquisador no
Observatório da Terra Lamont-Doherty da Universidade Columbia

A Ministra de Estado dos Povos Indígenas do Brasil, Sonia Guajajara, enfatizou essa visão ao observar que o Artigo 7 do Acordo de Paris reconhece os conhecimentos tradicionais apenas no contexto da adaptação, quando, na realidade, eles oferecem soluções muito mais amplas em mitigação, resiliência e gestão sustentável de recursos. Por essas razões, argumenta ela

o Ministério dos Povos Indígenas brasileiro tem trabalhado para a COP30 ter a maior e melhor participação e protagonismo dos povos indígenas”.



Diálogo Regional da América do Sul, América Central e Caribe



Diálogo Regional da África

A ativista ambiental indiana Ridhima Pandey reforçou esse chamado: *“devemos dar assentos à mesa para indígenas, jovens, mulheres, cientistas e não apenas convites simbólicos. Isso não é caridade, é justiça.”*

Por sua vez, Gisela Hurtado Barboza lembrou que, enquanto os países desenvolvidos defendem uma rápida descarbonização, suas economias renováveis foram construídas sobre a extração de recursos dos territórios indígenas. *“Eles condicionam todo o financiamento dizendo: ‘Vocês devem conservar’, mas precisamos desse financiamento não apenas para a conservação — precisamos dele para realizar nossos planos de vida. [...] Apenas 1% do financiamento climático chega aos nossos territórios. Exigimos acesso direto, participação plena e efetiva e negociações que possamos realmente compreender — não apenas em inglês, mas em línguas que reflitam nossas vidas e nossos territórios.”*

Esses testemunhos ressaltaram que o acesso ao financiamento é tão importante quanto a escala e reafirmaram que o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas deve permanecer no cerne do financiamento climático.

As emissões passadas, presentes e futuras privam as pessoas do seu direito ao desenvolvimento. E isso leva a uma obrigação moral: aqueles que provocaram essa privação têm a responsabilidade de apoiar o desenvolvimento dos que foram mais impactados.”

A mensagem que ecoa de Londres, Bogotá, Nova Déli, Adis Abeba, Sydney e Nova York no caminho até Belém é inequívoca: sem meios de implementação adequados, as metas climáticas continuarão sendo promessas no papel. Fechar essa lacuna não é apenas uma condição necessária para avançar em adaptação, mitigação, perdas e danos e transições justas — é um dever ético e moral.

RECOMENDAÇÕES SOBRE MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

- **A COP30 deve definir caminhos concretos para aumentar a quantidade e a qualidade do financiamento climático.** Isso inclui o estabelecimento de mecanismos para monitorar a qualidade do cumprimento da Nova Meta Quantificada Coletiva de Financiamento Climático (NCQG), bem como a criação de um processo que impulse e monitore a implementação do Mapa do Caminho de Baku a Belém para 1,3 trilhão de dólares. Esse mapa do caminho não deve ser considerado um fim em si mesmo, mas o ponto de partida de um processo para dar escala ao financiamento climático com maior previsibilidade, acessibilidade, transparência e em termos mais adequados.
- **A COP30 deve apresentar uma estratégia para fortalecer a cooperação entre a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e a arquitetura financeira internacional, a fim de alinhar os fluxos financeiros com os objetivos do Acordo de Paris.** Isso requer uma supervisão mais rigorosa do setor financeiro, que continua a canalizar somas expressivas para os combustíveis fósseis ao mesmo tempo em que recua de compromissos voluntários. Entre os instrumentos a serem considerados estão a submissão de relatórios anuais das instituições financeiras à COP sobre a proporção entre seus investimentos em combustíveis fósseis e em energias renováveis, e a criação de um comitê de revisão de investimentos — composto por cientistas climáticos, economistas, representantes da sociedade civil, de povos indígenas e de governos — para avaliar se esses investimentos estão alinhados a esforços de redução das emissões de gases de efeito estufa e a trajetória de desenvolvimento resiliente ao clima.
- **A COP30 deve assegurar uma abordagem equilibrada entre o financiamento para adaptação, mitigação e perdas e danos, orientado pela transição justa —inclusive no escopo do Mapa do Caminho de Baku a Belém para 1,3 trilhão de dólares.** O Mapa do Caminho deve estabelecer metas claras, quantificáveis e adequadas para essas áreas, enfrentando a assimetria que historicamente favoreceu a mitigação e deixou os demais pilares climáticos cronicamente subfinanciados.
- **O acesso ao financiamento climático deve ser simplificado e centrado nas pessoas.** O financiamento só tem relevância se chegar a quem mais precisa. Os fundos climáticos e outros mecanismos financeiros devem, portanto, reduzir a burocracia, ampliar o apoio a pequenas e médias empresas e a atores subnacionais, e garantir



acesso direto para comunidades e organizações na linha de frente — em especial aquelas lideradas por mulheres, jovens, povos indígenas e comunidades locais.

- **Os governos devem cumprir o compromisso de eliminar os subsídios aos combustíveis fósseis e assegurar uma tributação mais justa das empresas poluidoras, redirecionando esses recursos para a ação climática.** As receitas provenientes da tributação das empresas poluidoras devem ser destinadas ao apoio a países e comunidades vulnerabilizadas, refletindo o princípio de que aqueles que causam mais danos têm a maior responsabilidade.
- **A COP30 deve inaugurar uma nova era de solidariedade entre o Norte Global e o Sul Global, tendo a transferência e o codesenvolvimento de tecnologia como pilares centrais.** Isso inclui o estabelecimento de parcerias equitativas que fortaleçam as indústrias locais, gerem empregos de qualidade e agreguem valor nos países em desenvolvimento.
- **Os conhecimentos tradicionais e a cultura artística devem ser reconhecidos como fontes de inovação e meios de implementação essenciais.** Ao longo dos Diálogos, os participantes ressaltaram que a sabedoria ancestral, a filosofia, a arte e as práticas culturais são formas vitais de conhecimento, que devem ser apoiadas como motores de inovação e colocadas em pé de igualdade com a ciência e a tecnologia modernas no avanço das soluções climáticas.



Diálogo Regional da Oceania

Agenda de sinergias entre clima, biodiversidade e desertificação e o papel dos povos indígenas e comunidades locais



A Cúpula da Terra de 1992, também conhecida como Eco-92, no Rio de Janeiro, deu origem às três “Convenções do Rio”: a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD, na sigla em inglês). Desde então, cada uma delas desempenhou um papel fundamental, levando a decisões históricas como o Acordo de Paris, o Marco Global Kunming-Montreal da Diversidade Biológica e as metas de Neutralidade de Degradação da Terra.

Ao longo das últimas três décadas, as Convenções promoveram a cooperação internacional, forneceram uma base para avanços científicos e facilitaram parcerias e colaborações técnicas — por exemplo, entre o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) e a Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES). Embora também tenham viabilizado a criação de mecanismos para mobilizar recursos, a governança das Convenções permanece fragmentada, com cada regime evoluindo em grande medida de forma paralela, mesmo diante do fato de que a mudança do clima, a perda de biodiversidade e a desertificação são crises interligadas.

Enfrentar essa fragmentação exige soluções holísticas que impulsionem as sinergias entre essas agendas. Como destacou a Ministra dos Povos Indígenas do Brasil, Sonia Guajajara, durante o Diálogo da América do Sul, América Central e Caribe do Balanço Ético Global :



Neste momento tão crucial, o Balanço Ético Global é importante tanto para o futuro da COP30 como para o futuro da humanidade.

Em 1992, fez sentido dividir as convenções ambientais, porque dividindo foi possível aprofundar. Mas agora, com as emergências climáticas, está na hora de juntar essas diversas convenções e voltar a falar em uma só voz. O grande foco precisa ser a relação do ser humano com a natureza, que chama a destruição socioambiental de progresso. Nós, povos

indígenas, sempre dissemos que isso estava errado, porque o verdadeiro progresso é aquele que se reconecta com a natureza. E é aquilo que nós, mulheres indígenas, chamamos de reflorestar mentes. Cada povo indígena, com sua cosmovisão, com sua espiritualidade, tem sua maneira de estar conectado de uma forma harmoniosa com a Mãe Terra.”

Sonia Guajajara, Ministra de Estado dos Povos Indígenas do Brasil

Os Diálogos Regionais do Balanço Ético Global reafirmaram esse ponto: respostas holísticas não podem ter êxito sem os povos indígenas, comunidades locais e seus conhecimentos.

Na Europa, os participantes ressaltaram a dimensão ética da perda de biodiversidade, com cientistas alertando que quase metade de todas as espécies vegetais da Terra está ameaçada de extinção — classificando isso não apenas como uma falha científica, mas como uma falha ética da humanidade. Destacou-se, ainda, que a conservação deve combinar a ciência moderna com os conhecimentos tradicionais e indígenas para proteger e restaurar os ecossistemas, e que a proteção da biodiversidade é inseparável da proteção da dignidade e da justiça para comunidades marginalizadas — do Povo Roma em toda a Europa aos povos afrodescendentes e indígenas, especialmente em seus territórios ultramarinos.

No Diálogo da América do Sul, América Central e Caribe, líderes ressaltaram que os territórios são conservados porque são manejados por meio de sistemas de



conhecimentos ancestrais, observando que, somente na Amazônia, existem 511 sistemas de conhecimento indígena que podem contribuir para soluções climáticas. Fany Kuiru, Coordenadora-Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), destacou:

“ Com base no conhecimento tradicional, gerenciamos nossos territórios, nossos recursos naturais, nossos bens comuns e nossa biodiversidade. É por isso que nossos territórios estão intactos. Queremos contribuir com esse conhecimento para as soluções climáticas. Acredito que uma das crises que a humanidade enfrenta é a desconexão com o território, com a natureza, com o outro. Não valorizamos mais o outro, não valorizamos mais o que o outro traz. Como povos indígenas, estamos aqui para fazer essas contribuições, para andar de mãos dadas com vocês para fornecer soluções para essa crise climática. Como povos indígenas da Amazônia, somos 511 sistemas de conhecimento que estão prontos para contribuir com a solução climática.”

Fany Kuiru, Coordenadora-Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA)

Essa mensagem foi reforçada por Angela Mendes, que lembrou que as reservas extrativistas idealizadas por seu pai, Chico Mendes – hoje são quase 90 áreas que protegem mais de 20 milhões de hectares de florestas – constituem, elas próprias, uma forma de conhecimento tradicional que contribui para soluções climáticas. No entanto, esses territórios continuam sob ameaça do desmatamento, da má gestão e do crime organizado. Ela enfatizou que lidar com esse problema trata-se de uma questão ética urgente, sublinhando que o governo deve assumir uma posição firme contra essas forças e avançar na regularização fundiária e na consolidação desses territórios.



Para a advogada indígena Gisela Hurtado Barboza, garantir os direitos territoriais também é fundamental para a ação climática. Ela ressaltou:



A demarcação e a titulação devem ser tratadas como ação climática. O financiamento deve ser direto para os povos indígenas — apenas 1% chega aos territórios. Queremos proteção aos defensores e defensoras, que estão morrendo pela defesa dos territórios.


E reconhecimento dos sistemas de conhecimento tradicionais, que estão conservando os territórios. Por fim, que sejam decretadas as zonas de particular importância para a biodiversidade como zonas de exclusão extrativista: a Amazônia, as geleiras, as bacias hidrográficas – não deve haver petrolíferas nem mineradoras nestas regiões. Isso deveria ser o compromisso mínimo.”

Gisela Hurtado Barboza, advogada indígena

Os participantes também enfatizaram que a crise climática é, igualmente, uma crise de pertencimento: uma desconexão da terra, da comunidade e da ancestralidade. As vozes indígenas ressaltaram que florestas, oceanos e ecossistemas não são mercadorias, mas relações, e que as verdadeiras soluções devem estar enraizadas em tradições culturais e espirituais que ensinam a reciprocidade com a natureza. Destacaram ainda que biodiversidade e clima não podem ser separados, pois a destruição dos ecossistemas decorre das mesmas lógicas coloniais de dominação, e defenderam que os direitos, os conhecimentos e o protagonismo indígena sejam centrais na definição das respostas.

Para o presidente da COP30, Embaixador André Corrêa do Lago:






Em 1992, havia um grande otimismo com a queda do Muro de Berlim. Havia esse entusiasmo de que um novo mundo estava sendo formado. A realidade é que construímos uma série de coisas nesses anos que, na minha opinião, foram muito eficazes — mas nos últimos anos essas conquistas foram muito desafiadas.

Um exemplo são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os ODSs são absolutamente essenciais, reuniram o mundo inteiro para uma negociação na qual concordamos com 17 princípios. Mas, após a pandemia, reconhecemos que estamos muito longe de alcançá-los. A mesma frustração também foi incorporada aos nossos esforços em relação à biodiversidade. Não se trata apenas do clima, mas do conjunto de ideias de um mundo melhor, de um novo mundo que esperávamos construir.

Nestes 10 anos do Acordo de Paris, temos que pensar nessa dimensão ética porque sentimos frustração pelo que não pôde ser feito, mas também porque há um aumento muito grande do conhecimento científico e a percepção de que temos muito pouco tempo.



A questão da urgência climática está absolutamente no centro de tudo o que temos que fazer. Precisamos estar conscientes de que todo esse movimento que iniciamos na década de 1990 está sofrendo as consequências da inação e a ciência nos diz que temos poucos anos para fazer o que precisamos fazer.

A ciência está nos dizendo que precisamos fazer isso muito mais rápido. Há um problema fundamental em nossas sociedades e somente esse debate ético pode nos ajudar a encontrar respostas.”

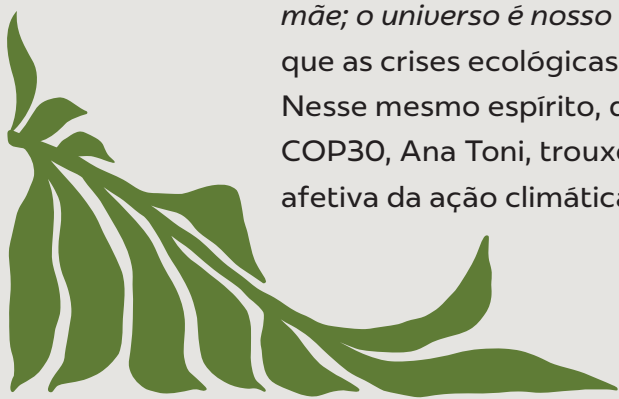
André Corrêa do Lago, presidente da COP30

Na África, Hindou Oumarou Ibrahim, Presidente da Associação de Mulheres Peul e Povos Autóctones do Chade (AFPAT), descreveu a sabedoria ancestral enraizada nas florestas, savanas, desertos e montanhas como um “recurso prático” para manter a meta de 1,5°C ao nosso alcance, ao mesmo tempo em que destacou o papel central das mulheres indígenas como transmissoras de conhecimentos intergeracionais. O Diálogo de Adis Abeba também ressaltou que a degradação da terra, a fragilidade dos solos e a dependência da agricultura dependente da chuva tornam a adaptação à seca e à desertificação uma prioridade existencial. Como observou Wanjira Mathai, co-líder do Diálogo da África:



Nossa vulnerabilidade é proporcional à nossa imensa capacidade de oferecer soluções baseadas na natureza e em energias limpas.”

Na Ásia, os participantes evocaram filosofias ancestrais — “*A Terra é nossa mãe; o universo é nosso ninho. Mas nosso ninho está em chamas*” — destacando que as crises ecológicas são inseparáveis da ética, da cultura e da espiritualidade. Nesse mesmo espírito, de reconexão entre humanidade e natureza, a CEO da COP30, Ana Toni, trouxe uma reflexão sobre o tempo como dimensão ética e afetiva da ação climática:





Sabemos que a transição está acontecendo, mas também sabemos que o nosso maior inimigo é o tempo.

A cada dia que não agimos, mais pessoas sofrem — estejam elas no Brasil, na Índia ou nos Estados Unidos.

O tempo é um recurso tão precioso que às vezes o damos como garantido. Mas se tomarmos a Terra não como a mãe Terra, mas sim como a filha Terra — se a víssemos como uma criança, como uma filha — acredito que cuidaríamos da Terra de maneira diferente. Porque quando pensamos nos nossos próprios filhos, nós lidamos com a Terra com mais amor.

Então, a mudança do clima não é somente uma crise ambiental, é também uma crise temporal. Cada tonelada de carbono que emitimos hoje vai afetar gerações de crianças que não nasceram ainda.

Toda escolha que fazemos tem reverberações não só entre fronteiras, mas em diferentes séculos.”

Ana Toni, CEO da COP30

O debate também evidenciou séculos de práticas de adaptação enraizadas em sistemas de conhecimento indígena e local, desde o manejo de manguezais no Sri Lanka até as práticas tradicionais de captação de água na Índia e no Nepal, que oferecem modelos de baixo custo e sustentáveis para enfrentar o calor, a seca e as mudanças na agricultura.



No estado do Rajastão, Índia, rios foram revitalizados por meio de sistemas tradicionais de captação de água, desenvolvidos em ações coletivas e comunitárias. Essas experiências mostram que as soluções climáticas vêm de baixo, através do trabalho e da sabedoria das pessoas comuns.”

Rajendra Singh, ambientalista e líder comunitário do Rajastão

Na Oceania, lideranças indígenas exigiram reconhecimento não como partes interessadas, mas como detentoras de direitos, evocando a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP, na sigla em inglês). Com uma população global de 12,5 milhões de indígenas — maior que a de muitos países —, insistiram em estar presentes na mesa de decisões, apontando o precedente estabelecido na Conferência da ONU sobre Biodiversidade (CBD), em Cali, que instituiu copresidências indígenas na governança da conservação e criou mecanismos de financiamento direto.

Na América do Norte, lideranças e guardiões do conhecimento indígena enfatizaram que os ecossistemas só podem ser sustentados por relações de reciprocidade, e não de extração. Os participantes destacaram que a ciência ocidental deve ser complementada pela ciência indígena, que incorpora valores de respeito, responsabilidade e cuidado com a Terra.

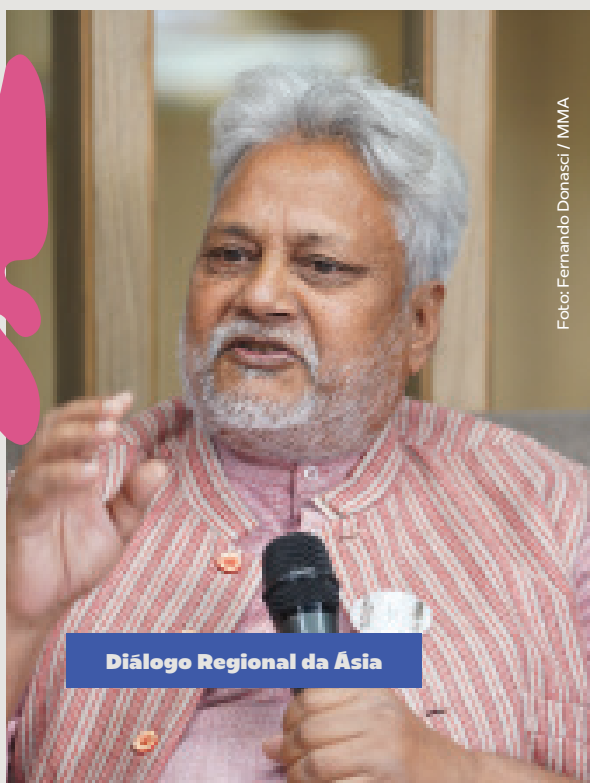


Foto: Fernando Donasci / MMA


Diálogo Regional da Ásia



Foto: Fernando Donasci / MMA

**Diálogo Regional da América do Sul,
América Central e Caribe**

Os participantes defenderam o reconhecimento dos direitos da natureza – abrangendo rios, florestas e geleiras – em consonância com a Opinião Consultiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que afirma a condição da natureza como sujeito de direitos. Yenny Vega Cárdenas, advogada e cofundadora do Observatório Internacional dos Direitos da Natureza, lembrou que esse princípio já foi adotado em diversos países: no Canadá, o Rio Magpie (Mutehekau Shipu) recebeu personalidade jurídica; na Colômbia, o Rio Atrato obteve o mesmo reconhecimento; e, no Brasil, o município de Guajará-Mirim, no Rio Grande do Sul, reconheceu o Rio Laje como sujeito de direitos.



Ainda tratamos a Mãe Terra, a fonte de toda a vida, como um objeto que podemos simplesmente destruir e não como um sujeito que devemos respeitar, honrar e agradecer. Portanto, para transformar essa realidade, precisamos acordar, precisamos mudar nossa perspectiva e reconhecer nosso planeta como rios, florestas e oceanos, seres vivos que merecem respeito, gratidão e direitos. [...] A lei deve nos ajudar a restaurar o equilíbrio.”

Dr. Yenny Vega Cárdenas,

advogada e cofundadora do Observatório Internacional dos Direitos da Natureza

Os participantes também alertaram que projetos extrativos continuam a transformar territórios ancestrais em zonas de sacrifício marcadas pela degradação e pelo etnocídio, ressaltando que o uso inadequado da terra, a perda de biodiversidade e a mudança do clima são desafios inseparáveis que precisam ser enfrentados em conjunto. De Bogotá a Nova Iorque, os participantes defenderam que as práticas de conservação da natureza lideradas por povos indígenas estejam no centro da COP30, afirmando que, sem o protagonismo indígena, nem as metas de biodiversidade nem as climáticas poderão ser alcançadas.

Eles também ressaltaram a necessidade urgente de proteger os defensores ambientais, muitos dos quais são criminalizados ou assassinados por defender a água, a terra e as florestas — afirmando que *“não pode haver transição justa enquanto os defensores estiverem sob ataque.”*



Quero que esta COP priorize como vamos proteger os defensores ambientais na linha de frente das ameaças de assassinato e da violência que enfrentam. Mesmo quando há proteções legais, garimpeiros ilegais invadem e causam destruição, incendiam edifícios, ameaçam pessoas, matam pessoas. Há uma guerra acontecendo, e as pessoas estão caindo mortas.”

Jamie Margolin,

cofundadora do Zero Hour, organização climática liderada por jovens

O papel das mulheres surgiu em todos os Diálogos como pilar fundamental da ação climática, da biodiversidade e da gestão da terra. No Diálogo da América do Sul, América Central e Caribe, os participantes afirmaram que *“as decisões só serão legítimas se as mulheres ocuparem metade de todos os assentos”*, com espaço prioritário para mulheres indígenas, afrodescendentes e em situação de vulnerabilidade.



As decisões climáticas só serão legítimas e sustentáveis se forem construídas sobre uma base de igualdade substantiva. As mulheres devem ocupar a metade de cada espaço de tomada de decisão. Os defensores da terra, os povos indígenas, devem ser reconhecidos como a base e a força motriz do combate às mudanças climáticas.”

Viviana Krsticevic,

diretora-executiva do Centro pela Justiça e o Direito Internacional

No Diálogo da África, os participantes ressaltaram que as mulheres indígenas são as transmissoras do conhecimento intergeracional, preservando e levando adiante práticas ancestrais de cuidado com a terra e a água. Na Ásia, os oradores enfatizaram que muitas das práticas de adaptação mais eficazes — da preservação de sementes à captação de água e ao manejo de manguezais — são lideradas e mantidas por mulheres.



Durante anos, mulheres indianas preservaram a antiga arte da pintura Madhubani, feita a partir de pigmentos de plantas, vegetais e especiarias. Hoje, muitos artistas passaram a usar cores sintéticas. É preciso esforços para reviver os pigmentos naturais, sustentando os meios de subsistência e protegendo os ecossistemas.”

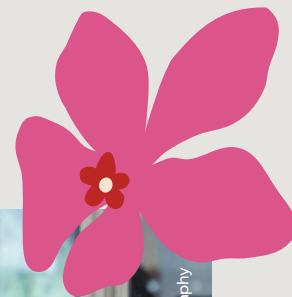
Ihitashri Shandilya, fundadora e CEO da Mithilasmitta

Na América do Norte, Janja da Silva, Primeira-Dama do Brasil e Enviada Especial da COP30 para Mulheres, ressaltou que as mulheres devem estar presentes na mesa de negociações e que a perspectiva de gênero deve ser transversal a todas as decisões da Convenção do Clima da ONU, observando a dificuldade existente hoje até mesmo para incluir o conceito de gênero nos textos oficiais.

Em todas as regiões, a mensagem converge de forma clara: as crises da mudança do clima, da perda de biodiversidade e da degradação da terra são inseparáveis — e assim também devem ser as soluções. Povos indígenas, comunidades locais, populações afrodescendentes e mulheres são centrais para a proteção dos ecossistemas, para a preservação dos sistemas de conhecimento e para a garantia da resiliência diante da desertificação e da seca.



Foto: Fernando Donato / N1

**Diálogo Regional da América do Norte**

Das florestas da Amazônia e do Congo aos desertos da África e às ilhas do Pacífico, os participantes defenderam o reconhecimento dos direitos territoriais, a proteção dos defensores, o acesso direto ao financiamento e a integração da ciência moderna com a sabedoria ancestral. Os Diálogos do Balanço Ético Global ressaltaram que, sem liderança indígena, saberes culturais e responsabilidade ética, nem o Acordo de Paris, nem o Marco de Kunming–Montreal, nem as metas de restauração da terra da UNCCD serão cumpridos.

RECOMENDAÇÕES SOBRE A AGENDA DE SINERGIAS

- **A COP30 deve promover sinergias entre as Convenções do Rio, reforçando que a mudança do clima, a perda de biodiversidade e a desertificação são crises inseparáveis que exigem respostas integradas.** Sendo a primeira COP realizada na Amazônia, a Conferência deve definir caminhos concretos para fomentar sinergias e superar a fragmentação da governança, incluindo por meio do estabelecimento de programas de trabalho conjuntos entre as três Convenções do Rio.
- **A COP30 deve colocar a natureza no centro das estratégias de transformação econômica, reconhecendo que enfrentar a crise climática exige superar os modelos de desenvolvimento extrativos e adotar abordagens que respeitem e valorizem a natureza.** Para isso, é necessário mobilizar recursos para remunerar os países por manterem as florestas em pé, além de promover investimentos em sistemas alimentares sustentáveis, agroecologia, bioeconomia e restauração da terra.
- **Posicionar a liderança dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais no centro da tomada de decisões da COP30, reconhecendo e valorizando seus sistemas de conhecimento nas decisões e declarações políticas, e garantindo uma participação inclusiva por meio de apoio logístico adequado e de interpretação para línguas indígenas.** A Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP, na sigla em inglês) deve ser fortalecida e ampliada para incluir as

comunidades tradicionais e assumir um papel mais formal de contribuição direta para as decisões e resultados da COP30.

- **Reconhecer os direitos territoriais e os direitos da natureza como pilares essenciais no enfrentamento das crises do clima, da perda de biodiversidade e da desertificação.** As decisões da COP30 devem reconhecer explicitamente a demarcação e a titulação dos territórios de povos indígenas e de comunidades locais como estratégias centrais para a ação climática, a proteção da biodiversidade e o combate à degradação da terra. Esses territórios funcionam como sumidouros de carbono, reservatórios de biodiversidade e barreiras contra a desertificação, e sua proteção deve estar associada ao reconhecimento jurídico dos direitos da natureza — afirmando rios, florestas e ecossistemas como entidades vivas e sujeitos de direitos.
- **Adotar medidas para proteger os defensores ambientais como um pilar fundamental dos esforços para preservar a terra, a água e as florestas.** Para isso, são necessários compromissos vinculantes para pôr fim à impunidade, fortalecer as proteções legais e garantir condições seguras para defensores ambientais e de direitos humanos — incluindo as mulheres defensoras —, apoiados por mecanismos globais de monitoramento e de notificação de ataques, a exemplo do que preconiza o Acordo de Escazú.¹⁷
- **Promover a igualdade de gênero e a liderança das mulheres como um pilar da agenda de sinergias.** O papel central das mulheres – em particular indígenas, locais e afrodescendentes – na ação climática, na proteção da biodiversidade e no manejo dos recursos deve ser reconhecido e fortalecido. No âmbito da governança, a Presidência da COP30 deve incentivar a paridade de gênero entre os negociadores, enquanto o Plano de Ação de Gênero deve incluir disposições concretas para transversalizar a perspectiva de gênero em todos os aspectos da governança climática — incluindo adaptação, mitigação, meios de implementação e transições justas. No âmbito territorial, o financiamento direto, bem como o apoio técnico e tecnológico, devem ser direcionados a iniciativas lideradas por mulheres.
- **Garantir a continuidade do Balanço Ético Global e incorporar a ética, os valores e a cultura no centro das respostas às crises do clima, da biodiversidade e da desertificação.** A COP30 deve adotar uma dimensão ética e orientada por valores para enfrentar essas crises interligadas, reconhecendo que a cultura, a espiritualidade e a narrativa são ferramentas práticas de resiliência, capazes de conectar gerações, moldar comportamentos e orientar transições justas que respeitem tanto as pessoas quanto a natureza. Para tanto, o Balanço Ético Global deve ser levado adiante pelas futuras presidências da COP30, servindo como bússola moral para guiar a implementação do primeiro e dos subsequentes Balanços Globais do Acordo de Paris e como espaço para promover sinergias entre as Convenções do Rio.

¹⁷ O Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe, conhecido como Acordo de Escazú, é o primeiro tratado ambiental da região e o primeiro do mundo com obrigações específicas de proteção de defensores ambientais.

Cultura Artística e Ação Climática

HISTÓRIAS, MEMÓRIA E SIGNIFICADO

A cultura enquanto produção artística foi proposta, no Balanço Ético Global, como uma das linguagens a serem utilizadas para expressar visões e formular proposições. O trabalho com a estética, sob influência de valores culturais, é um setor da produção humana que oferece uma leitura do mundo, aborda problemas sociais e contribui com análises de assuntos gerais da sociedade. Trata-se, portanto, de uma dimensão indispensável, embora frequentemente negligenciada, da ação climática.

Embora as negociações tenham sido tradicionalmente ancoradas em ciência, tecnologia e economia, os participantes ressaltaram que a crise climática é também uma crise cultural. Negar isso significa ignorar como a cultura, a memória e a identidade orientam as formas pelas quais as comunidades vivenciam, resistem e respondem à crise. Os Diálogos enfatizaram a necessidade de reenquadrar a cultura não como acessório, mas como **fonte de resiliência e campo de luta** que fundamenta a ação climática em ética, história e realidades vividas, inspirando soluções para a exploração e a perda cultural associadas ao clima, que ameaçam a identidade e a justiça. A cultura não é uma nota de rodapé — é uma força motriz na mobilização climática global. Por meio da narrativa, da arte e de valores compartilhados, pode despertar ressonância emocional e transformar mentalidades e comportamentos em direção a soluções duradouras.

É por meio da cultura que se torna possível humanizar mensagens, tendo a empatia como matéria-prima, para contextualizar fatos e políticas que influenciam todos os aspectos da vida. Isso pode ser uma estratégia eficaz para convocar à ação, convidando as pessoas a se tornarem parte da solução, sem culpabilizar o indivíduo pelos dilemas atuais.

A cultura está na linha de frente dos impactos climáticos e deve ser reconhecida como força vital no discurso climático global. Por essa razão, os bens culturais tiveram especial relevância nas reuniões do Balanço Ético Global. Cada Diálogo contou com uma apresentação artística única — seja teatro, dança ou música — concebida para refletir as dimensões emocionais e éticas das preocupações climáticas. Cada sessão também incluiu um poeta comprometido em elaborar uma obra original que sintetizasse as ideias e sentimentos das conversas.

Além disso, a artista brasileira Alexia Ferreira foi convidada a conceituar e orientar a realização de uma obra colaborativa para cada continente, envolvendo diretamente os participantes dos Diálogos. Essas peças serão exibidas na COP30, incorporando o espírito do *mutirão*—um esforço coletivo que se estende às artes e ao setor cultural, amplificando vozes e perspectivas de todo o mundo.

A emergência climática não apenas destrói ecossistemas e infraestruturas, mas também corrói línguas, rituais, memórias e outras formas de patrimônio cultural material e imaterial. Ao mesmo tempo, ela exige novas formas de narrativa e de significado simbólico para que as transições sejam justas e sustentáveis. A preservação e a reinvenção das expressões culturais



Diálogo Regional da Europa



Diálogo Regional da Ásia

foram descritas como essenciais para construir solidariedade, fortalecer comunidades e sustentar a esperança. Os participantes enfatizaram que adaptação significa mais do que mera sobrevivência e deve preservar as bases culturais que permitem às sociedades prosperar, portanto, *“o financiamento para adaptação climática deve incluir a proteção de sítios, tradições e práticas culturais, de modo que as comunidades mantenham identidade e continuidade”*.

De forma crucial, a cultura foi apresentada como inseparável da crise ética e moral que está no centro das mudanças climáticas. As narrativas culturais são inegavelmente potentes para mobilizar pessoas e, somadas à política e à ciência, tornam muito mais eficientes os esforços para produzirem transformações sociais. A narrativa, a filosofia, a espiritualidade e as artes foram destacadas como alavancas ausentes nas estratégias climáticas — essenciais para mudar valores, despertar empatia e tornar os compromissos globais tangíveis na vida das pessoas. Na edição da Ásia, o Prêmio Nobel da Paz Kailash Satyarthi compartilhou esta reflexão em forma poética:



Nossa Mãe Terra está chorando. Nosso
ninho está em chamas. Até quando
continuaremos fazendo escolhas que
deixam nossa casa comum queimar?
A sabedoria da Índia nos diz que a Terra
é nossa mãe e o universo nosso
ninho. Até quando deixaremos nossa mãe
e nosso ninho queimarem?”

Kailash Satyarthi, Prêmio Nobel da Paz

No Diálogo da América do Norte, o estudioso ambiental James Gustave Speth foi explícito: *“Eu costumava pensar que os principais problemas ambientais eram a perda da biodiversidade, o colapso dos ecossistemas e a mudança climática. Mas eu estava errado. Os maiores problemas são o egoísmo, a ganância e a apatia — e, para lidar com eles, precisamos de uma transformação cultural e espiritual.”*

“ O cuidado começa lembrando que não estamos separados da criação; fazemos parte dela. Ela é o solo em nossa pele. É o sopro em nossos pulmões. É a água em nosso sangue. Para nós, do Pacífico, essa verdade está gravada em nossa história. Contribuímos com menos de 0,03% das emissões globais de gases de efeito estufa, e ainda assim estamos na linha de frente das águas que sobem e dos solos envenenados pelo sal. Por gerações, nosso povo tem sido guardião da terra e do oceano. E vemos como o equilíbrio se torna frágil quando a ganância e os sistemas insustentáveis pesam mais que a sabedoria.”

Okalani Mariner, jovem ativista climática samoana, Conselheira de Juventude do Pacífico para o Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

A água e os oceanos emergiram como símbolos culturais poderosos ao longo do Diálogo da América do Norte. A repetida afirmação de que *“a água é vida”* ressaltou seu papel não apenas como necessidade física, mas como fundamento espiritual e ético para a ação. Os participantes descreveram a água como memória, remédio e conexão, transportada em tigelas e frascos de seus lugares de origem. A educadora climática, artista e educadora da Nação Onondaga, Sophia Powless, compartilhou como viver ao lado *“do lago mais poluído dos Estados Unidos”* moldou um compromisso com a restauração e com o princípio das sete gerações — um conceito indígena da Confederação Haudenosaunee — que incentiva as pessoas a considerarem o impacto de suas decisões nas próximas sete gerações. De origem de Bermudas e do Canadá, a defensora da justiça climática Noelle Young enfatizou que:

“ Nosso oceano e nossa ilha são família para nós. A água guarda memórias. Elas estão entrelaçadas em quem somos e no que somos, a própria essência de ser ilhéu.”

Noelle Young, defensora da justiça climática

Juntos, esses testemunhos revelaram que a água é mais do que um recurso: é mestra cultural e vínculo sagrado entre gerações passadas e futuras.

Esse enquadramento conectou a cultura diretamente à **agenda das sinergias** entre clima, biodiversidade e desertificação. Florestas, terras, biodiversidade, clima e direitos humanos foram descritos como interdependentes, com a cultura atuando como tecido de ligação. Ao falar da natureza, ressaltaram os participantes, devemos também falar dos povos que a protegem. Povos indígenas e comunidades locais foram reconhecidos como líderes e detentores de saberes, cujas concepções de mundo oferecem orientações indispensáveis. No Diálogo da América do Sul, América Central e Caribe, a característica pluricultural e plurilíngue da região — moldada por povos indígenas, comunidades locais, comunidades afrodescendentes e sistemas de conhecimento tradicionais — foi destacada como um exemplo vivo das interconexões entre tradições ancestrais, ação climática e preservação da biodiversidade. A cultura, nesse sentido, não diz respeito à nostalgia, mas à agência, dignidade, verdade, soberania, soluções e imaginação política.

A dimensão cultural também foi vinculada ao valor da **verdade**, refletida no enquadramento da COP30 como a *'COP da Verdade'*. Nesse contexto, a cultura atua simultaneamente como espelho e voz — desafiando narrativas negacionistas, expondo contradições e enfrentando a manipulação do medo e da desinformação. Na edição da África, a verdade foi explicitamente vinculada ao enfrentamento das histórias de colonialismo, escravidão, expropriação de terras e às táticas de *greenwashing*. Os participantes defenderam a descolonização dos sistemas de conhecimento — *"descolonizar a mente africana"* — como forma de colocar novamente no centro a liderança, as tradições e os saberes africanos na formulação de estratégias, lógicas de investimento e posicionamentos de negociação.

Essa narrativa ecoou no Diálogo da América do Norte, que denunciou o extremismo nacionalista de direita, o capitalismo e o autoritarismo como ameaças culturais à ação climática, denominando-os de *"os três cavaleiros do apocalipse atual"*, impulsionados pelos ultrarricos e por sistemas de dominação que exploram tanto as pessoas quanto o planeta. Nesse sentido, a cultura torna-se uma ferramenta importante para desmascarar a manipulação e o poder.



A poesia, a arte e as tradições orais foram descritas como meios de nomear realidades que a política muitas vezes evita, dando forma às experiências vividas das comunidades e exigindo responsabilização. Ao enraizar a ação climática na narrativa e na expressão cultural, ressaltaram os participantes, podemos enfrentar não apenas as lacunas técnicas, mas também os silêncios e distorções que minam a confiança.



*Enquanto a floresta queima,
enquanto os rios secam,
enquanto o mar aquece,
e enquanto as montanhas
são despojadas de suas riquezas minerais,
nossas vozes – as vozes de quem cuida da
Terra – continuam a ser silenciadas.”*

Frida Muenala,

que apresentou um vídeo e falou em quíchua-zapoteca, sua língua indígena

A infraestrutura cultural — a teia de histórias, rituais, poesias, músicas, museus e artes — foi descrita como indispensável para a ação climática. É por meio dessa infraestrutura que as sociedades transmitem memória, moldam normas, inspiram dever, viabilizam o futuro e expandem a empatia. No Diálogo da América do Norte, a escritora, poeta e cientista da Nação Potawatomi Cidadã, Robin Wall Kimmerer, explicou que “*precisamos não apenas de restauração, mas de re-historização*”, ressaltando que a crise climática diz respeito tanto a relações rompidas quanto a ecossistemas danificados. Os museus foram destacados como espaços culturais em que ética, memória e imaginação convergem. Ao preservar o conhecimento ecológico e o patrimônio cultural, os **museus atuam como guardiões da memória coletiva** e como pontes entre passado e futuro, ajudando a traduzir narrativas climáticas em formas tangíveis capazes de inspirar ação. Ao fazer isso, ajudam a reancorar



Foto: Sam Studio Ethiopia

Diálogo Regional da África



as sociedades na responsabilidade e na solidariedade. Em última instância, a própria infraestrutura cultural torna-se infraestrutura climática — guardando as histórias, rituais e símbolos que dão sentido à sobrevivência e tornam a mobilização possível.

Assim como os museus preservam e transmitem a memória cultural, as artes lhe dão vida — e ao longo dos Diálogos do BEG, poesia, artes visuais e performance estiveram no centro do processo. A artista brasileira Alexia Ferreira deu forma a essa essência, transformando o próprio diálogo em obra visual — uma criação coletiva construída em conjunto com participantes de todo o Balanço Ético Global.

“ Por meio deste projeto, a arte se torna não apenas um meio de memória, mas também de responsabilização, tornando visível o que foi dito e feito ao longo desses Diálogos.”

Alexia Ferreira, artista

Na Europa, as artes foram descritas como um **antídoto contra o cinismo**, um meio de conectar mentes e corações, e uma forma de conhecimento em si mesmas. Elisa Morgera, Relatora Especial da ONU sobre Direitos Humanos e Mudanças Climáticas, explicou:

“ A arte pode estimular a escuta atenta, desafiar pressupostos e nos ajudar a entender aquilo que não conseguimos aceitar.”

Elisa Morgera, Relatora Especial da ONU

O papel da espiritualidade e da religião na ação climática também foi destacado. Na Europa, Lorna Tevnan Gold, presidente do conselho do Movimento Laudato Si' e diretora de advocacy da FaithInvest, enfatizou que devemos engajar tradições de fé e líderes religiosos, *“pois eles continuam sendo a principal fonte de referência ética para 80% das pessoas neste planeta.”* Um desses referenciais é o princípio islâmico do *Tawhid* (a Unidade de Deus), observado no Diálogo da África, que ensina que toda a criação possui valor e propósito intrínsecos, sendo os seres humanos administradores (*amanah*) da Terra, obrigados a usar os recursos de forma responsável e a preservar a compaixão por todos os seres.

Curandeiros tradicionais, como os da República Democrática do Congo, também foram descritos como guardiões da sabedoria ancestral, capazes de ensinar que a harmonia não surge de binários rígidos ocidentais, mas de uma compreensão de interconexão e equilíbrio. Reaproximar-se da narrativa oral e das práticas culturais, ressaltaram, é fundamental para resolver as crises ecológicas, pois narrativas poéticas e religiosas têm o poder de transcender a visão antropocêntrica, transformar consciências e mobilizar comunidades para uma ação



climática eficaz. Essa percepção ecoou no Pacífico, onde líderes observaram que a fé é central para a resiliência das nações insulares — lugares onde a mudança climática ameaça não apenas as economias, mas a própria **existência de nações, línguas e culturas**.

O ex-ministro irlandês do Meio Ambiente, Clima e Transportes, Eamon Ryan, pediu o alinhamento da ciência com “*a beleza da criação*” e defendeu a construção de uma onda cultural forte o suficiente para corresponder à escala do desafio climático. Entre as regiões, esse chamado ressoou de diferentes maneiras: na Europa, a cultura foi invocada como ferramenta de transformação ao lado da ciência; na América do Sul, América Central e Caribe, como motor de agência; na África, como verdade e descolonização; na Ásia, como espiritualidade e mobilização comunitária; na Oceania, como resiliência e sobrevivência; e na América do Norte, como resistência ao autoritarismo. Em conjunto, essas perspectivas colocam a cultura no centro do Balanço Ético Global — como bússola moral, motor de mudança e direito a ser defendido.

RECOMENDAÇÕES PARA INTEGRAR CULTURA, ESPIRITUALIDADE E AÇÃO CLIMÁTICA

- **Reconhecer a cultura como motor fundamental de resiliência, justiça e transformação ética, colocando-a no centro da ação climática.** Isso requer integrar a narrativa, a espiritualidade e as artes nas estratégias climáticas, nas iniciativas de sensibilização e nos espaços de negociação, utilizando-as como ferramentas de responsabilização, memória, participação e transformação social.
- **Proteger o patrimônio cultural material e imaterial dos impactos da crise climática** — incluindo línguas, rituais, arte, memória e outras formas de expressão — ao mesmo tempo em que se fortalece a infraestrutura cultural — incluindo museus, arquivos, instituições artísticas e espaços comunitários — como sistemas vitais para preservar a memória, fomentar a empatia, moldar valores e mobilizar a ação coletiva.
- **Proteger as relações culturais com a terra, água e oceanos, integrando os conhecimentos indígenas, tradicionais e locais às estratégias climáticas,** reconhecendo-os como mestres culturais e vínculos sagrados entre as gerações passadas e futuras.
- **Avançar na prática da verdade e descolonizar os sistemas de conhecimento,** enfrentando legados coloniais, expropriação de terras e perda cultural, e recentrando concepções de mundo marginalizadas na ação climática.
- **Contribuir para aumentar o engajamento das tradições de fé e lideranças religiosas na luta contra a mudança do clima,** reconhecendo-as como referências éticas vitais e aliadas na mobilização de valores e ações em toda a sociedade.



Arte e Poesia nos Diálogos do Balanço Ético Global

<p>Todas as regiões</p>	<p>Alexia Ferreira, artista visual brasileira, liderou a criação de obras colaborativas durante cada encontro regional, utilizando colagem e imagens de cada continente. As seis peças de arte colaborativa serão exibidas na COP30, refletindo a diversidade e o espírito coletivo do Diálogo climático global.</p>
<p>Diálogo da Europa</p>	<p>Kyoto, peça da companhia Good Chance, dramatiza a jornada tensa e sombriamente cômica das negociações climáticas globais que levaram ao Protocolo de Kyoto — o primeiro acordo juridicamente vinculante para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Escrita por Joe Murphy e Joe Robertson e dirigida por Stephen Daldry e Justin Martin, a produção explora o que as nações precisam sacrificar para avançar juntas em uma era de profundas divisões.</p>
<p>Diálogo da América do Sul, América Central e Caribe</p>	<p>Grupo Som Cultura – uma performance de dança representando trabalhadores rurais tradicionais da região caribenha do Pacífico. O Grupo Som Cultura trouxe uma poderosa expressão cultural ao Balanço Ético Global por meio da apresentação da Dança do Pilão. A dança retratou a força e a técnica utilizadas pelas comunidades do Pacífico para pilar o arroz — um ato vital de transformação da colheita em alimento.</p> <p>Caro Mosquera – cantora negra, compositora e líder cultural colombiana de Cali, apresentou a canção La Negrúu, criada como parte de uma iniciativa social liderada pela artista em colaboração com um grupo de mulheres de baixa renda em Cali. Conhecida por liderar a banda TimbiÁfrica, ela mistura ritmos afro-pacíficos com gêneros contemporâneos para criar uma música enraizada na resistência e na identidade.</p> <p>Rodolfo Ramírez Soto – poeta, editor e mentor colombiano, conhecido por fomentar espaços literários coletivos além dos circuitos convencionais. Sua obra frequentemente se inspira em imagens simbólicas e metafóricas da natureza — árvores, rios, pássaros e ciclos do tempo — para explorar temas de memória, resistência e transformação. Durante o Balanço Ético Global, Rodolfo compôs um poema improvisado inspirado em suas observações. A obra será incluída na exposição da COP30, oferecendo uma reflexão poética sobre os Diálogos e a atmosfera do evento.</p>
<p>Diálogo da Ásia</p>	<p>Parneet Kaur – poeta internacional e fundadora do <i>Poetry for the Planet</i>, um movimento global que busca empoderar e curar o mundo por meio da força da narrativa. Sua voz poética tem sido chamada a intervir em círculos internacionais de diplomacia e clima, conectando política, pessoas e planeta por meio da poesia. Ela foi nomeada <i>Poet Laureate</i> do Fórum Mundial de Alimentação da FAO, em Roma.</p>
<p>Diálogo da África</p>	<p>Emmanuel Jal – artista de hip hop do Sudão do Sul e ex-criança-soldado, utilizou sua música para advogar por paz, justiça e resiliência climática. No Balanço Ético Global, apresentou uma reflexão falada resumindo as discussões do dia, seguida por uma performance ao vivo de uma de suas canções.</p>
<p>Diálogo da Oceania</p>	<p>Grupo Matavai – sediado em Sydney, Austrália, promove o patrimônio cultural do Pacífico por meio da dança, música e educação artística. No Balanço Ético Global, apresentou uma série de danças curtas, destacando a relação entre as comunidades do Pacífico, os recursos naturais e as mudanças climáticas — enfatizando a resiliência cultural e gestão ambiental.</p> <p>Amanda Anastasi – poeta de Melbourne conhecida por escrever de forma acessível sobre mudanças climáticas. No Balanço Ético Global, criou e leu um poema original inspirado nas discussões do evento. Amanda, ganhadora da bolsa Wheeler Centre Hot Desk e de diversos prêmios de poesia, trouxe ao diálogo uma voz reflexiva e imaginativa, baseada em sua experiência na produção de poesia climática voltada para o futuro.</p>
<p>Diálogo da América do Norte</p>	<p>Rosanne Cash – renomada cantora e compositora estadunidense, com 15 álbuns, 4 prêmios Grammy e inúmeras honrarias por suas contribuições à música e à cultura. Também publicou ensaios e livros, além de colaborar com importantes instituições como o Carnegie Hall e a Biblioteca do Congresso. Sua carreira abrange décadas de excelência artística, ativismo e liderança cultural.</p> <p>Alixa García – artista multidisciplinar nascida na Colômbia e radicada nos Estados Unidos, combina poesia, artes visuais, música e facilitação em justiça social. Com mais de 20 anos de experiência, apresentou-se e expôs internacionalmente, recebeu múltiplos prêmios e contribuiu para movimentos climáticos e culturais por meio da educação, curadoria e estratégia criativa. Ela criou e leu um poema original inspirado nas discussões do evento.</p>



Como cineasta, neste momento, mais do que falar, o essencial é escutar e criar pontes para que outras pessoas também escutem. Os saberes dos nossos territórios e dos povos originários sempre estiveram presentes; reconhecê-los e aprender com eles é o verdadeiro chamado. As mudanças só poderão surgir de forma coletiva e profundamente enraizadas em nossos territórios.”

Laura Bermúdez Mesquita, cineasta de Honduras

Indígena miskita: “Desde o tempo de nossos ancestrais, nós, os miskitos, vemos a morte como uma transição. Ou seja, eu morro e me transformo em chuva, me transformo em planta, me transformo na floresta, sou rio. Antes de ser bióloga, sou indígena, então respeito muito minha cultura. Eu digo: ‘Bem, eu morro e me transformo em chuva’”.

Trecho de documentário sobre a primeira bióloga indígena miskita em Honduras, projetado por Laura Bermúdez.

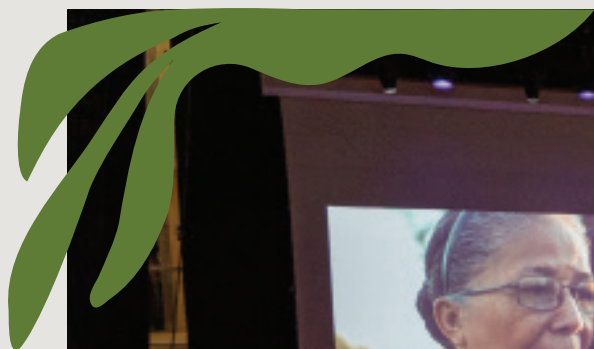


Foto: Felipe Ortiz

**Diálogo Regional da América do Sul,
América Central e Caribe**

Das Comunidades à COP30

OS DIÁLOGOS AUTOGESTIONADOS DO BALANÇO ÉTICO GLOBAL

Paralelamente aos seis Diálogos Regionais do Balanço Ético Global (BEG), em função da crescente demanda de diversas frentes para também fazer edições do BEG em seus países, setores, territórios e segmentos socioculturais, decidiu-se por incentivar a promoção de Diálogos Autogestionados. Esses Diálogos ampliam o processo de reflexão ética muito além dos espaços formais de negociação. Eles convidam comunidades, escolas, empresas, povos indígenas, grupos de fé, organizações de refugiados e jovens a assumir a conversa e a ancorar a ética climática em suas próprias realidades. Seus relatórios e proposições ficarão em repositório digital, à disposição para consulta. Além disso, cada grupo que promover um Diálogo Autogestionado possui autonomia para encaminhar o documento final a autoridades subnacionais, municipais e para dirigentes de instituições cujas ações possam causar impactos ambientais positivos ou negativos e de grande dimensão nas comunidades.

OBJETIVO E METODOLOGIA

Faz parte das ferramentas técnicas do BEG um guia metodológico — *“Seja um Mobilizador do Diálogo Autogestionado do Balanço Ético Global”* — para estimular indivíduos e coletivos em todo o mundo a organizarem seus próprios eventos. O guia propõe um formato flexível, e os Diálogos são incentivados a se materializar como uma roda de conversa, sarau, vivência artística ou comunitária, reunião ou exibição de filme, engajando-se com pelo menos uma das perguntas éticas norteadoras do BEG:

- Por que tantas vezes negamos ou ignoramos o que a ciência e os saberes tradicionais dizem sobre a crise climática, e compartilhamos ou compactuamos com a desinformação, mesmo sabendo que vidas estão em risco?
- Por que continuamos com modelos de produção e consumo que prejudicam os mais vulneráveis e não estão alinhados à Missão 1,5°C?
- O que podemos fazer para garantir que os países ricos, grandes produtores e consumidores de combustíveis fósseis, acelerem suas transições e contribuam com o financiamento dessas medidas nos países mais vulnerabilizados?
- Que tradições, histórias ou práticas (culturais, espirituais) da sua comunidade nos ensinam a viver em maior equilíbrio com a natureza?
- Considerando que precisamos garantir a diversidade no coletivo, como podemos mobilizar mais pessoas, lideranças, corporações, empresas e nações para apoiar mudanças justas e éticas no combate à crise climática? Que ideias e valores poderiam nos inspirar nessa missão?



Os organizadores foram orientados a assegurar que a ética permanecesse como eixo central da conversa e que uma diversidade de vozes e perspectivas fosse incluída. Também foram convidados a registrar suas reflexões e submetê-las por meio da plataforma digital *Brasil Participativo*, onde passam a integrar um repositório crescente de registros participativos.¹⁸ Essas submissões também ajudam a monitorar a escala da participação global, criando um mapa vivo do engajamento ético em relação às mudanças climáticas.

ALCANCE GLOBAL

Diálogos Autogestionados ocorreram em todos os continentes, refletindo como o Balanço Ético Global ressoou em diferentes geografias. Alguns estiveram conectados a grandes eventos internacionais, como as Semanas do Clima de Londres, Nova Iorque, Etiópia e Tailândia ou à margem da Conferência “Ampliando Esperança”, em comemoração aos dez anos da Encíclica Laudado Siem Roma, que contou com a participação do Papa Leão XIV. Outros estiveram vinculados a iniciativas nacionais ou locais, como a Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA), no Brasil. Os esforços para incluir crianças e jovens foram impulsionados por um guia metodológico adaptado ao público jovem e infantojuvenil, garantindo sua participação significativa e informada.

Os Diálogos Autogestionados foram conduzidos por profissionais da área cultural, agentes públicos, associações empresariais, povos indígenas e comunidades tradicionais, que ancoraram o processo em saberes culturais e direitos territoriais, por redes de fé, que refletiram sobre tradições espirituais como bússola para a ética climática, e por grupos de jovens e refugiados, incluindo iniciativas apoiadas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Isso reflete a diversidade de organizadores e participantes, mostrando que a dimensão ética da ação climática está sendo levada para salas de reunião, aldeias, templos, salas de aula e campos de refugiados.

¹⁸ O formulário de registro dos Diálogos Autogestionados do Balanço Ético Global na Plataforma Brasil Participativo está disponível em: <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/cop30/f/1431/>

Na Europa, Barcelona sediou um Diálogo baseado na cultura na Fundació Joan Miró. Com 26 participantes – incluindo artistas, tomadores de decisão, profissionais da indústria e representantes comunitários –, e a participação da Ministra de Cultura do Brasil, Margareth Menezes e da Campeã da Juventude para COP30, Marcele Oliveira, o Diálogo demonstrou como as instituições culturais podem atuar como catalisadoras de uma ação climática ética. Por meio de histórias, performances e reflexões, contribuiu com uma síntese cultural coletiva para o processo da COP30.

Em São Paulo, com apoio do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e da Secretaria Nacional da Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil e de diversas redes e coletivos de juventudes, mais de 300 jovens fizeram um evento de Balanço Ético Autogestionado, para o qual convidaram a Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, Marina Silva e também Marcele Oliveira, Campeã da Juventude, da COP30.

O primeiro dos Diálogos Autogestionados de que se tem conhecimento ocorreu logo após o Diálogo Regional da Europa, conduzido também pela co-líder Mary Robinson, em Londres, Reino Unido, reunindo cerca de 40 pessoas, entre lideranças políticas, indígenas e religiosas, ativistas e representantes da sociedade civil. Conforme destaca Mary Robinson:

“Fiquei muito entusiasmada quando soube da proposta do Brasil apoiada também pelas Nações Unidas, do Balanço Ético Global, e que o primeiro seria realizado na Europa, com meu nome para atuar como coorganizadora. Fiquei muito animada, pois era como uma janela se abrindo. Foi como a abertura de um novo espaço. Precisamos que isso seja a centelha, os seis Diálogos formais, mas também centenas, milhares, milhões de Balanços, em todos os níveis”.





Outros exemplos de Diálogos incluíram um realizado em área rural do Quênia, com a participação de jovens e agricultores; outro ao ar livre no Reino Unido, sob um antigo carvalho, reunindo participantes de toda a Europa, dos Estados Unidos, da África e do Oriente Médio, para conectar cultura, arte e espiritualidade à ética climática; e um terceiro, na Costa Leste da Austrália — o *Diálogo Pasifika* — que reuniu mais de 45 participantes de Tonga, Samoa, Vanuatu, Papua-Nova Guiné, Filipinas e outras origens, congregando agricultores, engenheiros, professores, estudantes, pais e anciãos, com idades de 9 a 80 anos. Estes são apenas alguns dos muitos caminhos pelos quais comunidades deram vida ao Balço Ético Global.

No Quênia rural, o Diálogo explorou como mudanças nas práticas agrícolas e nas tradições culturais se entrelaçam com a crise climática. Agricultores refletiram sobre como as chuvas imprevisíveis reduziram as safras excedentes e forçaram estratégias de sobrevivência. O cultivo comercialmente lucrativo de eucaliptos, por exemplo, foi criticado por agravar a escassez de água, enquanto foi incentivada pelos anciões a proteção das árvores nativas, frequentemente consideradas sagradas, o que é parte da resiliência cultural.

Inspirado pelo antigo carvalho, o Diálogo no Reino Unido destacou a arte e a espiritualidade como ferramentas transformadoras, evocando a arte como ponte moral que conecta o coração à ação, inspirando responsabilidade e reacendendo o encantamento infantil diante da natureza. As discussões ressaltaram que a cultura e a beleza podem servir como pontos de entrada para a ética climática.

O Diálogo Pasifika revelou os motivos pelos quais a negação climática persiste: conveniência, consumismo, desigualdade de gênero, marginalização dos saberes indígenas e falta de percepção espiritual. Ainda assim, os participantes também destacaram tradições poderosas que modelam a harmonia com a natureza, como o *kaitiakitanga* maori (guarda e cuidado), o *ua* samoano (responsabilidade pela conexão), o *bayanihan* filipino (solidariedade comunitária) e as práticas aborígenes de queimas culturais. Um participante enfatizou que *“a crise climática não pode ser resolvida apenas pela ciência”*, insistindo que valores culturais, espiritualidade e responsabilidade coletiva são indispensáveis para a ação climática.

Desses Diálogos emergiram princípios éticos compartilhados: moderação, desapego do materialismo, cuidado com a Terra, igualdade de gênero, consulta inclusiva, unidade na diversidade, harmonia entre ciência, religião e justiça intergeracional. Como destacou um dos organizadores, Daniel Perell, representante da Comunidade Internacional Bahá'í junto à ONU: *“o poder da implementação vem do compromisso com um conjunto de valores capazes de impulsionar a ação.”* Seja por meio das árvores sagradas no Quênia ou do *ua* samoano, tradições e espiritualidade oferecem modelos de cuidado e interdependência que podem orientar transições globais.

O que distinguiu os Diálogos Autogestionados foi seu papel em difundir a dimensão ética da ação climática nos espaços cotidianos da sociedade. Eles fomentaram cooperação, interdependência e confiança, ecoando a visão do *mutirão* global — uma mobilização coletiva que transcende as negociações técnicas. Ao criar espaços em que crianças, jovens, líderes religiosos, empreendedores, refugiados, comunidades indígenas e muitos outros possam refletir sobre questões éticas compartilhadas, os Diálogos Autogestionados podem trazer uma contribuição para que a COP30 seja uma cúpula de governos com espaço para um exercício civilizatório de consciência e responsabilidade. Essas iniciativas da sociedade acolheram vozes frequentemente excluídas dos debates climáticos globais e reforçam os resultados finais do Balanço Ético Global, apresentados em Belém, em uma soma dos seis Diálogos Regionais com a energia da mobilização ética que nasce de baixo para cima em todo o mundo.



Foto: Stephanie Tarrant

Diálogo Autogestionado em Nova Orleans, Estados Unidos



Foto: Rafa Neudermeyer (COP30)

Diálogo Autogestionado da juventude em Adis Abeba, Etiópia



Foto: Rogério Cassimiro/MMA

Diálogo Autogestionado do Cerrado “BEG dos Artistas”, Brasília, Brasil



Foto: The Photo Team


Diálogo Autogestionado “Dandelion Dialogue”, Londres, Reino Unido



REFLEXÕES

Reflexões Globais Finais

Uma bússola ética das seis regiões



O Balanço Ético Global, em todas as fases de sua realização, se constituiu como uma potente iniciativa que mobilizou e inspirou fortemente a participação de centenas de pessoas das mais diferentes atividades profissionais, como ativistas, empreendedores, acadêmicos, cientistas, estudantes, juventudes, povos indígenas, afrodescententes, comunidades locais e religiosos, em todas as seis regiões do planeta em que seus Diálogos foram realizados.

Os co-líderes, convidados e observadores fizeram um denso painel de ideias, análises, afirmação de princípios e valores que fazem do nosso documento de relato um precioso testemunho do exercício da liderança em fluxo, tão necessária no enfrentamento dos graves problemas com que estamos lidando. Não tenho dúvidas de que esse esforço coletivo e multicêntrico certamente marcará a história das COPs da Convenção do Clima.

Pelo lado das equipes de realização, o envolvimento não foi menor. Dos profissionais das equipes ministeriais que participaram dos processos de articulação e formulação de conteúdos, a partir das bases conceituais pactuadas fornecidas pelos líderes, aos que desenvolveram as ações operativas, houve muita dedicação. Até mesmo os profissionais que se ligaram ao projeto por vínculos contratuais entregaram muito mais do que o que foi contratado, com uma grande qualidade e num espaço de tempo muito curto.

O que é muito bom de ver nos processos colaborativos e participativos é que a inteligência e o compromisso de uma pessoa, por mais fortes e potentes que sejam, jamais substituirão a força do empenho, compromisso e inteligência coletivos. Este trabalho é um exemplo cristalino disso.”

Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil

Os seis Diálogos Regionais e os muitos Diálogos Autogestionados do Balanço Ético Global convergem em uma mensagem clara, constantemente reafirmada pela Ministra do Meio Ambiente e da Mudança do Clima do Brasil, Marina Silva: a crise climática não é apenas técnica, mas sobretudo moral e ética. Muitas soluções e conhecimentos já existem — na ciência, nas culturas e na sabedoria tradicional — mas o que falta é o compromisso político e ético de aplicá-los com a urgência que este momento exige.

Os próximos dez anos devem marcar a transição planejada e justa para o fim dos combustíveis fósseis e do desmatamento, conduzida de forma a reduzir desigualdades dentro e entre os países, com aqueles que detêm maior responsabilidade e capacidade liderando essa transformação. O mapa do caminho urgentemente necessário para impulsionar essa transição não é meramente técnico; trata-se de uma bússola ética que deve guiar as escolhas políticas em direção à justiça, à solidariedade e à cooperação multilateral.

O BEG ressaltou prioridades recorrentes em todas as regiões: adaptação como desafio multidimensional; a urgência da plena implementação dos compromissos do Balanço Global (GST); transições justas como meios para alcançar a descarbonização e erradicação da pobreza; financiamento acessível, previsível e ampliado; soluções para avançar nas sinergias entre clima, biodiversidade e desertificação, com os conhecimentos dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais no centro; cultura como fonte viva de resiliência, valores e inovação; e a revitalização do multilateralismo como fundamento indispensável para a ação climática coletiva.

Ao mesmo tempo, os participantes apontaram os obstáculos que continuam corroendo a confiança: conflitos e guerras comerciais que desviam recursos, negacionismo climático e a lacuna persistente entre compromissos e implementação. Se não forem resolvidas, essas falhas ameaçam provocar não apenas pontos de não retorno planetários, mas também o ponto de não retorno do próprio sistema multilateral, como tem reiterado em suas manifestações públicas a Ministra Marina Silva. Nesse contexto, o Balanço Ético Global representa uma contribuição para fazer da COP30 a *COP da Verdade* e da Implementação — um





Foto: Fernando Donasci/MMA

Diálogo Regional da África

momento em que governos enfrentem dilemas morais e ajam com a responsabilidade ética que a ciência e a justiça exigem, além da tempestividade que a emergência climática impõe.

Os Diálogos reafirmaram que uma resposta eficaz à crise climática requer a mobilização de uma pluralidade de sistemas de conhecimento e de atores — de cientistas a povos indígenas e comunidades tradicionais, de jovens e afrodescendentes a artistas e lideranças culturais. É nesse espírito que os Balanços Éticos Globais oficiais e os Diálogos Autogestionados levam adiante o *mutirão*: um esforço coletivo para planejar e implementar transições que promovam justiça, equidade e prosperidade compartilhada.

Dez anos após o Acordo de Paris – negociado no Hemisfério Norte sob a orientação da Estrela do Norte – o mundo agora volta-se para o Cruzeiro do Sul. Juntos, esses símbolos refletem a trajetória do regime climático: da bússola que definiu a direção em Paris à constelação que pode guiar a implementação em Belém. Que as lições do Balanço Ético Global lembrem aos negociadores que, na COP30, eles têm a oportunidade de cumprir sua responsabilidade ética: revitalizar o multilateralismo e colocar o mundo de volta ao caminho da Missão 1,5°C, de uma forma que não deixe ninguém para trás — mantendo a esperança viva, sempre.

O próximo capítulo apresenta o contexto regional do Balanço Ético Global, evidenciando como cada um dos seis Diálogos — iniciando pela Europa — refletiu as circunstâncias específicas e os desafios éticos de suas respectivas regiões.



CONTEXTO

Contextualizando o Balanço Ético Global

A Dimensão Regional

O Balanço Ético Global (BEG) representa uma inovação significativa nos debates climáticos, não apenas por promover soluções éticas que apoiem a implementação de compromissos já existentes, mas também por introduzir uma dimensão regional. Ao fundamentar suas reflexões em contextos culturais, políticos, econômicos, sociais e ambientais de cada região, o BEG evidencia a importância das perspectivas regionais na construção de uma ética climática global. Os diálogos buscaram diversidade de setores e perspectivas; ainda assim, não esgotam a pluralidade de visões existentes nas regiões.

A edição europeia, primeira entre os Diálogos Regionais, estabeleceu o tom ao demonstrar como os princípios éticos podem orientar tanto a ambição quanto a implementação. Antonio Patriota, embaixador do Brasil no Reino Unido, caracterizou o Diálogo como simultaneamente filosófico e político, exortando os participantes a adotarem uma *“bússola compartilhada”* da ética contemporânea. Foi categórico:

“É errado mentir. A desinformação é antiética. Também o são a negligência, o engano, o desperdício e a irresponsabilidade.”

Patriota advertiu contra o *greenwashing* e o protecionismo, qualificando-os como respostas antiéticas à crise climática.

Mary Robinson, co-líder do Diálogo europeu, acrescentou que a ética deve impulsionar a veracidade e a urgência, lembrando aos participantes que a ação climática precisa ser sincera e centrada no ser humano.

Alexandre Antonelli, Diretor de Ciência dos Jardins Botânicos Reais de Kew, classificou a perda de biodiversidade como uma falha ética: *“Uma espécie que é extinta representa uma grande falha da humanidade, como principais guardiões deste planeta.”* Ele defendeu a restauração e a proteção genuínas dos ecossistemas, advertindo que o reflorestamento não deve ser reduzido a uma simples ferramenta de compensação de carbono.

Desde o início, a cultura esteve entrelaçada nas atividades. Uma apresentação da peça *Kyoto*, sobre negociações climáticas, ressaltou o papel da arte na formação de perspectivas. *“A cultura é uma bela contadora de histórias e, quando bem feita, pode mudar nossa realidade”*, lembrou Seetharaman aos participantes. A ativista e curadora Daze Aghaji reinterpretou a crise climática como uma crise de pertencimento: *“Já não sentimos que pertencemos uns aos outros.”* Ela defendeu uma cultura regenerativa, enraizada na empatia, no cuidado e em narrativas compartilhadas.



**Diálogo Regional da América do Sul,
América Central e Caribe**

A confiança nas pessoas e nas comunidades surgiu como outro tema central. Laurence Tubiana, Diretora-Executiva da Fundação Europeia para o Clima, argumentou que *“precisamos confiar nas pessoas”*, apontando para a autoridade moral dos pequenos Estados insulares. Essa autoridade foi ecoada por Rosamund Adoo-Kissi-Debrah, fundadora da Fundação Ella Roberta, que relacionou a negação da crise climática à negação dos efeitos mortais da poluição do ar. Sua filha, Ella, tornou-se *“a única pessoa no mundo com a poluição do ar registrada em sua certidão de óbito”*. Adoo-Kissi-Debrah lembrou que a poluição atmosférica é responsável por uma em cada cinco mortes no mundo,¹⁹ afetando de forma desproporcional crianças e grupos marginalizados: *“A poluição do ar é uma questão de justiça social. É também uma questão de justiça racial.”*

A líder Roma Jutka Bari, fundadora da Green Legal Platform, fez um forte apelo por reconhecimento. Ela destacou que 80% das famílias Roma vivem abaixo da linha da pobreza e que a fome infantil persiste como um problema generalizado.²⁰ *“As soluções para a crise climática devem incluir soluções para todos, não apenas para alguns”*, afirmou, observando que crianças Roma vão para a cama com fome em uma das regiões mais ricas do mundo — uma condição que em outros lugares seria classificada como uma crise humanitária. Para Bari, uma transição justa não pode significar a continuidade da pobreza e da invisibilidade para uns enquanto outros se beneficiam das oportunidades verdes.

Governança e integridade também estiveram no centro das preocupações. Brice Böhmer, da Transparency International, denunciou a *“influência indevida”*, qualificando-a como *“uma forma de corrupção”* que compromete as negociações. Ele citou os 1.773 lobistas de combustíveis fósseis presentes na última COP — 70% deles portando credenciais de Partes²¹ — como evidência de falha sistêmica. Defendeu a

¹⁹ Anna Miller, “Fossil Fuel Air Pollution Responsible for 1 in 5 Deaths Worldwide,” *Harvard T.H. Chan School of Public Health*, February 9, 2021, <https://hsph.harvard.edu/climate-health-c-change/news/fossil-fuel-air-pollution-responsible-for-1-in-5-deaths-worldwide/>

²⁰ Council of Europe – Roma and Travellers, “Extreme Poverty Afflicts Many of the 10-12 Million Roma in Europe,” October 17, 2019, <https://www.coe.int/en/web/roma-and-travellers/-/extreme-poverty-afflicts-many-of-the-10-12-million-roma-in-europe>

²¹ Transparency International “Lack of Transparency over Lobbying at UN Climate Talks Undermines Public Trust: New Analysis,” June 19, 2025, <https://www.transparency.org/en/press/lack-of-transparency-over-lobbying-at-un-climate-talks-undermines-public-trust-new-analysis?utm.com>

criação de arcabouços rigorosos de prevenção de conflitos de interesse e padrões de transparência. Paul Polman, ex diretor-executivo da Unilever, reforçou que a mudança climática é *“fundamentalmente uma questão ética”*, alertando contra a mentalidade de fazer *“menos mal”* e defendendo a transição para sistemas regenerativos e restaurativos. *“A história que escolhemos guia nosso comportamento”*, afirmou, observando que a narrativa dominante atual continua sob o controle daqueles que se beneficiam da inação.

Os participantes do BEG também ressaltaram as dimensões coloniais e intergeracionais da justiça climática. Malcom Ferdinand, autor de Uma Ecologia Decolonial, argumentou que a destruição ecológica não pode ser dissociada da colonização e do racismo:



A destruição da Terra só foi possível porque foi precedida pela desumanização, conquista e dominação dos povos indígenas.”

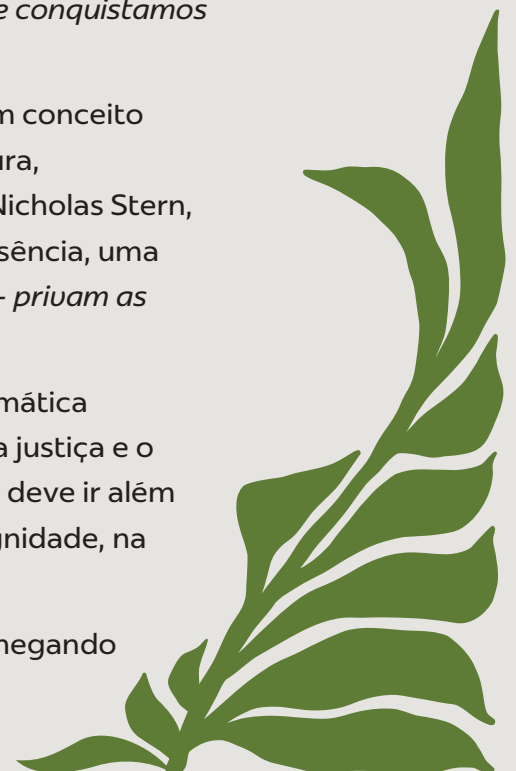
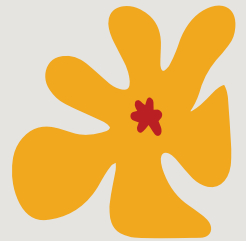
Ele defendeu objetivos enraizados na justiça e na dignidade, e não apenas em metas técnicas. Kate Hampton, CEO da Children’s Investment Fund Foundation, alertou para os impactos crescentes da mudança climática sobre as crianças — desde o casamento infantil até o deslocamento forçado — e exortou os líderes a *“colocar as crianças no centro das políticas. Precisamos orçar como se estivessemos orçando para nossos filhos.”*

Sob a perspectiva da gestão local, o vice-prefeito de Londres para Meio Ambiente e Energia, Mete Coban, enfatizou que a transição verde precisa gerar benefícios concretos para as comunidades da classe trabalhadora, que sofrem mais com a poluição do ar e os altos custos de energia: *“É assim que conquistamos corações e mentes.”*

Ao longo do Diálogo europeu, a ética foi tratada não como um conceito abstrato, mas como uma urgência. As discussões conectaram cultura, governança, justiça e lutas cotidianas. Como concluiu o professor Nicholas Stern, da London School of Economics, a mudança climática é, em sua essência, uma história de injustiça: *“As emissões — passadas, presentes e futuras — privam as pessoas de seu direito ao desenvolvimento.”*

A edição europeia do BEG reafirmou que enfrentar a crise climática exige, acima de tudo, o compromisso com a verdade, a confiança, a justiça e o pertencimento. Como os participantes reiteraram, a ação climática deve ir além da dimensão técnica e tornar-se um projeto ético, enraizado na dignidade, na inclusão e no respeito a todas as formas de vida.

Partindo da Europa, a trajetória do BEG cruzou o Atlântico, chegando



à edição da América do Sul, América Central e Caribe, realizada em Bogotá, Colômbia, que trouxe novas perspectivas moldadas pela diversidade cultural e ecológica da região. A ministra Marina Silva apresentou a região como lar de uma diversidade incomparável de biomas — dos Andes à Amazônia, do Cerrado ao Chaco — além de abrigar algumas das maiores riquezas de biodiversidade do planeta, como a Mata Atlântica, o Pantanal e os recifes mesoamericanos e caribenhos. Para além de sua riqueza terrestre e marinha, a região é profundamente pluricultural e multilíngue, marcada pela presença de povos indígenas, comunidades tradicionais, afrodescendentes e centros urbanos dinâmicos. No entanto, essa riqueza convive com profundas desigualdades, altos níveis de endividamento e elevada vulnerabilidade aos riscos climáticos.

Nesse contexto, o Diálogo da América do Sul, América Central e Caribe fez fortes apelos pela integração das agendas de clima, biodiversidade e desertificação, alertando que abordagens fragmentadas já não são suficientes. A ministra dos Povos Indígenas do Brasil, Sonia Guajajara, lembrou aos participantes que, embora a separação das convenções em 1992 fizesse sentido para permitir explorações mais aprofundadas, *“diante das emergências climáticas, é hora de reunir novamente essas convenções e falar com uma só voz.”* O verdadeiro progresso, enfatizou, é aquele que reconecta a humanidade com a natureza — o que as mulheres indígenas descrevem como ***“reflorestando mentes e corações.”***

Os participantes ressaltaram repetidamente que a ação climática na região não pode ser dissociada da democracia, da desigualdade e das injustiças históricas. Relembrando a Opinião Consultiva nº 32 da Corte Interamericana de Direitos Humanos, a Ministra Marina Silva descreveu a emergência climática como *“uma guerra silenciosa que causa danos irreparáveis, sobretudo às populações mais vulneráveis.”* Assim, enfrentar a crise foi enquadrado não apenas como um desafio ambiental, mas como uma responsabilidade ética vinculada à justiça, à democracia e à reparação histórica.



Diálogo Regional da Europa

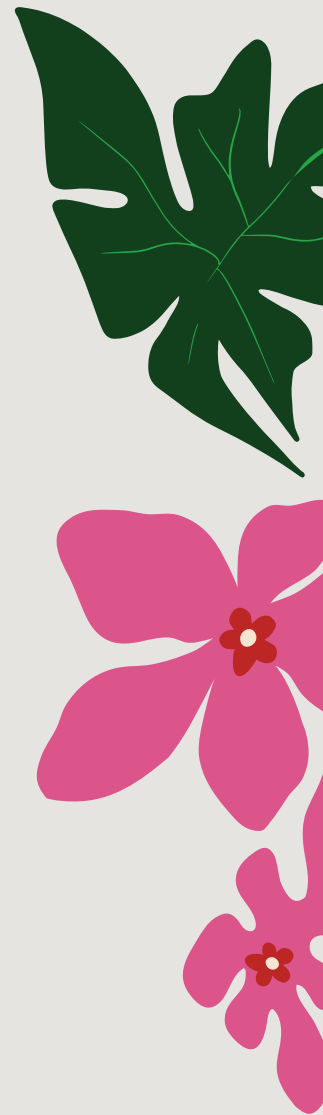
A cultura também emergiu como um tema definidor. Os participantes destacaram que a implementação não se resume a financiamento e tecnologia, mas envolve igualmente a salvaguarda de vozes, memórias e expressões criativas. A arte, a espiritualidade e a narrativa foram descritas como formas de resistência e de defesa climática. Como explicou Frida Muenala, cineasta quáchua-zapoteca de Otavalo, Equador: *“A crise climática não destrói apenas nossos ecossistemas. Ela apaga culturas e memórias. A exploração não retira apenas recursos, retira também nossas histórias.”* Proteger a cultura e a memória foi, portanto, apresentado como inseparável da proteção da própria vida.

No centro deste diálogo estava a convicção de que as perspectivas éticas devem estar enraizadas nas experiências vividas. Povos indígenas, comunidades afrodescendentes, populações rurais e movimentos de base foram reconhecidos não apenas como vítimas da linha de frente, mas também como guardiões de conhecimento e agentes de transformação. Fany Kuiru, liderança indígena e coordenadora da COICA, enfatizou: *“Com base nos conhecimentos tradicionais, manejamos nossos territórios, nossos recursos naturais, nossos bens comuns e nossa biodiversidade. É por isso que nossos territórios permanecem intactos. Queremos contribuir com esse conhecimento para as soluções climáticas.”* Sua liderança foi considerada indispensável para estratégias que promovam tanto a justiça quanto a sobrevivência planetária.

A ex-presidente do Chile e co-líder do Diálogo da América do Sul, América Central e Caribe, Michelle Bachelet, reforçou essa urgência, lembrando os participantes de que *“a transição climática deve ser justa, inclusiva e respeitosa das realidades locais. A crise climática exige de nós a coragem de dizer a verdade, a humildade de ouvir e a ambição de agir.”* Para ela, a responsabilidade das nações industrializadas de prover financiamento, tecnologia e capacitação não é caridade, mas uma obrigação ética.

A Floresta Amazônica e outros biomas regionais foram colocados no centro do debate ético. Eles foram descritos como essenciais para a estabilidade planetária, mas sob ameaça constante do desmatamento, das indústrias extrativas e de modelos agrícolas insustentáveis. Nesse contexto, o BEG foi apresentado como um corretivo — uma forma de restaurar o equilíbrio, ancorando a avaliação da emergência climática em uma *“ética dos valores”*, em oposição à *“ética das circunstâncias”* que agravou múltiplas crises. Esse corretivo foi associado à responsabilização e ao dever histórico das nações industrializadas de cumprir suas obrigações.

O Diálogo da Ásia, terceira edição do Balanço Ético Global, evidenciou a região como linha de frente da vulnerabilidade climática e, ao mesmo tempo, como fonte de profunda resiliência. Os testemunhos variaram de comunidades insulares resistindo à mineração predatória, a mulheres das áreas rurais da Índia que preservam artes tradicionais como sabedoria climática, até jovens



lideranças exigindo responsabilização no financiamento de perdas e danos. Em meio a essas experiências diversas, a mensagem foi consistente: as soluções já existem, mas o que falta é coragem moral para ampliá-las e implementá-las. Garantir financiamento previsível, justo e liderado pelas comunidades foi visto como indispensável para transformar soluções em realidade.

Os participantes asiáticos enfatizaram que o GST não deve ser mais um ciclo de palavras, mas a base para ações concretas e urgentes. O desafio, argumentaram, não é a falta de conhecimento ou de soluções — *“o que falta é honestidade e coragem moral.”* O economista ambiental tailandês Leo Horn-Phathanothai alertou: *“Confundimos o sintoma com a doença. A mudança climática é o sintoma. A doença é o extrativismo brutal que mercantiliza todos os recursos que temos.”* Ressaltou-se que o GST deve enfrentar as causas profundas, desde a dependência dos combustíveis fósseis até o desmatamento, além de abordar os sistemas culturais de desconexão que corroem a empatia e o cuidado. O Enviado Especial da COP30 para o Sul da Ásia, Arunabha Ghosh, ecoou esse ponto: *“A mudança climática é a segunda maior crise que enfrentamos. A maior crise da humanidade é a falta de empatia.”*

Compaixão, justiça e responsabilidade compartilhada emergiram como princípios orientadores. Kailash Satyarthi, Prêmio Nobel da Paz e co-líder do Diálogo Regional da Ásia, descreveu a compaixão como o chamado mobilizador para uma ação consciente, de que o mundo precisa com urgência. *“A compaixão se manifesta por meio da justiça, da equidade, da paz e da sustentabilidade”*, afirmou, defendendo que a compaixão seja empregada como *“uma força de mudança, uma força de transformação que promove a conexão por meio de uma ação genuína e honesta.”* Complementando essa visão, os participantes recomendaram o conceito de ‘biofelicidade’ — o bem-estar que surge quando a biodiversidade é conservada e utilizada para melhorar a saúde, a nutrição e os meios de subsistência — como um princípio orientador capaz de vincular ecologia e realização humana.

Os participantes também destacaram a necessidade urgente de operacionalizar o financiamento de perdas e danos e de fechar lacunas gritantes, como a mitigação do metano. Manjyot Kaur observou que menos de 2% do financiamento global é destinado à redução de metano, apesar da gravidade de seus impactos sobre o clima e a saúde. Argumentou-se ainda que a adaptação não pode ser incremental: as transições precisam preservar a dignidade e os meios de subsistência ao enfrentar a inseparabilidade entre colapso ecológico, pobreza, exploração e desigualdade. Como afirmou a jovem liderança do Sudeste Asiático Seruni Salsabila: *“Tecnologia sem ética é cega, economia sem alma é extração, e poder sem amor se torna algo sem propósito.”*

A tecnologia e a capacitação técnica foram enquadradas como obrigações éticas. Os participantes defenderam que as transições para energias limpas só



terão êxito se investirem na formação de capacidades humanas, em parcerias equitativas e no compartilhamento de conhecimento. Alguns sugeriram que a Índia poderia se tornar um centro global de treinamento, mas enfatizaram que a transferência de tecnologia deve ir além da retórica, garantindo que as soluções sejam compartilhadas e não acumuladas.

De forma contundente, os participantes enfatizaram suas concordâncias com a urgência de se fazer um mapa do caminho claro para eliminar gradualmente os combustíveis fósseis. A ativista do Fridays for Future, Farzana Faruk, defendeu um Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis com prazos obrigatórios: *“Aqueles que lucram com a destruição devem pagar por suas consequências.”* Ancorar esse roteiro na justiça e na responsabilização, argumentaram, é o que transformará compromissos em ações mensuráveis.

O Diálogo asiático foi concluído com uma mensagem clara: se a COP30 for lembrada como a “COP da Implementação”, a ambição deverá estar ancorada na ética. Filosofias ancestrais foram evocadas como guias. Sumaiya Binte Selim, coordenadora do International Centre for Climate Change and Development, explicou: *“Acreditamos na religião da natureza, baseada na simplicidade, no equilíbrio e no respeito pela vida... não é o consumo excessivo que traz satisfação, mas nossa conexão com a natureza e com o que ela nos oferece.”* Ana Toni, diretora-executiva da COP30, reforçou: *“Nossa tarefa coletiva é clara. Precisamos agir juntos agora; não temos mais tempo. O futuro está sendo escrito enquanto falamos, e precisamos enfrentá-lo de frente.”* As vozes da Ásia, assim, clamaram por um mutirão global enraizado na empatia, na continuidade cultural e na justiça transformadora, lembrando ao mundo que o coração da ação climática não reside apenas no carbono, mas também na compaixão.

A edição africana do Balanço Ético Global, realizada em Adis Abeba, Etiópia, marcou o quarto Diálogo Regional, iniciado com uma invocação espiritual em homenagem aos ancestrais e em reverência à Mãe Natureza, ancorada na poderosa declaração de que não pode haver *“nada sobre nós sem nós.”* Esse início definiu o tom do Ubuntu — *“eu sou porque nós somos”* — destacando reverência, solidariedade e responsabilidade intergeracional.



Foto: Ana Lucia Patti Vitellio

Diálogo Regional da Europa



Foto: Fernando Donasci/MMA

Diálogo Regional da Ásia



Foto: Fernando Donasci/MMA

Diálogo Regional da Oceania



Diálogo Regional da América da Norte

Foto: Fernando Donasci/MMA



Foto: Fernando Donasci/MMA

Diálogo Regional da América do Sul, América Central e Caribe



Foto: Fernando Donasci/MMA

Diálogo Regional da África



Foto: Eduardo Carvalho

Diálogo Regional da Oceania



Foto: Rogério Cassimiro/MMA

Diálogo Regional da América do Sul, América Central e Caribe

A África ocupa o centro do paradoxo ético e de desenvolvimento no contexto da emergência climática. O continente abriga vasta riqueza natural e minerais críticos, mas mais de 600 milhões de pessoas — 43% de sua população — continuam sem acesso à eletricidade. Embora suas comunidades, países e regiões tenham baixa contribuição para as causas da mudança do clima, são as que pagam o maior preço, sobretudo em função de enfrentarem enormes déficits de adaptação.²² Ao mesmo tempo, a África recebe apenas 3,3% do financiamento climático global, apesar de estar entre as regiões mais expostas a choques climáticos.²³ Como ressaltaram os participantes, a crise não é de escassez ou de incapacidade técnica, mas de desigualdade, poder e ética. Recursos e conhecimento existem, mas os processos de decisão e de financiamento continuam ignorando aqueles que mais precisam. Para a África, isso torna a adaptação tão urgente quanto a mitigação, com os participantes enfatizando que os Planos Nacionais de Adaptação devem receber o mesmo peso político e financeiro que as Contribuições Nacionalmente Determinadas, dada a vulnerabilidade aguda do continente aos impactos climáticos. Como advertiu um dos oradores, a adaptação é *“inegociável; caso contrário, não sobreviveremos.”*

A adaptação foi apresentada não como um complemento assistencialista, mas como um investimento estratégico em resiliência e desenvolvimento. Os oradores destacaram a necessidade de infraestrutura resistente a inundações, sistemas descentralizados de energia renovável e fontes sustentáveis de água como medidas que, ao mesmo tempo, protegem comunidades e criam oportunidades para um crescimento inclusivo. Ressaltaram que as estratégias nacionais devem ter a ética e a equidade em seu núcleo, garantindo que a adaptação seja centrada nas pessoas, inclusiva e fundamentada na justiça.

O Diálogo africano também foi enquadrado como um momento de recuperar dignidade, soberania e protagonismo, fundamentando a ação climática tanto na ciência quanto na sabedoria ancestral. Os participantes traçaram paralelos entre o Ubuntu e a noção brasileira de *mutirão* — valores compartilhados de esforço coletivo, solidariedade e reciprocidade que podem orientar uma transição justa. Essa bússola ética trouxe uma mensagem política clara: a África não é uma vítima a ser administrada, mas uma protagonista cujo conhecimento, sistemas de saber e inovações devem moldar o caminho para a implementação alinhada a 1,5°C. Assim, a implementação eficaz deve reconhecer a ciência e as instituições africanas como parceiras em pé de igualdade em pesquisa, inovação e transferência de tecnologia.

Além disso, os sistemas atuais de prestação de contas foram criticados como opacos, com uma intervenção alertando que *“quase tudo pode ser rotulado como financiamento climático.”* Foram feitos apelos por definições claras, padrões universais

²² International Energy Agency (IEA) (2022), *Africa Energy Outlook 2022*, IEA, Paris <https://www.iea.org/reports/africa-energy-outlook-2022>

²³ Climate Policy Initiative, *Landscape of Climate Finance in Africa 2024* (San Francisco: Climate Policy Initiative, 2024), <https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2024/10/Landscape-of-Climate-Finance-in-Africa-2024.pdf>

e sistemas de monitoramento transparentes que garantam que os recursos sejam de fato direcionados para a resiliência e para a transição justa.

O Diálogo também destacou que a credibilidade do Balanço Global do Acordo de Paris depende de enfrentar as causas profundas da crise. Os oradores lembraram que quase três décadas de negociações climáticas se passaram antes que os combustíveis fósseis fossem sequer mencionados em um resultado da COP, enfatizando que continuar a evitar esse tema é indefensável. Para a África, acabar com a dependência de combustíveis fósseis, deter o desmatamento, cumprir o compromisso global de triplicar a capacidade de energias renováveis e dobrar as melhorias de eficiência até 2030 foram apresentados como oportunidade para fechar a enorme lacuna de acesso à energia no continente e aproveitar os minerais críticos para a industrialização verde. Ao mesmo tempo, os participantes enfatizaram os vetores de demanda que impulsionam a crise, destacando os padrões insustentáveis de consumo do Norte Global. Kumi Naidoo, presidente da Iniciativa do Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis, advertiu: *“Se não enfrentarmos a questão do consumo, estaremos sendo iludidos”*, acrescentando que, para sustentar o estilo de vida da América do Norte, seriam necessários pelo menos cinco planetas.²⁴ Esse desequilíbrio contrasta de forma gritante com a realidade de milhões de africanos que ainda não têm acesso sequer a uma lâmpada.

Diante desse cenário, a sessão fez um chamado pela verdade nos processos multilaterais, instando que a COP30 seja a “COP da Verdade.” Para a África, dizer a verdade significa enfrentar os combustíveis fósseis como motores da crise, abordar os padrões de consumo e as desigualdades no acesso à energia e ao financiamento, e fundamentar as soluções nas realidades vividas, colocando as pessoas — em especial os povos indígenas, as comunidades

²⁴ Global Footprint Network, “How Many Earths—or Countries—Do We Need?” <https://overshoot.footprintnetwork.org/how-many-earths-or-countries-do-we-need/>



Diálogo Regional da África

Foto: Fernando Donasci / MMA



Diálogo Regional da América do Norte

locais, as mulheres, os jovens e as pessoas com deficiência — no centro do financiamento climático e da governança. Reduzir a distância entre compromissos e ação foi descrito não apenas como uma tarefa política, mas também como uma obrigação moral, exigindo critérios claros, financiamento responsável e modelos de investimento que tratem o desenvolvimento sustentável como oportunidade de investimento, e não como caridade.

Como destacou Wanjira Mathai, co-líder do Diálogo da África, esta edição do BEG transmitiu uma mensagem clara e urgente: *“a era das mudanças graduais acabou. Agora é o momento de implementar, com coragem, as estratégias essenciais — com determinação inabalável e firme propósito. Justa, ousada e ambiciosa deve ser a única forma de agir — um chamado que ecoa através de fronteiras e gerações. Encerra-se, assim, a tolerância à proliferação dos combustíveis fósseis, e reafirma-se que a justiça climática, ancorada no princípio das Responsabilidades Comuns porém Diferenciadas, continua sendo o pilar moral da nossa visão comum.”*

Depois da África, o Balanço Ético Global seguiu para a Oceania, onde o quinto Diálogo Regional foi realizado em Sydney, Austrália. Conduzido nas terras do povo Gadigal, o encontro iniciou com o reconhecimento da custódia aborígene, sublinhando que a crise climática é profundamente cultural, ética e existencial.

Os líderes do Pacífico enfatizaram que suas nações, embora tenham contribuído minimamente para o problema, estão na linha de frente de seus impactos mais devastadores. Para essas comunidades, a mudança climática não é um desafio distante, mas uma realidade — marés extremas, erosão costeira e ciclones que perturbam a vida cotidiana, enquanto cresce a perspectiva de que países inteiros se tornem inabitáveis. Nesse contexto, o lema *“1,5 para permanecer vivos”* foi reiterado ao longo do Diálogo como um grito de sobrevivência, e não apenas como um slogan político, em meio ao deslocamento forçado já vivido por comunidades e à ameaça concreta de que suas terras natais desapareçam sob o mar.

As promessas de mobilizar pelo menos 300 bilhões de dólares anuais até 2035 — com fluxos mais amplos chegando a 1,3 trilhão —, juntamente com o compromisso de triplicar os

desembolsos dos fundos climáticos oficiais da ONU até 2030 e de tornar plenamente operacional o novo Fundo de Perdas e Danos, foram descritas pelos líderes do Pacífico não como obrigações abstratas, mas como meios essenciais de sobrevivência destinados a financiar medidas concretas, como turbinas eólicas resistentes a tufões, micro-redes, diques e sistemas de alerta precoce. Ao mesmo tempo, os participantes advertiram que, com frequência, as promessas não são cumpridas — uma falha que, para os pequenos Estados insulares, não é simbólica, mas existencial, ameaçando não apenas meios de subsistência, mas também a sobrevivência cultural, a soberania e os direitos humanos.

Os participantes enfatizaram, portanto, que Mapa do Caminho de Baku a Belém para 1,3 trilhão de dólares, deve não apenas detalhar como os recursos serão ampliados, mas também garantir sua entrega acessível, responsável e com qualidade, defendendo que a COP30 seja lembrada como a “COP da Implementação” e *“não apenas mais uma série de belas narrativas.”*

Marina Silva lembrou aos participantes: *“Como sabemos, as soluções técnicas já existem. O que falta é o compromisso ético de usar o conhecimento que temos para promover a mudança. Já temos a tecnologia para produzir alimentos — então, por que ainda existem pessoas passando fome? Já temos a tecnologia para gerar energia a partir do sol, do vento e da biomassa — então, por que continuamos a subsidiar investimentos intensivos em carbono? Já temos a tecnologia para educar e alimentar as pessoas — por isso, o que precisamos é que o Balanço Ético nos traga a necessária e incômoda pressão moral para fazermos o que precisa ser feito.”*

O Diálogo ressaltou a necessidade de fortalecer a Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP) no âmbito da UNFCCC e ampliar seu papel. Os participantes defenderam que as vozes indígenas não podem permanecer confinadas a eventos paralelos, mas devem estar inseridas no centro dos processos da COP30 como fontes de conhecimento, ética e transformação. Ian Fry, especialista em direito ambiental e políticas de direitos humanos, destacou a urgência da reforma: *“Esta plataforma só reporta a cada três anos para a COP. Isso está errado. Os povos indígenas deveriam reportar e ter participação direta nas decisões da COP todos os anos.”* Nessa mesma linha, a ativista climática maori Tiana Jakicevich alertou que o conhecimento indígena não deve ser tratado como secundário, insistindo que as estratégias climáticas *“devem começar com o conhecimento indígena como fundamento.”*

Os participantes também destacaram a responsabilização vinculante, considerada inseparável do imperativo global de abandonar os combustíveis fósseis. Os riscos existenciais enfrentados pelas nações do Pacífico exigem obrigações vinculantes para Estados, instituições financeiras e empresas. Tais obrigações, concordaram, devem ser operacionalizadas por meio do desenvolvimento de um mapa do caminho global para a transição para longe dos combustíveis fósseis e a interrupção do desmatamento, com indicadores de desempenho claros e marcos mensuráveis.



O Diálogo acolheu com destaque a Opinião Consultiva da Corte Internacional de Justiça (CIJ) sobre as Obrigações dos Estados em relação à Mudança Climática, que esclareceu que os Estados podem ser responsabilizados internacionalmente caso deixem de regular a exploração, as licenças, os subsídios ou a produção de combustíveis fósseis. Embora não seja juridicamente vinculante, a opinião carrega peso moral e político significativo, ao sublinhar que a continuidade da expansão fóssil pode constituir um ato internacionalmente ilícito que *“ameaça as gerações presentes e futuras.”* Belyndar Rikimani, advogada do Governo das Ilhas Salomão, destacou que isso oferece *“aos negociadores da COP30, aos Estados vulneráveis e aos defensores uma clareza jurídica e uma capacidade de pressão sem precedentes.”*

As vozes da Oceania enfatizaram que a ação climática é também uma disputa de narrativas. Jovens líderes alertaram que, na era digital, a atenção se tornou um recurso escasso. Brianna Fruean, ativista climática de Samoa, advertiu que *“a desinformação alcançará as pessoas se nós não o fizermos.”* Para enfrentar isso, os participantes destacaram a necessidade de narrativas — investir em escritores, artistas, cineastas, lideranças religiosas e criadores digitais. Das danças samoanas à poesia do Pacífico, as expressões culturais foram descritas como veículos poderosos para mobilizar sociedades e combater a negação climática.

Foram levantadas preocupações de que a ciência climática tenha sido colocada em segundo plano nas últimas COPs. O Diálogo destacou a necessidade de reafirmar a independência da ciência, com os achados do IPCC e as redes acadêmicas servindo como base de autoridade para a formulação de políticas e como instrumentos para enfrentar a politização e o negacionismo. Cathryn Eatock, copresidente da Organização dos Povos Indígenas da Austrália, observou que *“o negacionismo climático persiste não por falta de ciência, mas porque constitui uma*



defesa estratégica de um status quo ameaçado.” A ex-primeira-ministra da Nova Zelândia, Jacinda Ardern, ampliou a definição de negacionismo, argumentando que o fracasso — por parte de instituições, governos ou atores do setor privado — em cumprir as obrigações climáticas, configura, por si só, uma forma de negação climática.

Anote Tong, ex-Presidente de Kiribati e co-líder do BEG da Oceania, sintetizou a dimensão ética em termos contundentes: *“Portanto, a questão ética fundamental aqui é: como pode ser permissível que, enquanto enfrentamos os desafios, outros recebam licenças para realizar atividades que destroem nosso futuro? Como isso pode ser possível? Onde está a moralidade nisso?”*

Em última instância, a mensagem da Oceania foi de solidariedade e transformação: a ação climática deve não apenas mitigar e adaptar, mas também reconfigurar profundamente o próprio modelo de desenvolvimento.

Da Oceania, o Balanço Ético Global teve continuidade na América do Norte, onde o último Diálogo Regional foi realizado, em Nova York. Iniciado com uma oração de Sophia Powless, da Nação Onondaga, o encontro foi pautado pela espiritualidade, pela gratidão e pela reconexão com a natureza. Essa ênfase na cerimônia indígena e na continuidade cultural definiu o tom de um diálogo que enquadrou a crise climática como moral, cultural e civilizacional.

O Diálogo da América do Norte destacou que a COP30 deve ser a “COP da Ética e da Justiça Climática.” Os participantes insistiram que a justiça climática só poderá ser alcançada se as vozes historicamente marginalizadas — povos indígenas, mulheres, jovens e comunidades vulneráveis — forem colocadas no centro das negociações. Como lembrou a co-líder do Diálogo norte americano, Karenna Gore: *“não somos apenas nações, somos povos”*. E também ressaltou: *“Só neste ano a América do Norte viu enchentes, tempestades, ondas de calor e incêndios florestais sem precedentes. Ao mesmo tempo, temos mais dados, informação, tecnologia e alternativas do que nunca. Não é o suficiente. Não precisamos apenas de informação, precisamos de sabedoria. Para invocar e canalizar isso, é preciso um ajuste cuidadoso na abordagem. É preciso intenção e é preciso atenção. E é isso que estamos fazendo aqui.”*

Os participantes ressaltaram as profundas contradições de uma região que abriga algumas das nações mais ricas e maiores emissoras do mundo, enquanto populações vulnerabilizadas dentro da América do Norte — em especial comunidades indígenas, pobres, idosas e marginalizadas — enfrentam enchentes letais, ondas de calor e incêndios florestais. A crise





Foto: Fernando Donasci/MMA

**Diálogo Regional da América do Sul,
América Central e Caribe**



Foto: Fernando Donasci/MMA

Diálogo Regional da Oceania



Foto: Fernando Donasci/MMA

Diálogo Regional da Europa



Foto: Rogério Cassimiro/MMA

**Diálogo Regional da América do Sul,
América Central e Caribe**



Foto: Fernando Donasci/MMA

Diálogo Regional da Ásia



Foto: Fernando Donasci/MMA

Diálogo Regional da América da Norte



Foto: Fernando Donasci/MMA

Diálogo Regional da Europa

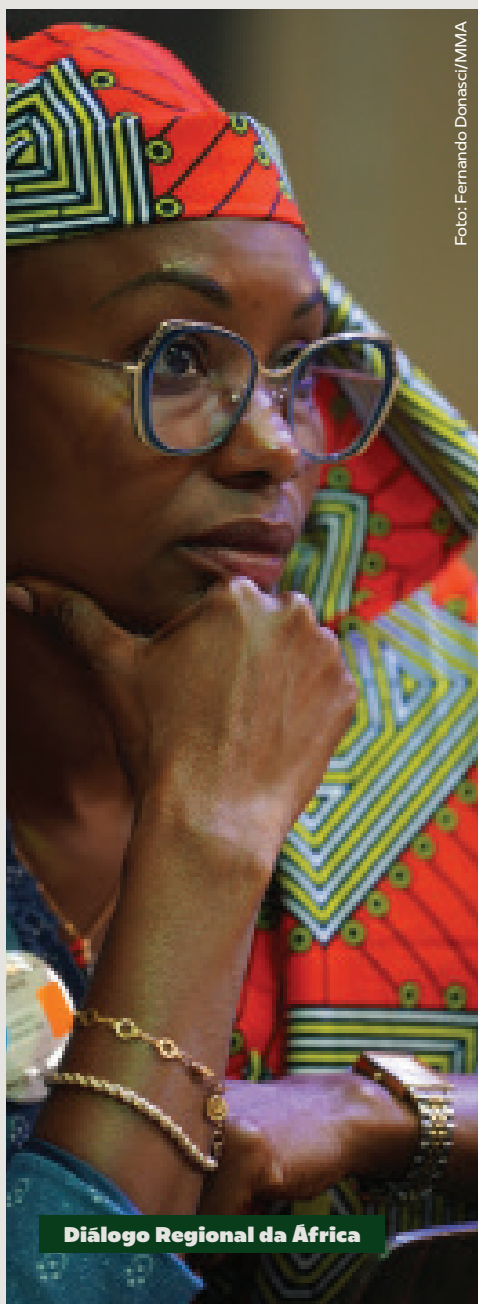


Foto: Fernando Donasci/MMA

Diálogo Regional da África



Foto: Fernando Donasci/MMA

Diálogo Regional da Ásia



Foto: Fernando Donasci/MMA

Diálogo Regional da Oceania

foi descrita como uma lacuna de justiça, em que os menos responsáveis arcam com os custos mais pesados. Selwin Hart, Assessor Especial do Secretário-Geral da ONU para Ação Climática e Transição Justa, alertou que as soluções não devem aprofundar desigualdades, mas sim ser guiadas pela esperança e pela coragem, lembrando que *“cada voz conta, cada ação que você toma conta, cada pessoa que você influencia conta.”*

A adaptação surgiu tanto como estratégia de sobrevivência quanto como questão de justiça. Representantes de pequenas ilhas insulares enfatizaram que a adaptação deve ir além da infraestrutura física. Noelle Young, profissional bermudense-canadense especializada em soluções sustentáveis e defensora da justiça climática, advertiu que *“a resiliência se tornou uma máscara para a negligência sistêmica... o financiamento para adaptação deve proteger práticas culturais e identidades, não apenas infraestrutura.”*

O Diálogo valorizou a cultura, a espiritualidade e a narrativa como dimensões vitais da ação climática. Poesia, música e testemunhos foram entrelaçados nas sessões, reforçando que proteger a cultura e a memória é inseparável de proteger a própria vida. Marco Tedesco, professor pesquisador da Universidade Columbia, refletiu sobre suas décadas de pesquisa glaciológica: *“o conhecimento por si só não é suficiente... a terra é pele, a água é sagrada, o gelo é memória.”* Ele defendeu a convergência entre ciência e espiritualidade na humildade, na reciprocidade e no sentimento do encantamento.

O dizer a verdade foi outro tema recorrente. Os participantes exigiram que os compromissos de transição para além dos combustíveis fósseis, de operacionalização do financiamento de perdas e danos e de ampliação das energias renováveis sejam acompanhados de mecanismos de responsabilização vinculante. Como observou Noelle Young: *“os tratados podem nos dar ferramentas legais, mas são as pessoas que lhes darão vida.”* A ratificação foi descrita não como a linha de chegada, mas como o início da transformação.

Os participantes enfatizaram que a justiça climática não pode ser dissociada do enfrentamento do militarismo. Argumentaram que as operações militares produzem emissões que anulam reduções obtidas em outros setores, tornando impossível ignorar a pegada ecológica da guerra. Jacqueline Patterson, pesquisadora, professora, organizadora comunitária e ativista na área de justiça climática e racial descreveu o militarismo como *“um dos maiores atos de dano contra as pessoas e o planeta.”* Enfrentá-lo, defendeu, exige abordagens baseadas na cooperação em vez da dominação, e uma justiça que coloque no centro aqueles mais afetados.

No encerramento, as vozes da América do Norte convocaram coragem, consciência e solidariedade, enquadrando a mudança climática como um teste moral existencial. A mensagem foi clara: para alcançar a meta de 1,5°C e garantir

um futuro justo, a COP30 deve ancorar a ambição na ética e assegurar que a verdade, a justiça e a cultura orientem o caminho a seguir.

Em conjunto, os Diálogos Regionais do Balanço Ético Global reafirmam que a ação climática é inseparável da ética. Em todos os continentes, os participantes enfatizaram que a honestidade, a compaixão, a justiça e a solidariedade devem guiar as decisões, e não os interesses egoístas ou soluções meramente tecnocráticas. Embora cada região tenha articulado prioridades distintas — o foco da Europa na verdade e na governança, o chamado da América Latina para a justiça cultural e ecológica, a ênfase da Ásia na compaixão e na mudança sistêmica, a demanda da África por equidade e adaptação, a luta da Oceania pela sobrevivência e soberania, e a insistência da América do Norte na responsabilização e na renovação cultural — todas convergem em um imperativo ético comum. A ação climática deve ser centrada nas pessoas, inclusiva e transformadora.

Este panorama evidencia que a ética adquire maior significado quando situada em contextos regionais, onde tradições culturais, realidades sociais e circunstâncias ecológicas moldam a forma como os desafios climáticos são compreendidos e como respostas justas são construídas.

As próximas seções analisam cada um dos seis Diálogos com mais profundidade — começando pela Europa e avançando pela América do Sul, América Central e Caribe, Ásia, África, Oceania e América do Norte — destacando as vozes dos participantes e as principais mensagens que emergiram. Cada seção se encerra com recomendações concretas e específicas para cada região, que traduzem essas diversas perspectivas regionais em orientações para negociadores e tomadores de decisão, assegurando que a ética que informa a ação climática seja, ao mesmo tempo, globalmente coerente e localmente enraizada.







Foto: Fernando Donasci/MMA

Edição Europa



EDIÇÃO EUROPA

1º Diálogo define parâmetros

Vinte oradores enfatizam a importância de honrar os compromissos já assumidos. Isso não é fácil, mas é totalmente viável.

O primeiro dos seis Diálogos

organizados no âmbito do Balanço Ético Global foi realizado em 24 de junho, na Temperate House, em Kew Gardens, Londres. Vinte oradores, selecionados por suas múltiplas trajetórias e experiências como líderes na questão da mudança do clima, se revezaram no palco para abordar não apenas os problemas da inação, mas também as soluções possíveis. Mary Robinson, ex-presidente da Irlanda, foi a co-líder da reunião, que ressaltou: *"Precisamos definir padrões. Padrões elevados. E falar o máximo possível a verdade real. Incentivo vocês a compartilharem o que lhes provoca indignação, mas também o que os emociona profundamente e o que lhes dá esperança"*.

Participaram também a Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, Marina Silva; o presidente da COP30, Embaixador André Corrêa do Lago; a diretora-executiva da Conferência, Ana Toni; e o embaixador do Brasil no Reino Unido, Antonio Patriota.

O encontro teve início com a fala do Embaixador Patriota, que destacou: *"O Balanço Ético Global pretende construir uma rede de vozes capaz de transmitir uma mensagem humanista unificada, que reflita nosso propósito comum e a riqueza de nossa diversidade"*.

O Embaixador André Corrêa do Lago, presidente da COP30, observou que *"a essência dessa dimensão ética se revela no momento em que as pessoas decidem fazer a coisa certa, quando têm a oportunidade e a função que lhes permite agir corretamente"*. E mais adiante reforçou: *"A Presidência da COP30 será inspirada por todos os que estão aqui hoje"*.

Uma preocupação central dos participantes foi a de não nos distanciarmos dos compromissos já assumidos. Nesse sentido, a promessa de promover a transição para substituímos os combustíveis fósseis foi recorrente, aparecendo em muitos discursos. Da saúde global à atuação de grupos de interesses privados em COPs anteriores, os impactos dessas fontes de energia não renováveis foram lembrados por diversos participantes.

Vários participantes destacaram a necessidade de um roteiro claro para implementar as decisões já tomadas nas negociações climáticas, incluindo o Fundo de financiamento consensuado no Acordo de Paris, no montante de USD 1,3 trilhão destinado a prestar



apoio aos países em desenvolvimento nos seus esforços de mitigação das causas da emergência climática e na adaptação para lidar com eventos extremos.

Muitos oradores defenderam que o senso de comunidade, a fé e a cultura são instrumentos poderosos para conquistar corações e mentes e superar o desafio da ação climática. Alguns participantes também se engajaram ativamente em expressões culturais, concluindo suas intervenções recitando poemas ou trechos de canções, ressaltando a profundidade emocional das discussões.

Os convidados também tiveram a oportunidade de assistir a um fragmento da peça de teatro Kyoto, da aclamada companhia britânica Good Chance. A peça tem como tema as negociações climáticas globais que resultaram no primeiro acordo climático juridicamente vinculante do mundo.

Eles também se transformaram em criadores, participando da cocriação de uma obra de arte coletiva, guiada pela artista brasileira Alexia Ferreira — que teve a participação de todos os convidados dos seis Diálogos do BEG e que será apresentada na Zona Azul durante a COP30, em Belém, no Brasil.

O Diálogo se encerrou com uma mensagem forte ao mundo: passar das palavras à ação é urgente, complexo, mas viável. A melhor maneira de assegurar este movimento é incluir as pessoas, ouvir suas vozes e garantir legitimidade social para as grandes transformações necessárias.

Perguntas

Todos os Diálogos do Balanço Ético Global responderam a pelo menos uma das cinco perguntas orientadoras, a fim de gerar uma base comum de reflexão e conectar diferentes experiências locais ao processo global. Conheça as perguntas:



Diálogo Regional da Europa

1. Por que a negação da mudança do clima continua prevalecendo em decisões públicas e privadas, quando milhões de vidas estão em risco ou já foram perdidas?
2. O que precisamos fazer para criar um ciclo de prosperidade, mais adaptado, sustentável e ético, que valorize e proteja modos de vida diversos?
3. Como podemos incentivar as nações ricas, que são grandes produtoras e consumidoras de combustíveis fósseis, a acelerar essa transição, descomissionando ativos, redirecionando investimentos para energias renováveis, diversificando as fontes de energia e adotando outras medidas?
4. Considerando que a cultura e a espiritualidade podem ser aliadas poderosas no enfrentamento da crise climática, existem tradições, histórias ou práticas culturais ou espirituais de sua comunidade ou região que nos ensinem a viver em maior harmonia com a natureza?
5. Quais ideais, sob as perspectivas política, social, cultural, espiritual, filosófica, estética e ética, ajudariam melhor a viabilizar essa transição?

Debate

AS PESSOAS NO CENTRO

O Acordo de Paris foi tão especial porque não é apenas um acordo típico de negócios ou de política; foi um testemunho de nossa humanidade compartilhada, do que podemos alcançar quando trabalhamos juntos e quando confiamos uns nos outros, algo que parece estar em falta, hoje.

Emmanuel Guérin — Fellow da European Climate Foundation

As pessoas são sólidas, reflexivas e sérias, se lhes dermos espaço. Essa é a minha mensagem: precisamos ouvir. Precisamos afirmar que a autoridade cidadã e moral pode fazer muito mais do que bombardeios. Pelo menos, espero que sim.

Laurence Tubiana — Diretora-Executiva da European Climate Foundation

John Rawls desenvolveu um conceito de Justiça como Equidade. Em sua obra, ele propõe um experimento mental simples, mas poderoso: o véu da ignorância. Imagine que você está prestes a definir as regras do mundo — sem saber quem você será nessa sociedade. Como você moldaria o mundo?

Mara Andreea Ghilan — Ativista ambiental

Meu apelo é para que retornemos a uma cultura regenerativa que possa cuidar de nós. Quando dançávamos juntos em comunidades, as canções traziam histórias profundas deixadas por nossos ancestrais como avisos para não repetirmos os mesmos erros. E nós perdemos essa tradição.

Daze Aghaji — Ativista por Justiça Climática

TRANSIÇÃO JUSTA

As emissões passadas, presentes e futuras privam as pessoas do seu direito ao desenvolvimento. E isso leva a uma obrigação moral: aqueles que provocaram essa privação têm a responsabilidade de apoiar o desenvolvimento dos que foram mais impactados.

Nicholas Stern — Professor da London School of Economics

A poluição do ar proveniente da queima de combustíveis fósseis é a maior ameaça ambiental à vida humana: 99% das pessoas respiram ar tóxico todos os dias. Ela é responsável por 1 em cada 5 mortes prematuras no mundo. Uma criança morre a cada minuto em algum lugar do planeta.

Rosamund Adoo-Kissi-Debrah — Fundadora da Ella Roberta Foundation

Na Europa, 80% das famílias e crianças dos povos ciganos (Romani) vivem abaixo da linha da pobreza. Recentemente, alguns líderes políticos disseram que “haverá perdedores” nessa transição. Por que deveríamos esperar ou aceitar isso? Precisamos garantir que ninguém fique para trás.

Jutka Bari — Fundadora da Green Legal Platform

Em muitas comunidades, uma seca ou uma enchente significa que uma menina será forçada a se casar aos 13 ou 14 anos porque seus pais não têm condições de alimentá-la. Para a maioria das pessoas, proteger seus filhos é o que realmente as motiva a combater a mudança do clima.

Kate Hampton — CEO da Children's Investment Fund Foundation

A destruição da Terra só foi possível porque foi precedida pela desumanização, pela conquista e pela dominação. O verdadeiro desafio é acreditar que podemos enfrentar ou mitigar a mudança do clima sem restaurar a dignidade e buscar reparações.

Malcom Ferdinand — Autor de 'Uma Ecologia Decolonial'

AÇÃO CLIMÁTICA

Precisamos entregar benefícios reais que as pessoas possam ver e sentir, para conquistar corações e mentes. Em Londres, estamos implantando mais de 2.000 ônibus de emissão zero, melhorando 12.000 residências em termos de eficiência energética e criando um fundo de rotas verdes para ampliar o acesso a áreas verdes.

Mete Coban — Vice-Prefeito de Londres para Meio Ambiente e Energia

Se um agricultor em uma área remota do Camboja recebe apenas alguns centavos por um produto que acaba sendo vendido na Europa por £5, isso é um grave problema ético. O preço precisa refletir o valor do trabalho agrícola e do serviço ecológico prestado.

Tom Clements — Diretor da The Royal Foundation

Precisamos construir soluções pelas quais as pessoas possam se mobilizar, que de fato as encontrem onde elas estão. Se não fizermos isso, perderemos pessoas ao longo do caminho e enfrentaremos enormes reações contrárias. Precisamos desenhar soluções que tenham a desigualdade como ponto central.

Hannah Martin — Codiretora-Executiva da Green New Deal Rising

Nossa ação climática deve estar enraizada em um pensamento planetário, mas onde encontramos isso? Nos pequenos Estados insulares, onde hoje as crianças têm medo da chuva — quando antes dançavam ou jogavam futebol debaixo dela. Nas vozes de mães e avós indignadas. Nos saberes dos povos indígenas, dos idosos, das pessoas com deficiência.

Elisa Morgera — Relatora Especial da ONU para Direitos Humanos e Mudança do Clima

Eu costumo falar com base em dados e evidências, e isso importa, sim. Mas vimos como é eficaz quando a pessoa diretamente impactada conta sua história. Alguém que perdeu um ente querido, um prefeito que agora pode construir escolas graças à receita de uma turbina eólica. Essas histórias tocam as pessoas.

Jennifer Lee Morgan — Ex-Secretária de Estado na Alemanha

Os princípios jurídicos, reafirmados pelos tribunais, deveriam ser linhas vermelhas, não passíveis de negociação. Eles devem fortalecer os mais vulneráveis em todas as salas de negociação, sejam eles nações ou as pessoas que falam em nome de suas comunidades.

Sébastien Duyck — Advogado do Centre for International Environmental Law



SETOR PRIVADO

Alguns CEOs de empresas estão fazendo mais do que seus predecessores. Mas ainda estão apenas tornando as coisas menos ruins, quando precisamos mudar para uma mentalidade regenerativa, restaurativa e reparadora. Reconquistar essa narrativa é o mais importante.

Paul Polman — Ex-CEO da Unilever

Os países precisam pressionar pela criação de uma estrutura de responsabilização que defina o que constitui conflito de interesses e como geri-lo. Com plena divulgação de afiliações, declaração de interesses e evitando conceder acesso privilegiado aos grandes poluidores.

Brice Böhmer — Coordenador da Transparency International

BIODIVERSIDADE

Cerca de 45% de todas as espécies de plantas do mundo estão ameaçadas de extinção. Precisamos proteger as espécies em seus habitats, e 200 países já se comprometeram a preservar 30% dessas áreas até 2030. Também é necessário proteger espécies, em jardins botânicos, para que possamos restaurá-las quando for necessário.

Alexandre Antonelli — Diretor dos Royal Botanic Gardens

FÉ

A mensagem central da Laudato Si' ressoa profundamente com pessoas de todas as fés, e também com quem não tem fé religiosa. Ela inspirou líderes muçulmanos a adotar o Al-Mizan, a "Laudato Si' muçulmana". Também revitalizou ações ambientais multirreligiosas, como o programa Faith for Earth das Nações Unidas.

Lorna Tevnan Gold — Presidente do Conselho do Movimento Laudato Si'

A ciência e essa compreensão da beleza da criação, da profundidade humana — que alguns chamam de espírito — não estão em conflito. Elas precisam estar alinhadas. Porque, se quisermos ter sucesso em Belém e além precisamos construir uma onda cultural.

Eamon Ryan — Ex-Ministro do Meio Ambiente da Irlanda







RECOMENDAÇÕES EUROPA

Das palavras à ação

Os participantes do 1º Diálogo Regional do Balanço Ético Global, representantes dos países da Europa, relembrando os compromissos firmados pelos signatários do Acordo de Paris e buscando novos consensos durante a COP30, recomendam aos negociadores:

1	<p>Assegurar uma transição justa. Colocar as pessoas no centro das políticas climáticas para evitar retrocessos e garantir a legitimidade social necessária às grandes mudanças.</p>
2	<p>Mobilizar o USD 1,3 trilhão anual para os países em desenvolvimento. Esse valor equivale à metade do que foi gasto em guerras no ano passado.</p>
3	<p>Cumprir os compromissos do Balanço Global. Promover a transição para substituir os combustíveis fósseis, triplicar as energias renováveis e dobrar a eficiência energética até 2030. Concordar sobre um roteiro para sua implementação na COP30.</p>
4	<p>Aprimorar a transparência e a exposição de interesses privados presentes nas COPs.</p>
5	<p>Reformular a meta política de 1,5°C em termos mais humanos. Por exemplo, como um compromisso com a dignidade, a justiça e os direitos.</p>
6	<p>Investir em iniciativas comunitárias e em regeneração cultural como pilares vitais da resiliência climática.</p>
7	<p>Integrar as obrigações de direitos humanos em todos os elementos da governança e da tomada de decisão climática.</p>

Participantes

CO-LÍDER: MARY ROBINSON

Foi a primeira mulher a presidir a Irlanda (1990-1997). Atualmente, codirige o Projeto Dandelion, que tem como objetivo alcançar e mobilizar 2 bilhões de pessoas para agir em prol da justiça climática.

MODERADORA: MAITHREYI SEETHARAMAN

É jornalista radicada no Reino Unido, fundadora e editora da *The Chief Brief*, publicação com foco em ação climática, transformação econômica e direitos humanos a partir de perspectivas de liderança feminina.



Martinica / França

MALCOM FERDINAND

Autor do livro "Uma Ecologia Decolonial", é referência central no pensamento ecológico afro-caribenho e na exploração das conexões entre colonialismo, racismo e degradação ambiental. Pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), a principal instituição científica da França.



França

EMILIE LAURENCE TUBIANA

Como diplomata, foi chefe da delegação da França na COP21 e coautora do Acordo de Paris. Atualmente, é diretora-executiva da European Climate Foundation, com foco em investimentos, transição ecológica, democracia e justiça climática.

EMMANUEL GUÉRIN

Um dos arquitetos do Acordo de Paris, foi assessor do presidente da COP21 e pesquisador na Sciences Po, LSE e Universidade de Columbia. Fellow da European Climate Foundation. É também assessor especial da CEO do Instituto Clima e Sociedade (ICS), no Brasil.



Brasil/Reino Unido

ALEXANDRE ANTONELLI

Diretor de Ciência dos Royal Botanic Gardens, Kew, e Professor de Biodiversidade na Universidade de Oxford. Doutor pela Universidade de Gotemburgo, é uma das principais referências em biodiversidade tropical e conservação da natureza.



Irlanda

EAMON RYAN

Como ex-Ministro do Meio Ambiente, Clima e Transportes, foi responsável por políticas ambiciosas para descarbonizar a economia da Irlanda, com foco em infraestrutura verde e sustentabilidade.

LORNA TEVNAN GOLD

Economista e teóloga, trabalha há mais de 20 anos com sustentabilidade e justiça climática. Como presidente do conselho do Movimento Laudato Si' e diretora de Advocacy da FaithInvest, conecta instituições religiosas ao financiamento ético.



Suíça

SÉBASTIEN DUYCK

Aduogado sênior do Center for International Environmental Law (CIEL), coordena a campanha global sobre clima e direitos humanos. Desde 2012, atua na integração dos direitos humanos às negociações climáticas da ONU.



Reino Unido

NICHOLAS STERN

Economista britânico, sua pesquisa pioneira demonstra como a ação climática pode fomentar o crescimento econômico sustentável e uma transição justa. É uma das vozes mais lúcidas na articulação entre ação climática e desenvolvimento econômico.

TOM CLEMENTS

Diretor da The Royal Foundation, iniciativa ambiental e climática liderada pelo Príncipe de Gales, atua no desenvolvimento de soluções baseadas na natureza, integrando comunidades locais, governos e setor privado em estratégias de conservação e mitigação climática.

METE COBAN

Vice-Prefeito de Londres para Meio Ambiente e Energia. Fundador da My Life My Say, promove a participação política dos jovens. Recebeu o título de Membro da Ordem do Império Britânico por seus serviços à juventude e liderou iniciativas de descarbonização urbana.

DAZE AGHAJI

Ela é ativista pela justiça climática, educadora e curadora cultural. Fundadora da Extinction Rebellion Youth UK. Atualmente, trabalha com a Blgrave Trust, com foco na criação de plataformas para amplificar as vozes dos jovens nas discussões globais sobre o clima.

ROSAMUND ADOO-KISSI-DEBRAH

Fundadora da Ella Roberta Foundation, lidera campanhas globais por justiça ambiental. Sua história mudou a legislação de qualidade do ar no Reino Unido, estabelecendo um importante precedente mundial em saúde pública e direitos ambientais.

KATE HAMPTON

Economista formada pela London School of Economics, é CEO da Children's Investment Fund Foundation (CIFF) desde 2016. Sua carreira é dedicada ao desenvolvimento de políticas para proteger crianças dos impactos da mudança do clima.

HANNAH MARTIN

Cofundadora e atual codiretora-executiva da Green New Deal Rising, movimento climático da juventude com sede no Reino Unido. Reconhecida como European Emerging Leader pela Fundação Obama, atua no fortalecimento de comunidades diversas para moldar um futuro justo e sustentável.



Romênia / Reino Unido

MARA ANDREEA GHILAN

Jovem ativista ambiental e especialista em políticas públicas climáticas, trabalha com justiça climática interseccional, com foco na inclusão de jovens racializados e marginalizados em espaços de tomada de decisão.



Países Baixos

PAUL POLMAN

Ex-CEO da Unilever e cofundador da IMAGINE, uma referência global em sustentabilidade corporativa e liderança ética. Coautor do livro "Impacto Positivo", promove um modelo de negócios que beneficia a sociedade e o meio ambiente, ao mesmo tempo que gera lucro sustentável.



Hungria

JUTKA BARI

Bióloga e fundadora da Green Legal Platform, lidera projetos sobre inclusão e participação democrática em toda a Europa, com foco na juventude e em comunidades marginalizadas, como o povo Roma.



Alemanha

JENNIFER LEE MORGAN

Da Greenpeace Internacional ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, ela uniu o ativismo ambiental à diplomacia de mais alto nível. Ex-Secretária de Estado para Política Climática Internacional da Alemanha, liderou negociações climáticas em fóruns multilaterais globais ao longo de sua carreira.

BRICE BÖHMER

Coordenador Global de Clima e Meio Ambiente da Transparency International, atua com transparência no financiamento climático, combate à corrupção e justiça ambiental. É observador regular das COPs e membro de iniciativas intergovernamentais.



Itália/Escócia

ELISA MORGERA

Relatora Especial da ONU sobre Direitos Humanos e Mudança do Clima e Professora de Direito Ambiental Global na Universidade de Strathclyde. Foi responsável por levar os direitos humanos ao centro do direito ambiental.

**Diálogo Regional da América do Sul,
América Central e Caribe**





Edição América do Sul, América Central e Caribe



EDIÇÃO AMÉRICA DO SUL,
AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

Todas as vozes em uma só voz

*2º Diálogo Regional do Balanço Ético Global
pede que negociações contemplem mais
diversidade e conhecimentos tradicionais.
Compromisso com a transição para o fim do
uso dos combustíveis fósseis foi enfatizado.*

Em um momento de emergência climática, em que a implementação do Acordo de Paris precisa ser consolidada, 25 lideranças da América do Sul, América Central e Caribe pediram que matrizes diferentes de conhecimento sejam levados em consideração nas negociações da COP30, em Belém, para que avanços concretos sejam conquistados.

Entre as autoridades, estiveram presentes a Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, Marina Silva; a ex-presidente do Chile e co-líder do Balanço Ético Global para a América do Sul, América Central e Caribe, Michelle Bachelet; os ministros dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, e da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo; e o presidente da COP30, embaixador André Corrêa do Lago.

Michelle Bachelet, ex-presidente do Chile e co-líder deste Diálogo, começou o evento destacando: *“Estamos em um momento decisivo. A fronteira de 1,5°C, além de ser uma fronteira técnica, é também uma fronteira ética. É a fronteira que nos separa entre a possibilidade de viver em um mundo habitável e um em que não será possível habitar. A verdade é que isso já não é uma ameaça distante. Sabemos muito bem que é uma realidade que está transformando não só a vida como a conhecíamos, mas também nossos territórios e nossas economias”*.

Em seguida, Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil enfatizou *“que possamos nos preparar para a COP30 para sairmos de lá com a perspectiva de um novo marco referencial para a diplomacia climática, que, sem deixar de adensar as grandes contribuições até aqui alcançadas no âmbito do Acordo de Paris, possa agregar em um novo fluxo de respostas à crise climática, maiores e melhores indicadores de esforços, a fim de assegurar, de forma não seletiva, a implementação dos compromissos e ganhos trazidos pelo GST”*.

“Nestes 10 anos do Acordo de Paris, temos que pensar na dimensão ética porque temos muito pouco tempo para as mudanças necessárias”, disse o Embaixador André Corrêa do Lago, Presidente da COP30.

A Ministra de Estado dos Povos Indígenas do Brasil, Sonia Guajajara, ressaltou que *“o enfrentamento das mudanças climáticas passa pelo fortalecimento das democracias no mundo e do multilateralismo, bem como pela garantia da participação indígena em todos esses debates. Por isso, temos que avançar falando das sinergias, falando da proteção da Mãe Terra, falando da proteção dos povos indígenas para um enfrentamento real às mudanças climáticas”*.



O Ministro Márcio Macêdo, Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil também destacou: *"Tenho a convicção de que, para combater a crise climática, precisamos de um renovado compromisso ético de cada cidadão, de cada organização da sociedade, de cada empresa e de cada governo local."*

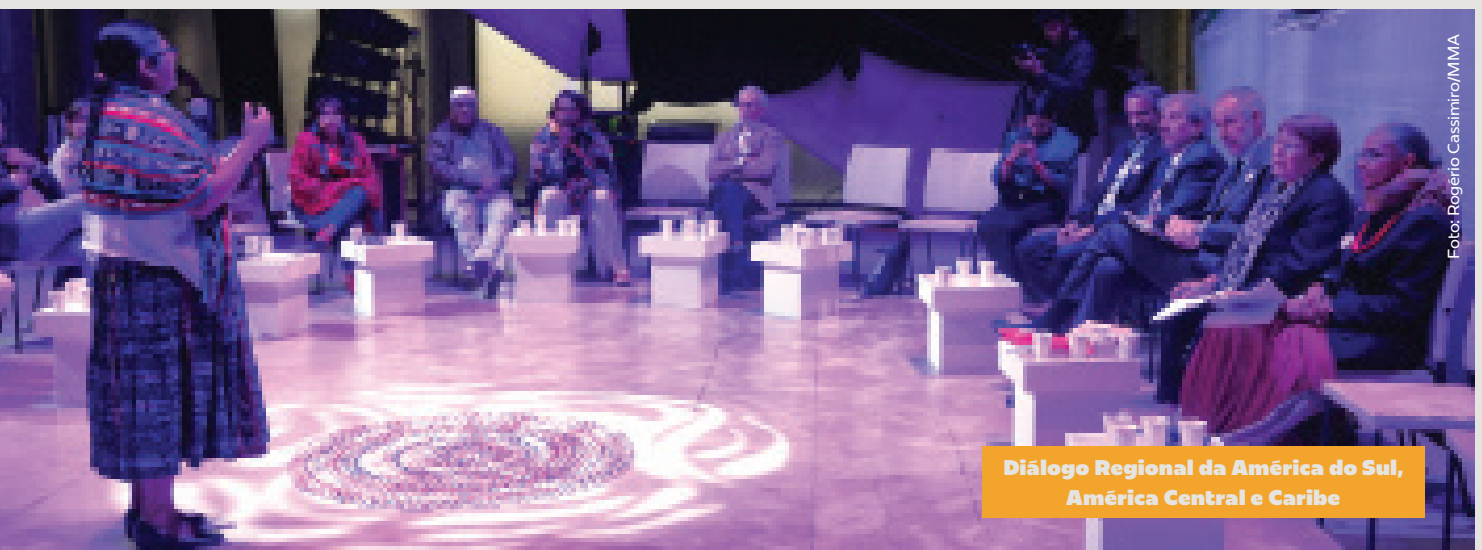
Os participantes do 2º Diálogo Regional do Balanço Ético Global, reunidos em Bogotá, na Colômbia, constataram a falta de diversidade nos espaços de decisão. Em um debate cuja audiência era majoritariamente feminina, vozes de mulheres negras e indígenas, líderes religiosos e empresariais se uniram às de jovens e trans para trazer a perspectiva ética as diversas dinâmicas de tomada de decisão da COP30. Saberes tradicionais ancestrais foram ecoados por cientistas, e a necessidade de incluir a natureza como um sujeito de direitos reverberou.

Um exemplo repetido por mais de um participante foi que, embora os territórios indígenas estejam entre os mais bem preservados do planeta, o conhecimento ancestral não tem recebido o devido reconhecimento de seu direito de participar. Houve cobranças para maior valorização também da arte e da cultura dos povos originários, inclusive com financiamento.

A necessidade de haver um plano objetivo para a meta do afastamento dos combustíveis fósseis foi enfatizada, assim como foi reforçada a importância de métricas verificáveis para que a distribuição do financiamento climático seja efetiva e chegue a quem mais precisa.

Questões

1. Por que, mesmo cientes dos riscos, negamos ou ignoramos o que dizem a ciência e os saberes tradicionais sobre a crise climática?
2. Por que mantemos modelos de produção e consumo que afetam os mais vulneráveis e contradizem a Missão 1,5°C?



Diálogo Regional da América do Sul,
América Central e Caribe

3. O que pode ser feito para que países ricos acelerem suas transições e contribuam financeiramente com os mais vulneráveis?
4. Que tradições e práticas culturais ou espirituais da sua comunidade ensinam a viver em equilíbrio com a natureza?
5. Como mobilizar mais pessoas, lideranças, empresas e nações para apoiar mudanças justas e éticas? Que valores podem inspirar essa missão?

Debate

POVOS INDÍGENAS

Os territórios indígenas são conservados porque são geridos com conhecimentos tradicionais ancestrais. É necessário reconhecer e valorizar os 511 sistemas de conhecimentos indígenas disponíveis para contribuir com as soluções climáticas.

Fany Kuiru, liderança do povo Murui-Muina e coordenadora-geral das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica)

Os povos indígenas mantêm conceitos territoriais baseados na reciprocidade, não na dominação extrativista, mas persiste no planeta uma mentalidade colonial que concebe o território como espólio ou mercadoria comercializável. Os territórios indígenas serão as principais vítimas à medida que a busca por recursos para a transição energética se intensificar.

Gisela Hurtado Barboza, advogada peruana e indígena quíchua de Huancayo

As negociações climáticas se tornaram negociações econômicas com foco em quem dá mais, quem ganha mais, 'o que eu ganho com isso', e não na preservação da vida na Terra. As declarações indígenas são frequentemente arquivadas, sem consideração real nos processos de tomada de decisão. O idioma é uma barreira sistemática, apesar da obrigação da ONU de fornecer interpretação em idiomas indígenas.

Lola Cabnal, liderança maia, representa a Rede de Biodiversidade de Mulheres Indígenas

Territórios tradicionais são guardiões ancestrais de conhecimento para o combate às mudanças climáticas. Mas enfrentam ameaças como desmatamento, erros de gestão governamental e tráfico de drogas. Devemos protegê-los e valorizá-los.

Angela Mendes, filha de Chico Mendes e presidente do Comitê que leva o nome de seu pai

DIVERSIDADE DE VOZES

Não existe uma perspectiva absoluta para abordar a crise climática; é necessária uma pluralidade de abordagens. Entretanto, os processos atuais excluem sistematicamente vozes que propõem caminhos alternativos de solução. É preciso retirar os tomadores de decisão dos círculos repetitivos em que estão.

Julieta Martínez, ativista de 19 anos, fundadora da rede Tremendas

Os jovens não vêm pedir compaixão, vêm exigir coerência. É a geração que nasceu em meio a uma crise climática, cultural, econômica. Nosso ideal é uma vida digna para todos os seres. Não somos apenas espectadores, somos protagonistas que escrevem outra história.

Juan David Amaya, ativista de 17 anos, diretor da Life of Pachamama

O diálogo ético exige pensar e agir de maneira universal, transcendendo particularismos. Para isso, é preciso reconhecer a importância do pensamento horizontal, em rede, articulado por meio de cooperação. É necessário equilibrar a visibilidade científica com o reconhecimento de conhecimentos tradicionalmente invisibilizados.

Diosmar Filho, coordenador científico da Associação de Pesquisa Iyaleta

As decisões climáticas só serão legítimas e sustentáveis se forem construídas sobre uma base de igualdade substantiva. As mulheres devem ocupar a metade de cada espaço de tomada de decisão. Os defensores da terra, os povos indígenas, devem ser reconhecidos como a base e a força motriz do combate às mudanças climáticas.

Viviana Krsticevic, diretora-executiva do Centro pela Justiça e o Direito Internacional

PERSPECTIVA ÉTICA

O compromisso de “não deixar ninguém para trás” estabelecido no Acordo de Paris tem sido progressivamente esquecido, por isso as negociações climáticas perderam credibilidade, gerando frustração e desesperança. O Balanço Ético Global precisa ser permanente, realizado com a mesma periodicidade do Global Stocktake, a cada cinco anos.

Manuel Pulgar-Vidal, presidente da COP20 e negociador do Acordo de Paris

Historicamente, existem princípios éticos compartilhados entre religiões e culturas, como a reciprocidade, a justiça, a verdade e a paz. O Balanço Ético Global deve atualizar esses consensos éticos universais, traduzindo-os em critérios operacionais para a ação política e climática.

Juan Esteban Belderrain, filósofo e educador argentino

A atual discussão sobre o clima é um quebra-cabeça complexo, cujas peças já estão disponíveis sobre a mesa. Mas há um problema fundamental: enquanto alguns atores tentam resolver o quebra-cabeça climático, outros desconhecem a existência do problema ou decidem ignorá-lo deliberadamente.

Daniel Buchbinder, fundador da Alterna, de empreendimentos com impacto

NATUREZA E BIODIVERSIDADE

Para a natureza, os seres humanos são irmãos, mas a humanidade não retribui essa relação fraterna. A floresta deve ser concebida como um ser vivo sujeito a direitos, não como um recurso de exploração. É fundamental respeitar e preservar os ensinamentos dos povos indígenas como repositório de sabedoria ecológica.

Patricia Gualinga, liderança kichwa do povo Sarayaku, do Equador

Um dos grandes desafios da COP30 é garantir que todos possam se comunicar efetivamente: as pessoas, mas também a natureza como agente com voz própria. Em condições de assimetria comunicativa, não se consegue nenhum progresso substancial na ação climática.

Ana Maria Gonçalves, escritora e autora do livro “Um Defeito de Cor”

A sociedade atual vive alertas generalizados e inquietação coletiva que prenunciam mudanças sistêmicas iminentes. Os ciclos naturais de renovação de anfíbios, insetos e plantas oferecem modelos para compreender as transformações sociais necessárias. As políticas climáticas devem antecipar e facilitar as inevitáveis metamorfoses sociais, em vez de resistir a elas.

Brigitte Baptiste, bióloga e reitora da Universidade Ean da Colômbia

A Patagônia abriga uma biodiversidade excepcional e desempenha um papel fundamental na transformação ambiental global. As turfeiras são um exemplo paradigmático: funcionam como uma Arca de Noé de um mundo degradado. A equação que deve orientar as políticas de conservação é “mais e melhor natureza equivale a mais biodiversidade”.

Bárbara Saavedra, ecóloga e diretora da WCS Chile

MODELOS DE PRODUÇÃO

A revolução verde ajudou a reduzir a fome no século XX, mas hoje ameaça a segurança alimentar global. 75% da nossa alimentação provém de somente 6 produtos — soja, milho, trigo, cana-de-açúcar, arroz e batata — e com técnicas que fazem do combate à vida a base da alimentação. Ultraprocessados não deveriam ser chamados de comida.

Ricardo Abramovay, professor e economista da Universidade de São Paulo



Foto: Fernando Donasci/MMA

**Diálogo Regional da América do Sul,
América Central e Caribe**

Os sistemas atuais destroem o planeta e prejudicam a felicidade humana, demonstrando sua ineficiência fundamental. Um sistema que destrói a natureza não pode ser considerado eficiente por nenhum padrão racional. A prosperidade deve ser conceitualmente separada do crescimento ilimitado. O sucesso deve ser medido em termos de vidas saudáveis e dignas, e não apenas em indicadores financeiros.

Shannon Music, diretora de operações da VIVA Idea

O modelo atual de produção e desenvolvimento mantém as elites às custas das maiorias. As cidades latino-americanas refletem a vulnerabilidade estrutural derivada da desigualdade socioeconômica. As ações de adaptação e mitigação devem ser transformadoras, não apenas incrementais — mas se tornam ineficazes quando não abordam as causas estruturais do problema.

Maria Fernanda Lemos, professora da PUC-Rio e membro do IPCC

Entre 2010 e 2025, a geração de energia solar cresceu mil vezes e a hidrelétrica dez vezes. Mas, paradoxalmente, as usinas termelétricas também duplicaram. A continuidade dos investimentos em combustíveis fósseis e em veículos que os utilizam impede o progresso da ação climática. O mundo deve replicar o modelo da Colômbia, que cessou investimentos em combustíveis fósseis.

Tasso Azevedo, fundador do MapBiomass e criador do Fundo Amazônia

ARTE E FÉ

O conhecimento ancestral e tradicional é frequentemente tratado como se não constituísse ciência legítima, mas, paradoxalmente, a ciência contemporânea se alimenta desse conhecimento. É necessária uma mobilização ativa para incluir todas as tradições e crenças nos processos climáticos. Sem mudança de mentalidade, as transformações reais não acontecerão.

Dr. Babalawô Ivanir dos Santos, pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro e líder religioso

A espiritualidade e a fé são forças poderosas para transformar consciências e mobilizar comunidades para uma ação climática eficaz. A Iniciativa Inter-religiosa (IRI) é uma união de líderes religiosos e povos indígenas de vários países do Sul Global que reconhece a inseparabilidade entre o bem-estar humano e o bem-estar do planeta.

Blanca Lucía Echeverry, advogada e ex-defensora adjunta para Assuntos Étnicos na Colômbia

A justiça climática também precisa de justiça narrativa. As vozes daqueles que cuidam da terra continuam sendo silenciadas. Precisamos de redes de cinema indígena. Pedimos algo simples: ouçam nossa música, assistam nosso cinema, compartilhem nossa dança. E, se puderem mobilizar recursos, apoiem-nos.

Frida Muenala, cineasta quáchua-zapoteca de Otavalo, Equador

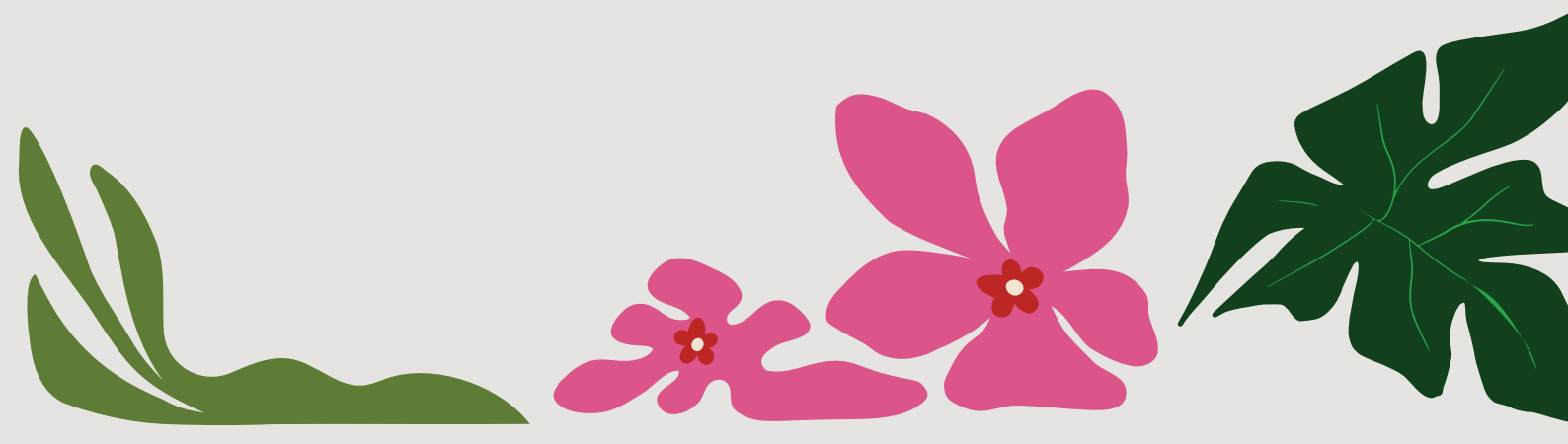
A natureza não tem voz própria nos sistemas de comunicação dominantes, por isso, outros atores devem falar em seu nome. O audiovisual pode cumprir esse papel, mas, para isso, deve transcender as visões antropocêntricas e abraçar a cosmovisão indígena.

Laura Bermúdez, cineasta e ativista cultural

**Diálogo Regional da América do Sul,
América Central e Caribe**



Foto: Fernando Donasci/MMA





RECOMENDAÇÕES

Um roteiro para a próxima década

Os participantes do 2º Diálogo Regional do Balanço Ético Global, representantes dos países da América do Sul, América Central e do Caribe, relembrando os compromissos firmados pelos signatários do Acordo de Paris e buscando novos consensos durante a COP30, recomendam aos negociadores:

1	<p>Garantir espaço para mulheres, jovens e minorias nos espaços de decisão. As decisões climáticas só serão legítimas e sustentáveis se forem construídas sobre uma base de igualdade. É necessário desenvolver métricas objetivas para medir a participação de diferentes públicos, incluindo os defensores da terra.</p>
2	<p>Realizar uma auditoria sobre o destino dos recursos do financiamento climático. Não se sabe quanto chega para mulheres negras e comunidades que preservam ecossistemas, nem para os mais afetados. É urgente haver metas e critérios obrigatórios para garantir a inclusão efetiva no acesso aos recursos climáticos, além de metas e caminho para se chegar em USD 1,3 trilhão de financiamento climático.</p>
3	<p>Tornar o Balanço Ético Global permanente e realizado a cada cinco anos, como o Global Stocktake. Esse círculo deve atualizar consensos universais e traduzir esses consensos em critérios operacionais para a implementação do Acordo de Paris.</p>
4	<p>Estabelecer um plano claro, com metas e um mapa para promover uma conversão rápida e exponencial das fontes fósseis em fontes renováveis e para promover a transição para o fim do desmatamento.</p>
5	<p>Garantir que as COPs e debates relacionados ofereçam tradução para diversas línguas e investir na comunicação para incluir mais agentes nas negociações. A ONU precisa fornecer interpretação em idiomas indígenas. A natureza deve ser vista como um agente com voz própria e um sujeito de direitos. Combater o desconhecimento e o negacionismo climático.</p>
6	<p>Considerar o conhecimento ancestral e tradicional como ciência legítima. Territórios tradicionais são produtores de conhecimento para o combate à mudança do clima. É necessário reconhecer e valorizar os sistemas de conhecimentos indígenas disponíveis para contribuir com as soluções climáticas. Ouvir vozes que propõem caminhos alternativos de solução.</p>
7	<p>Incluir perspectivas artísticas e de fé nas negociações climáticas. A justiça climática também precisa de justiça narrativa. A poética e a religião são capazes de transcender a visão antropocêntrica, transformar consciências e mobilizar comunidades para uma ação climática eficaz.</p>
8	<p>Decretar as zonas de particular importância para a biodiversidade, tais como a Amazônia, as geleiras, as bacias hidrográficas, como zonas livres de extração de petróleo, gás e minerais.</p>

Participantes

CO-LÍDER: MICHELLE BACHELET

Ex-presidente do Chile e ex-alta comissária da ONU para os Direitos Humanos, foi também a primeira encarregada da ONU Mulheres.

MODERADORA: ANDREA BERNAL

Jornalista com mais de 20 anos de carreira em rádio e TV. Foi laureada com o Prêmio Simón Bolívar de Jornalismo.



Costa Rica

SHANNON MUSIC

Consultora na Fundação Avina e copresidente da Plataforma de Investimento de Impacto Centro-Americana, atua na promoção da sustentabilidade na América Latina por meio da pesquisa e da inovação. Sua atuação combina gestão, impacto social e ambiental, e liderança comunitária.



Ecuador

PATRICIA GUALINGA

Mulher indígena Kichwa de Sarayaku, é uma líder internacional na defesa dos territórios amazônicos e dos direitos originários. Foi fundamental na histórica luta que expulsou uma petroleira do território.

FRIDA MUENALA

Cineasta Kichwa-Zapoteca de Otavalo, é produtora executiva do coletivo audiovisual Mullu. Formada em Cinema, Vídeo e TV pela Universidad San Francisco de Quito, dirigiu "Warmi Pachakutik", premiado no Festival COCOA 2012 e exibido em Cannes. Atualmente produz o longa documental "Yasuni, selua en resistencia".



Peru

GISELA HURTADO BARBOZA

A advogada peruana e indígena quêchua, nascida em Huancaayo, seu compromisso com os povos indígenas se reflete em seu trabalho de incidência internacional junto às Nações Unidas e ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos, assim como em campanhas perante instituições financeiras e na aplicação de padrões internacionais sobre direitos indígenas.

MANUEL PULGAR-VIDAL

Líder global de Clima e Energia do WWF e presidente da Comissão de Crise Climática da International Union of Conservation of Nature (IUCN), foi Ministro do Meio Ambiente do Peru (2011-2016) e presidente da COP20, tendo também atuado nas negociações do Acordo de Paris.



Honduras

LAURA BERMÚDEZ

Cineasta, curadora emergente e ativista cultural, é cofundadora do Tercer Cine, projeto de cinema alternativo com impacto social, e do Coletivo de Mulheres Cineastas de Honduras. Dirigiu o premiado curta "Negra Soy", entre outros filmes; atualmente desenvolve o documentário "Allá donde nace el sol".



Chile

BÁRBARA SAAVEDRA

Ecóloga, dirige a Wildlife Conservation Society (WCS) Chile desde 2005, com forte atuação na conservação e na formulação de políticas públicas socioambientais. Contribuiu para a criação da primeira Área Marinha Costeira Protegida de Múltiplos Usos no Chile.

JULIETA MARTÍNEZ

Jovem de 19 anos, é fundadora da Tremendas, rede presente em 20 países que mobiliza juventudes para soluções interseccionais às crises sociais e ambientais. Conecta ativistas e lideranças jovens na promoção de ações concretas em defesa do meio ambiente e dos direitos das mulheres.



Colômbia

BLANCA LUCÍA ECHEVERRY

A advogada colombiana com mais de 20 anos de atuação na defesa dos direitos humanos de povos indígenas e comunidades tradicionais. Foi Defensora Adjunta para Assuntos Étnicos e tem forte engajamento no campo inter-religioso, promovendo o diálogo entre fé, justiça e sustentabilidade.

BRIGITTE BAPTISTE

Bióloga, é reitora da Universidade EAN, sendo a primeira mulher trans a ocupar esse cargo na Colômbia. Atua em comitês científicos internacionais, promovendo o vínculo entre ciência, justiça climática e inclusão, com foco na conservação ambiental e no manejo sustentável dos recursos naturais.

FANY KUIRU

Liderança indígena do povo Murui-Muina, da Colômbia, e coordenadora-geral da COICA (Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica). Atua na defesa dos direitos dos povos indígenas e na proteção dos territórios amazônicos, com forte presença em fóruns internacionais.

JUAN DAVID AMAYA

Jovem de 17 anos, ativista e estrategista em justiça climática e financiamento climático, é diretor-executivo do Life of Pachamama, iniciativa que promove democracia e diálogo intersetorial frente à crise climática. Foi destaque na lista Forbes 30 Under 30 e reconhecido como "Campeão da Terra" pela UNICEF Colômbia por sua atuação em justiça socioambiental e participação cidadã.

XIOMARA ACEVEDO

Ativista climática, internacionalista e fundadora da organização Barranquilla+20, que empodera jovens e mulheres latino-americanas por meio da educação ambiental. Atua pela justiça climática com recorte de gênero e lidera a iniciativa Mulheres pela Justiça Climática.



Brasil

ANA MARIA GONÇALVES

Integrante da Academia Brasileira de Letras, é autora de "Um defeito de cor" (2006), romance premiado e considerado um dos mais importantes do século XXI. Sua obra trata da ancestralidade africana e das questões raciais no Brasil.

ANGELA MENDES

Filha do seringueiro Chico Mendes, é uma das principais vozes do ativismo socioambiental no Brasil. Preside o Comitê Chico Mendes e representou povos tradicionais no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Seu trabalho conecta Amazônia, juventude e justiça social.

DR. BABALAWÔ IVANIR DOS SANTOS

Pedagogo, professor e pesquisador da UFRJ, é fundador da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa. Atua na defesa da liberdade religiosa, do diálogo inter-religioso, no enfrentamento à intolerância e na promoção dos direitos humanos.

DIOSMAR FILHO

Geógrafo, Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense e integrante da Coordenação Científica da Iyaleta. É autor de "A Geopolítica do Estado e o Território Quilombola no século XXI", entre outros artigos, livros, notas técnicas e cadernos especiais.

LUANA GÉNOT

Fundadora e diretora-executiva do Instituto Identidades do Brasil, lidera ações de educação antirracista e ESG em empresas, governos e organizações. Autora premiada e colunista do jornal O Globo, conecta justiça racial, ações afirmativas e sustentabilidade. Vencedora do Prêmio Folha 2022 em Direitos Humanos.

MARIA FERNANDA LEMOS

Professora de Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica no Rio de Janeiro, integra o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas). Atua com planejamento urbano sustentável, resiliência e adaptação climática, com ênfase nas desigualdades socioambientais em cidades.

RICARDO ABRAMOVAY

Professor sênior da Universidade de São Paulo, foi titular por 30 anos no Departamento de Economia. Especialista em desenvolvimento sustentável, coordena pesquisas na Cátedra Josué de Castro (USP) e no Programa de Ciência Ambiental. É autor de obras sobre economia verde e bioeconomia na Amazônia.

TASSO AZEVEDO

Engenheiro florestal, empreendedor social, coordena o MapBiomas, rede que monitora o uso da terra e da água no Brasil. Atua no combate ao desmatamento e nas políticas públicas ambientais, articulando ciência, tecnologia e justiça climática para a preservação dos biomas brasileiros e os direitos dos povos da floresta.



Argentina

JUAN ESTEBAN BELDERRAIN

Filósofo e educador, atua há 17 anos no design de projetos voltados à educação, direitos humanos e desenvolvimento sustentável na América Latina. Professor da Universidade Nacional de La Plata, tem pós-graduação pela FLACSO e Harvard.

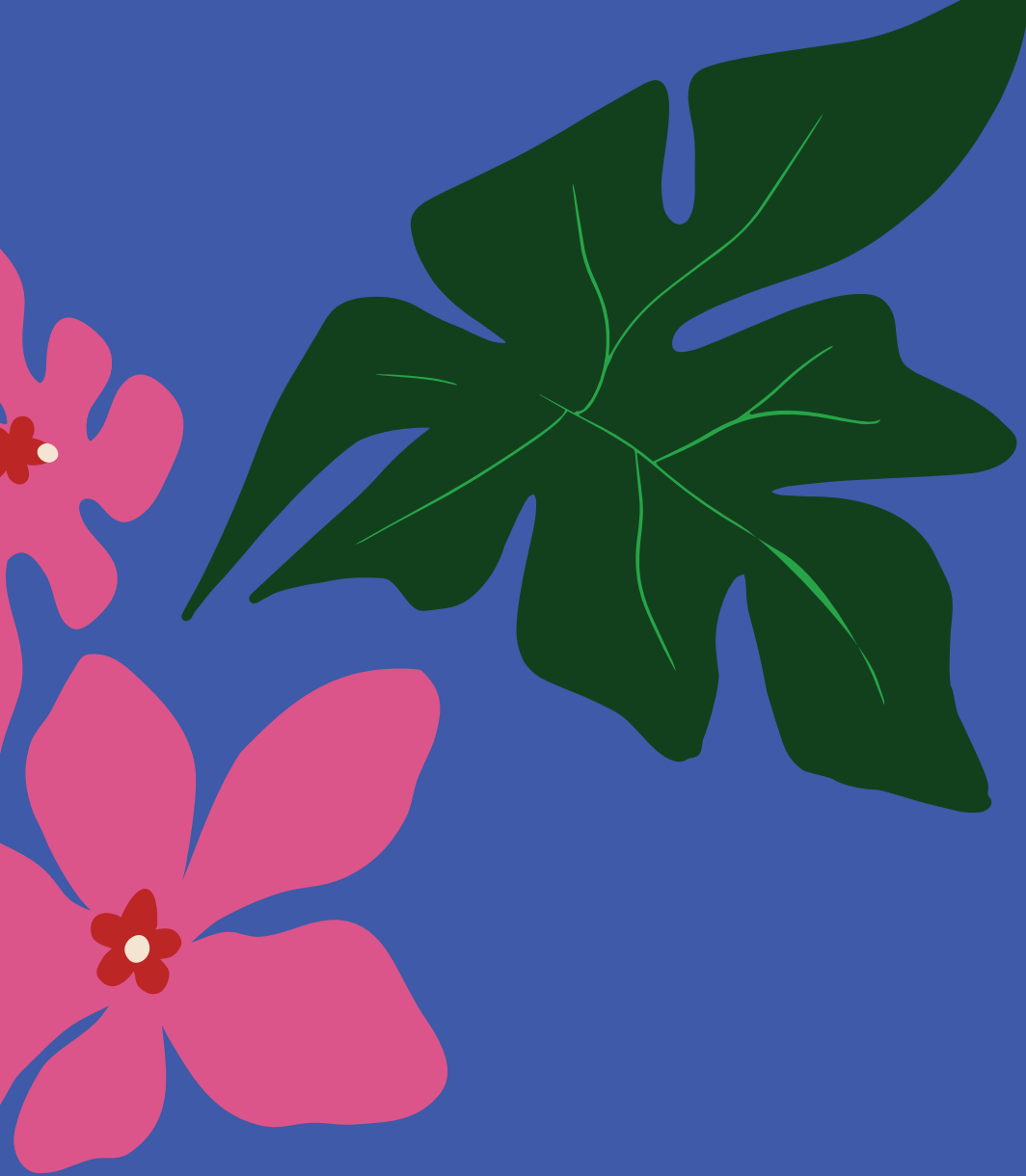
VIVIANA KRSTICEVIC

Advogada e diretora-executiva do Centro pela Justiça e o Direito Internacional, atua há décadas na defesa de direitos humanos e justiça socioambiental na América Latina e Caribe. Especialista em litígios internacionais, impulsionou jurisprudência sobre acesso à água, terra e meio ambiente saudável.





Edição Ásia



EDIÇÃO ÁSIA

Dilemas do desenvolvimento

Concentrando 60% da população mundial, a Ásia recebeu o Balanço Ético Global com reflexões que apontam a necessidade de equilibrar crescimento, acesso à energia e erradicação da pobreza com a redução de emissões.

O 3º Diálogo Regional do Balanço Ético Global, realizado em Nova Deli, Índia, reuniu 15 convidados da Ásia para debater os rumos do acordo climático global. Sob a co-liderança do ganhador do Nobel da Paz, Kailash Satyarthi, políticos, diplomatas, líderes jovens, artistas e acadêmicos refletiram sobre os dilemas de desenvolvimento do continente, que precisa equilibrar crescimento econômico, acesso à energia e erradicação da pobreza com a necessidade urgente de reduzir as emissões e construir resiliência.

Entre as autoridades, participaram a Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, Marina Silva (remotamente); o ganhador do Prêmio Nobel da Paz e co-líder do Balanço Ético Global para a Ásia, Kailash Satyarthi; o presidente da COP30, embaixador André Corrêa do Lago; a CEO da Conferência, Ana Toni; e o embaixador do Brasil na Índia e no Butão, Kenneth Nóbrega. *“A complacência é um desejo de morte. Nosso planeta está em chamas, e o tempo do ‘mais do mesmo’ acabou. Precisamos agir agora – mudando fundamentalmente nosso modo de vida, redefinindo o crescimento, interrompendo a injustiça climática e nos unindo em uma nova era de cooperação global. Vamos globalizar a compaixão para proteger nosso lar”*, disse Kailash Satyarthi, co-líder desta edição e fundador do Satyarthi Movement for Global Compassion (SMGC).

Ao se referir à edição do Balanço Ético Global em sua edição asiática, a Ministra Marina Silva chamou atenção para o fato de que:

“Este é o terceiro Diálogo Regional do BEG que estamos fazendo. Esperamos que, após esse percurso nos diversos continentes, e considerando que a COP30 encerrará um ciclo de quatro conferências realizadas no Sul Global — três delas em países do BRICS, que possamos deixar como legado a constituição de novo marco referencial para os próximos dez anos no enfrentamento da mudança do clima. Não como um feito da liderança do Brasil, mas como um legado do Sul Global, em parceria com os países desenvolvidos, em uma forte sinalização de reavivamento do multilateralismo.”

André Corrêa do Lago destacou que o Balanço Ético Global apresenta à presidência da COP30 questões de diversos setores da sociedade global que devem ser levados em consideração além das preocupações colocadas pelos países. *“Nas negociações internacionais, só os países falam. Mas, no fim das contas, o que importa são as pessoas”*, declarou.

Ana Toni afirmou que o Balanço Ético Global funciona como um norte para a COP30. *“Nestes encontros, trazemos a bússola moral que precisamos enfrentar na COP30”*. A CEO da Conferência pontuou que *“o tempo é nosso maior inimigo”* no enfrentamento à mudança do clima. *“A cada dia que não agimos, mais pessoas sofrem, seja no Brasil, na Índia ou nos EUA. O tempo é um recurso precioso ao qual, às vezes, não damos valor”*, salientou.



Concentrando cerca de 60% da população global, a Ásia tem um papel decisivo na definição do futuro coletivo do planeta, apontaram os oradores.

Muitos mencionaram que a mudança do clima não é um conceito abstrato, mas uma experiência concreta, visível nas inundações catastróficas na Índia, nos ciclones nas Filipinas, nos incêndios florestais na Europa e nas secas nos países da África. Mas salientaram que os custos da inação climática estão atingindo mais fortemente aqueles que são menos responsáveis pelas emissões atmosféricas. Por isso, é preciso urgência na implementação de soluções.

Através de suas experiências de vida, vários participantes salientaram que embora os acordos sejam negociados em fóruns globais, como as Conferências do Clima, as soluções muitas vezes já existem em pequenas comunidades locais, que desenvolvem formas de resiliência que podem inspirar a adaptação em todo o planeta. E reafirmaram sua confiança no sistema multilateral e nas negociações climáticas.

“Não podemos adaptar-nos para sempre, nadando em inundações, fugindo de tempestades, reconstruindo as nossas casas e chorando as nossas famílias perdidas. Belém é esperança”, observou Rodne Galicha, líder ambiental e climático das Filipinas.



Foto: Deepak Kapoor

Questões

1. Por que, mesmo cientes dos riscos, negamos ou ignoramos o que dizem a ciência e os saberes tradicionais sobre a crise climática?
2. Por que mantemos modelos de produção e consumo que afetam os mais vulneráveis e contradizem a Missão 1,5°C?
3. O que pode ser feito para que países ricos acelerem suas transições e contribuam financeiramente com os mais vulneráveis?
4. Que tradições e práticas culturais ou espirituais da sua comunidade ensinam a viver em equilíbrio com a natureza?
5. Como mobilizar mais pessoas, lideranças, empresas e nações para apoiar mudanças justas e éticas? Que valores podem inspirar essa missão?

Debate

FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

A ambição climática é abundante, mas a implementação continua inadequada. Até que as promessas políticas sejam acompanhadas de recursos financeiros, mobilização do setor privado, coordenação institucional e mudanças de comportamento ao nível da comunidade, a ambição continuará sendo vazia.

Arunabha Ghosh, CEO do Council on Energy, Environment and Water (CEEW)

Os aterros sanitários em Nova Deli recebem mais de 3 mil toneladas de resíduos por dia e o de Bantar Gebang, em Jacarta, até 8 mil toneladas. São grandes fontes de emissões de metano — gás de curta duração, mas 86 vezes mais potente que o CO₂. A América Latina e o Sul da Ásia, que respondem por 26% das emissões globais de metano, mas recebem 3% do financiamento global para o metano.

Manjyot Kaur Ahluwalia, especialista em mitigação do metano

As vozes dos jovens ainda são tratadas como simbólicas, e não como parte integrante do debate climático. Criar um fundo de inovação liderado por jovens para capacitar jovens e comunidades locais é uma resposta urgente. A esperança deve basear-se em orçamentos, planos e instituições, não em gestos simbólicos.

Ridhima Pandey, ativista climática

COMUNIDADES RESILIENTES

No estado do Rajastão, Índia, rios foram revitalizados por meio de sistemas tradicionais de captação de água, desenvolvidos em ações coletivas e comunitárias. Essas experiências mostram que as soluções climáticas vêm de baixo, através do trabalho e da sabedoria das pessoas comuns.

Rajendra Singh, ambientalista e líder comunitário do Rajastão

A extinção de espécies está ocorrendo a uma taxa mil vezes superior à natural, com um milhão de espécies em risco. Na Índia, temos mais de 300 bancos de sementes liderados pelas comunidades, que conservam variedades tradicionais de arroz e milho, criando resiliência quando os sistemas comerciais de sementes falham.

Soumya Swaminathan, pediatra e ex-cientista-chefe da OMS

O conceito filipino de katumbalikwasan combina palavras que significam “companheirismo”, “cair”, “levantar-se”, “recuperar-se”, “evitar” e “terminar”. Isso reflete uma visão de resiliência. Essa filosofia, enraizada na sabedoria indígena, deve orientar soluções climáticas inclusivas, justas e equitativas.

Rodne Galicha, defensor do clima das Filipinas

Durante anos, mulheres indianas preservaram a antiga arte da pintura Madhubani, feita a partir de pigmentos de plantas, vegetais e especiarias. Hoje, muitos artistas passaram a usar cores sintéticas. É preciso esforços para reviver os pigmentos naturais, sustentando os meios de subsistência e protegendo os ecossistemas.

Ihitashri Shandilya, fundadora e CEO da Mithilasmitta

A filosofia e a cultura indígenas oferecem lições profundas para viver em harmonia com a Terra, rejeitando o excesso e o materialismo em favor da simplicidade e da resiliência. A verdadeira justiça climática deve ser justa, inclusiva e baseada na dignidade e no conhecimento das comunidades vulneráveis.

Sumaiya Binte Salim, coordenadora no Centro Internacional para as Alterações Climáticas e Desenvolvimento de Bangladesh

DESIGUALDADES

A crise do planeta e a crise da dignidade humana são inseparáveis. Há muitas mulheres que vivem com menos de cinquenta dólares por mês para alimentar famílias inteiras, há crianças fora da escola e trabalhadores explorados pelos mesmos sistemas extrativos que devastam a natureza. Os líderes precisam sentir, para então negociar.

Seruni Salsabila, fundadora da Catalyst of Change ASEAN

**Diálogo Regional da Ásia**

Mesmo um aquecimento global de 1,5°C terá consequências devastadoras para os pobres e marginalizados. O principal desafio é criar condições nas quais essas populações possam sobreviver e prosperar com dignidade. A credibilidade da COP30 dependerá da capacidade de criar caminhos para que todos os países avancem sem deixar para trás os mais vulneráveis.

Sr. Ravi Shankar, membro do Council on Energy, Environment and Water (CEEW)

As economias emergentes contribuem com uma parcela crescente das emissões globais, mas as maiores emissões históricas e per capita ainda pertencem às nações desenvolvidas. Isso deve constituir a base ética para metas e responsabilidades climáticas justas.

Nitin Desai, economista e consultor sênior da Comissão Brundtland

Países como a Índia e o Brasil enfrentam desafios para conciliar as ambições climáticas com os déficits persistentes nos serviços básicos de desenvolvimento. Milhões de pessoas no Sul Global continuam sem acesso a alimentos, cuidados de saúde, educação e empregos dignos. As políticas devem ser socialmente justas, comercialmente viáveis e adaptáveis ao longo do tempo.

Ajay Mathur, especialista em Política Energética e Climática

COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

É inaceitável que as empresas de combustíveis fósseis tenham lucros astronômicos, enquanto o financiamento climático luta para angariar recursos. Precisamos de um tratado de não proliferação de combustíveis fósseis, com um plano de eliminação gradual urgente. E aqueles que lucram com a destruição devem pagar pelas suas consequências.

Farzana Faruk, ativista da Fridays for Future

COLABORAÇÃO

Embora pesquisas mostrem que a maioria das pessoas no mundo está profundamente preocupada com as alterações climáticas, essa preocupação não se traduziu em envolvimento ou ação. Não é uma lacuna de consciência, é uma lacuna de ação. Para ter força, a ação deve estar enraizada nas condições locais, nas comunidades e no desenvolvimento inclusivo.

Leo Horn-Phathanothai, Agência de Ação Climática e Capacitação

A COP se tornou um espetáculo. Em Dubai, reunimos cem mil pessoas, mas as negociações estavam confinadas a salas pequenas e segmentadas. Precisamos diálogo genuíno, colaboração a transferência de tecnologia. Também precisamos desenvolver recursos humanos para a transição energética.

Vibha Dhawan, integrante da Academia Nacional de Ciências da Índia

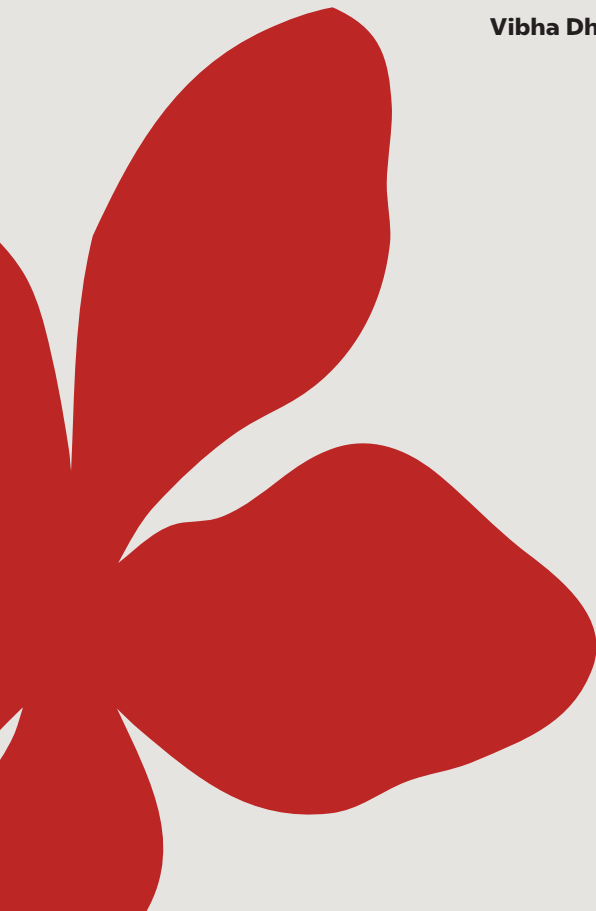




Foto: Fernanda Donasci/MMA



RECOMENDAÇÕES ÁSIA

Caminho para a ação climática

*Os participantes do 3º Diálogo Regional do
Balanço Ético Global, representantes dos
países da Ásia, lembrando os compromissos
firmados pelos signatários do Acordo de
Paris e buscando novos consensos durante a
COP30, recomendam aos negociadores:*

1	<p>Cobrar o desenvolvimento de recursos humanos para a transição energética. A Índia pode desempenhar um papel fundamental no treinamento e na construção de expertise, não apenas para sua própria economia, mas também para a comunidade global.</p>
2	<p>Garantir que ninguém seja deixado para trás na transição energética. Isso significa reconhecer séculos de exploração mineral por países desenvolvidos, acabar com subsídios aos fósseis e investir em sistemas renováveis descentralizados que empoderem o Sul Global.</p>
3	<p>Governos devem estimular a criação de demanda por fontes renováveis, inclusive em setores novos como armazenamento, baterias e combustíveis limpos. Os compromissos devem ser capazes de tornar a energia renovável competitiva a longo prazo.</p>
4	<p>Promover uma economia de resiliência, fortalecendo os mercados de carbono e validando novas tecnologias agrícolas como nanofertilizantes, que podem beneficiar tanto o meio ambiente quanto os agricultores.</p>
5	<p>Operacionalizar o Fundo de Perdas e Danos e mobilizar recursos para a ação climática. Um fundo de inovação liderado por jovens para capacitar jovens e comunidades locais pode ampliar as possibilidades de soluções e trazer impacto concreto.</p>
6	<p>Mirar em soluções locais e disseminar os bons exemplos já existentes. As soluções climáticas vêm de baixo, do trabalho e da sabedoria das pessoas comuns. Comunidades vulneráveis não são vítimas passivas, mas agentes ativos de adaptação que merecem empoderamento.</p>
7	<p>Ouvir os povos indígenas. A filosofia, a arte e a cultura tradicionais são fontes inesgotáveis de resiliência e convívio harmônico com a natureza. É preciso valorizar esse conhecimento e fomentar sua aplicação.</p>
8	<p>Incorporar a ideia de biofelicidade no processo climático. Articulada por M. S. Swaminathan, esse conceito defende que os pontos críticos de biodiversidade também devem ser locais de bem-estar humano.</p>
9	<p>Reconhecer e ampliar o papel das mulheres artesãs e do conhecimento tradicional na resposta climática global. Ao fazer isso, protegemos não apenas a Terra, mas também nossa herança coletiva e nosso futuro compartilhado.</p>
10	<p>Ampliar o financiamento e treinamento para iniciativas que reduzam a emissão de gás metano. Menos de 2% das finanças vão para a mitigação de metano. Essa é uma grande lacuna a resolver.</p>

Participantes

CO-LÍDER:

KAILASH SATYARTHI,

ganhador do Prêmio Nobel da Paz (Índia)

MODERADOR:

LEONARDO MENEZES,

curador e produtor cultural (Brasil)



Índia

AJAY MATHUR

Especialista em energia e clima e professor no Instituto Indiano de Tecnologia, em Délhi, na Índia. Foi negociador climático da Índia e do G77, e porta-voz nas negociações de Paris (2015). Co-presidiu a Energy Transitions Commission e iniciativas globais de refrigeração limpa.

ARUNABHA GHOSH

Especialista em políticas públicas, fundador e CEO do Council on Energy, Environment and Water (CEEW) e enviado especial da COP30 para o Sul da Ásia. Assessora governos, setor privado e organizações em todo o mundo. Desde 2019, é membro do Comitê de Política de Desenvolvimento da ONU.

IHITASHRI SHANDILYA

Fundadora e CEO da MITHILAsmita, uma premiada iniciativa reconhecida pela ONU, dedicada à valorização das pinturas tradicionais de Madhubani, promovendo meios de vida sustentáveis para mulheres artistas rurais na Índia. Atua como empreendedora social e cultural.

MANJYOT KAUR

Especialista em política climática internacional, com foco em mitigação de metano, articulação multissetorial e engajamento corporativo. Lidera estratégias de mitigação de metano na Ásia, promovendo benefícios socioeconômicos locais.

NITIN DESAI

Economista formado pela London School of Economics, e ex-subsecretário-geral da ONU para Assuntos Econômicos e Sociais, foi peça-chave na criação do conceito de desenvolvimento sustentável e liderou a organização de grandes cúpulas globais, incluindo Rio 1992, Copenhagen 1995, Monterrey e Joanesburgo 2002.

RAJENDRA SINGH

Líder de um movimento comunitário que regenerou vastas áreas semiáridas no estado do Rajastão por meio da gestão descentralizada da água. Premiado com o Magsaysay (2001) e o Stockholm Water Prize (2015), Singh preside a Comissão Mundial dos Povos sobre Secas e Enchentes.

RAVI SHANKAR

Aadvogado e líder político indiano, é integrante da câmara baixa do Parlamento Indiano (Lok Sabha). Atuou como Negociador-Chefe de Clima da Índia, desempenhando papel central na construção do Acordo de Paris e liderou a primeira NDC da Índia.

RIDHIMA PANDEY

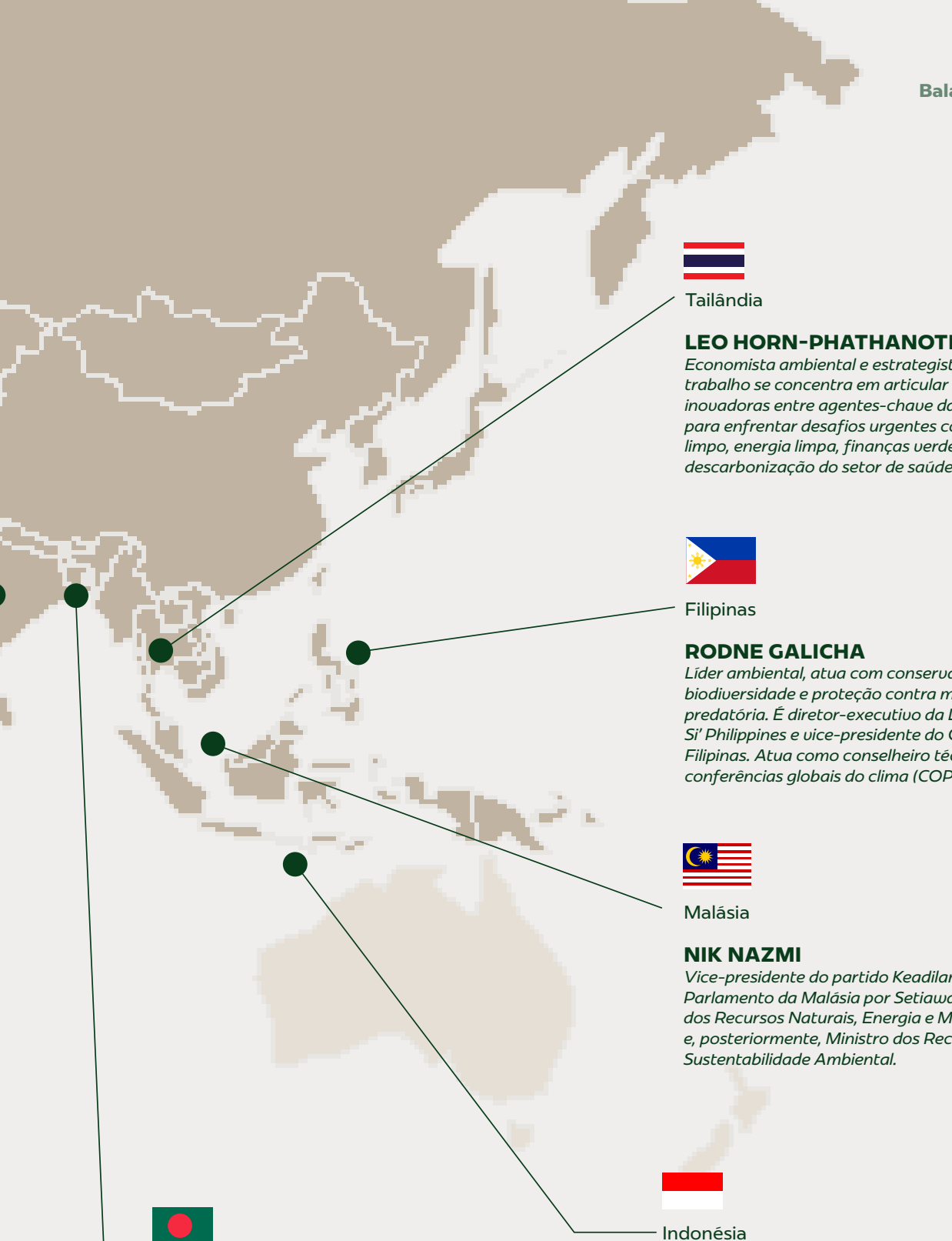
Ativista climática desde os 9 anos. Em 2017, processou o governo indiano por inação climática. Em 2019, levou o caso à ONU com Greta Thunberg e outros jovens. Foi listada entre as 100 Mulheres Mais Influentes da BBC (2020) e recebeu o Prêmio Madre Teresa de Justiça Social.

SOUMYA SWAMINATHAN

Pediatra e cientista clínica, reconhecida por sua liderança em saúde global e ações frente à mudança climática. Foi a primeira Cientista-Chefe da Organização Mundial da Saúde (OMS), coordenando a resposta global à pandemia da Covid-19. É presidente da MS Swaminathan Research Foundation.

VIBHA DHAWAN

Diretora-geral do The Energy and Resources Institute desde 2021 e professora adjunta na Michigan State University. Coordena pesquisas sobre biocombustíveis avançados e foi reconhecida com prêmios como Indian Women Achievers (2017) e Women Leadership in Agriculture (2016).



Tailândia

LEO HORN-PHATHANOTHAI

Economista ambiental e estrategista, seu trabalho se concentra em articular colaborações inovadoras entre agentes-chave da Ásia para enfrentar desafios urgentes como ar limpo, energia limpa, finanças verdes e a descarbonização do setor de saúde.



Filipinas

RODNE GALICHA

Líder ambiental, atua com conservação da biodiversidade e proteção contra mineração predatória. É diretor-executivo da Living Laudato Si' Philippines e vice-presidente do Greenpeace Filipinas. Atua como conselheiro técnico em conferências globais do clima (COPs).



Malásia

NIK NAZMI

Vice-presidente do partido Keadilan e integrante do Parlamento da Malásia por Setiawangsa. Foi Ministro dos Recursos Naturais, Energia e Mudanças Climáticas e, posteriormente, Ministro dos Recursos Naturais e Sustentabilidade Ambiental.



Indonésia

SERUNI SALSABILA

Jovem líder ambiental e empreendedora climática do Sudeste Asiático, é fundadora e líder do Catalyst of Change ASEAN, organização que promove projetos ambientais de impacto nas áreas de gestão de resíduos e economia circular para comunidades marginalizadas.



Bangladesh

FARZANA FARUK JHUMU

Ativista climática com forte atuação em iniciativas globais e de base. É membro do Fridays For Future, da UN Women Feminist Action Coalition e Youth Advocate da UNICEF desde 2022. Cofundadora do projeto Kaath Pencil, que leva educação a crianças marginalizadas.

SUMAIYA BINTE SELIM

Pesquisadora sênior em clima e desenvolvimento, atua como coordenadora do programa Juventude e Gênero no International Centre for Climate Change, onde lidera pesquisas sobre adaptação ao clima, migração e capacitação juvenil.





Foto: Fernando Donasci/MMA

Edição África



EDIÇÃO ÁFRICA

Um mandato por justiça e auto- determinação

No dia 5 de setembro de 2025, na simbólica cidade de Adis Abeba, um grupo diverso e influente de líderes, ativistas, cientistas e guardiões espirituais da África se reuniu para o 4º Diálogo Regional do Balanço Ético Global (BEG).

O encontro, que contou com a presença de autoridades, incluindo a Ministra do Meio-Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, Marina Silva, o Presidente da COP30, André Corrêa do Lago, a Diretora-Executiva da COP30, Ana Toni, o Enviado Especial da COP30 para a África, Professor Carlos Lopes, e a Campeã de Juventude da COP30, Marcele Oliveira, foi marcado por um propósito claro e urgente: confrontar a alma da crise climática.

A co-líder do Diálogo, Wanjira Mathai, definiu que essa não é uma crise de escassez ou fracasso técnico, mas uma “crise moral” de desigualdade. O dia começou com uma invocação espiritual que homenageou os ancestrais e centrou-se na Mãe Natureza, com a declaração poderosa de que não pode haver “nada sobre mim sem mim”, fundamentando imediatamente as discussões subsequentes nos princípios da filosofia Ubuntu, na reverência e na responsabilidade intergeracional.

André Corrêa do Lago, presidente da COP30, ressaltou que o funcionamento do regime climático multilateral nas últimas três décadas trouxe avanços essenciais. *“Estamos todos falando sobre mudança do clima hoje devido a esse processo, que fez com que os países tentassem entendê-la melhor, ouvissem cientistas, especialistas e lideranças comunitárias locais”, afirmou. “Por isso, a proposta do Balanço Ético Global é brilhante: quanto mais discutimos, mais identificamos o quão longe chegamos.”*

Segundo Ana Toni, Diretora-Executiva da COP30, o BEG pode estimular os tomadores de decisão a colocar as pessoas no centro das negociações. *“Na maior parte das vezes, na preparação para as COPs, há muitos números e disputas. Mas, se conseguirmos levar para a COP30 o que estamos fazendo aqui, acho que faremos com que seja não apenas a COP do Brasil, mas a COP das pessoas, como o presidente Lula nos pediu para fazer”, disse.*

“A Mãe Natureza está dizendo: nada sobre mim sem mim.”

Gogo Lindi Dlamini

Curandeira integrativa e Sangoma iniciada

Após as observações iniciais da liderança da COP30 — que pediu por uma “COP das pessoas” e pela “coragem, moral e ética para fazê-la” — os participantes se engajaram em uma série de diálogos intensos. As discussões foram estruturadas por cinco perguntas orientadoras, adaptadas ao contexto africano para refletir as realidades e prioridades únicas do continente: Ciência, Conhecimento Tradicional e Indígena; Modelos de Produção-Consumo e Transição Justa; Financiamento Climático e Ação Global; Cultura, Fé e Espiritualidade; e Mobilização para Continuidade e Justiça.





Nós sabemos que essa não é uma crise de escassez, é uma crise de desigualdade. Nós sabemos que essa não é uma crise de fracassos técnicos. Na verdade, é uma crise moral.”

Wanjira Mathai

Co-líder do Diálogo Regional Africano / Diretora Regional para a África do World Resources Institute

As sessões paralelas revelaram uma notável convergência de temas, com uma reflexão coletiva que salientou a necessidade fundamental de confiança e um chamado à “segunda emancipação” da dependência enfrentada pelo continente.

Essa dependência foi reconhecida como produto de injustiças históricas e contemporâneas, onde as regras econômicas globais são frequentemente “manipuladas” contra a África, por meio de custos mais altos de capital e modelos de comércio extrativos. Os Diálogos culminaram em uma plenária final em círculo, onde foi articulado um mandato africano poderoso e unificado para a COP30 — um mandato de justiça e autossuficiência e para um futuro construído com base nos próprios termos do continente.

Principais avanços e ideias



A sabedoria coletiva dos participantes convergiu em torno de várias ideias fundamentais e inovadoras que representam a contribuição essencial da África ao discurso climático global:

A África é o continente mais rico debaixo do solo... e é precisamente por isso que nós somos o continente mais pobre sobre o solo, o que os acadêmicos chamam de maldição do recurso.”

Kumi Naidoo

Presidente da Iniciativa do Tratado de Não-Proliferação de Combustíveis Fósseis

A AUTOSSUFICIÊNCIA É A REVOLUÇÃO

O Diálogo Regional da África teve um número expressivo e diverso de lideranças de todas as regiões do continente e foi uma oportunidade para reflexões que chegaram ao consenso de que o futuro da África depende de valorização e investimento em seus próprios sistemas de conhecimento, empreendimentos locais e mercados regionais para quebrar o círculo de dependência perpetuado por um sistema global injusto.

A JUSTIÇA É O ALICERCE DA AÇÃO

Os participantes foram categóricos ao afirmar que a ação climática eficaz deve ser construída sobre uma fundação de justiça restaurativa, centralizada nos direitos dos povos Indígenas, garantindo a liderança das mulheres e rompendo com as desigualdades estruturais históricas e contemporâneas que alimentam a crise.

A ADAPTAÇÃO É UMA PRIORIDADE IGUALITÁRIA

Para a África, que sofre os impactos mais severos de uma crise que pouco contribuiu para criar, a adaptação e a resiliência são questões urgentes de sobrevivência e devem ser tratadas com a mesma prioridade e compromisso financeiro que a mitigação.

NARRATIVA É PODER

O Diálogo afirmou que é de suma importância retomar e contar as próprias narrativas da África de resiliência, autenticidade e liderança para contrariar as narrativas predominantes sobre déficits e mobilizar um movimento global baseado na solidariedade e na humanidade compartilhada.



Não importa por quanto tempo um tronco flutua na água, ele nunca irá se tornar um crocodilo. Precisamos reconhecer... nós somos troncos nesse contexto, ou estamos assumindo a identidade de crocodilos?"

Wangui Kaniaru
Sócia na ALN Kenya



Diálogo Regional da África

Principais questões temáticas e conclusões

As discussões foram estruturadas com base em cinco perguntas orientadoras, resultando em uma visão integrada e coerente de mudança:

1. Ciência e Conhecimento Tradicional e Indígena: Em toda a África, tanto a ciência quanto o conhecimento tradicional oferecem insumos profundos para vivermos em equilíbrio com a natureza. No entanto, a desinformação, a inação política e os

interesses extrativistas continuam a impedir que essa sabedoria oriente as tomadas de decisões. O que é necessário para elevar os sistemas de conhecimento africanos e garantir que eles moldem a ação climática, especialmente para as comunidades mais afetadas? Foi feito um chamado poderoso à decolonização do conhecimento por meio da construção de confiança entre governos e comunidades, exigindo que o conhecimento local e indígena da África seja reconhecido como uma ciência válida e essencial. O grupo

identificou a necessidade de acabar com desigualdades estruturais nas parcerias globais de pesquisa e garantir a autodeterminação africana sobre agendas de pesquisa.

“A floresta é nosso supermercado. É nossa casa, é nossa... é a terra de nossos ancestrais, e ela se conecta com nosso espírito.”

Dorothée Lisenge

Coordenadora Nacional da Coalizão de Mulheres Líderes para o Desenvolvimento Sustentável (CFLEDD), República Democrática do Congo



Foto: Fernando Donasci/MMA

2. Financiamento Climático e Ação Global: A persistência da pobreza e da desigualdade em toda a África não é acidental – é estrutural. Quais obrigações éticas têm os governos nacionais, as nações mais ricas e os maiores produtores de combustíveis fósseis do mundo para corrigir essa situação, inclusive por meio da boa governança, do financiamento para a adaptação, da energia limpa e dos meios de subsistência justos? Como as partes externas e os Estados africanos e autoridades locais podem ser responsabilizados pela aceleração da transição para eliminar o uso de combustíveis fósseis e o desmatamento, inclusive por meio de medidas como o descomissionamento de ativos com altas emissões, a mudança dos investimentos para renováveis, a diversificação de fontes de energia e o apoio a economias regenerativas? Como seria um sistema de financiamento climático criado por e para as comunidades africanas? A atual arquitetura financeira climática global foi criticada como uma “armadilha de financiamento” que perpetua a dependência. Os participantes exigiram uma mudança de paradigma de “financiamento” para “investimento”, tornando o desenvolvimento “investível” para atrair trilhões em capital institucional privado, ao mesmo tempo em que defendem com firmeza o princípio de que os poluidores devem pagar por sua responsabilidade histórica.



Como que no século XXI... um cientista africano ainda recebe significativamente menos do que seu contraparte internacional, quando dizemos que queremos construir pontes entre o tradicional e o moderno?”

3. Modelos de Produção, Consumo e Transição Justa:

As economias da África permanecem presas em um comércio injusto e em sistemas de produção que priorizam a extração e a exportação acima do bem-estar local. Quais mudanças são necessárias nos modelos de produção, no comércio e nos investimentos para a África construir economias inclusivas e soberanas que satisfaçam as necessidades enquanto promovem a justiça climática e ecológica? Surgiu um consenso claro quanto à rejeição de modelos econômicos extrativistas e coloniais, em favor de economias soberanas africanas. Isso requer um novo modelo construído com base em agregação de valor, criação de “empregos, empregos, empregos” dignos para a população jovem e baseados em boa governança.

Chiyedza Heri

Fundadora e CEO da Ubuntu Alliance, Zimbábue



Foto: Fernando Donasci/MMA

Diálogo Regional da África

4. Cultura e Espiritualidade: Por todo o continente, tradições, histórias e práticas espirituais carregam profundos ensinamentos ecológicos e fundamentos éticos. Quais valores culturais e espirituais de sua comunidade oferecem orientação para curar a

Terra, restaurar os laços e imaginar futuros prósperos para a África? O Diálogo clamou por uma “segunda emancipação”, indo além da decolonização e da indigenização — um retorno consciente à sabedoria ancestral, à contação de histórias e aos valores espirituais que fomentam o relacionamento com a natureza. Esses foram considerados os alicerces éticos para um futuro verdadeiramente justo e próspero para a África.

“ Nós acreditamos que, fundamentalmente, começar a ter essas conversas, continuar a falar sobre financiamento é uma armadilha... em vez de tentar tornar o investimento desenvolvimentista, deveríamos torná-lo investível.”

Hubert Danso,
CEO e Presidente do Africa Investor (Ai) Group, Gana



5. Mobilização para Continuidade e Justiça: Transformar o futuro requer mobilização ousada entre gerações e setores – desde a fé e a juventude até o trabalho, incluindo os agricultores, artistas e anciãos. Quais estratégias e alianças podem ajudar a desenvolver um movimento continental pela ação climática ética que se concentre na dignidade, na justiça e na autodeterminação africanas? Foi forjada uma estratégia para construir um “movimento de movimentos” continental fundindo lutas para criar alianças transfronteiriças. Esse movimento deve ser radicalmente inclusivo, fortalecido pela infraestrutura jurídica para proteger defensores ambientais e empoderado pelo *storytelling* africano para retomar a narrativa do continente.

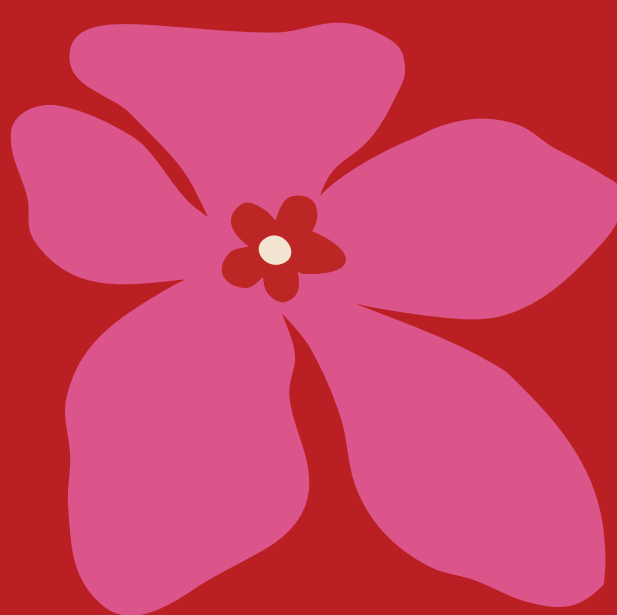
“A alternativa para o nosso trabalho no sistema alimentar é a agroecologia sob o espectro mais amplo da soberania alimentar. Então, temos que trabalhar pela soberania alimentar”

Million Belay

Coordenador da Aliança pela Soberania Alimentar na África (AFSA), Etiópia



Diálogo Regional da África



RECOMENDAÇÕES ÁFRICA

Direitos de todos

O Diálogo da África culminou em um conjunto de recomendações claras e acionáveis que constituem um mandato ético para a comunidade internacional. Elas não são meras sugestões, mas são apresentadas como condições necessárias para um resultado justo e eficaz na COP30 e além:

1	Reformar a arquitetura do financiamento climático global para garantir justiça restaurativa, acesso direto para comunidades locais e uma mudança de auxílio para investimento.
2	Valorizar os sistemas de conhecimento africanos financiando a pesquisa liderada pela África e mandatando o compartilhamento de benefícios igualitários.
3	Defender a agroecologia pela soberania alimentar por meio do redirecionamento de subsídios e proteção dos direitos dos pequenos agricultores à terra e às sementes.
4	Reconhecer legalmente e proteger os direitos da natureza e dos Defensores Ambientais por meio de um marco continental vinculante.
5	Mandar uma transição inclusiva e justa para o fim dos combustíveis fósseis, interrompendo novas explorações e garantindo o desenvolvimento de energia renovável liderada pela comunidade.
6	Ampliar as narrativas africanas e fomentar a solidariedade global investindo nos meios de comunicação liderados pela África e criando espaços formais para o diálogo intercultural dentro da UNFCCC.

Recomendações extraídas a partir das falas dos participantes.

Participantes

CO-LÍDER:

WANJIRA MATHAI,

Diretora Regional para a África, World Resources Institute (Quênia)



Chade

HINDOU OUMAROU IBRAHIM

Ativista ambiental que defende os direitos das mulheres indígenas e a justiça climática. Presidente da Associação de Mulheres Peul e Povos Autóctones do Chade (AFPAT), promove a inclusão dos conhecimentos indígenas e locais nas respostas globais à mudança climática.



Gana

PHILIP OSAFO-KWAAKO

Diretor do Parque Industrial Verde de Akosombo, zona industrial conjunta com o governo de Gana, focada em manufatura sustentável com energia renovável.

HUBERT DANSO

Presidente do grupo Africa Investor (Ai), empresa de investimento em infraestrutura focada em desenvolvimento sustentável e infraestrutura verde. Copreside o Conselho Africano da Sustainable Markets Initiative (SMI).



Nigéria

BISPO STEPHEN DAMI MAMZA

Bispo católico da Diocese de Yola, no nordeste da Nigéria, nomeado em 2011 pelo Papa Bento XVI. É reconhecido por seus esforços humanitários e de reconciliação diante da violência da insurgência do Boko Haram, liderando iniciativas de apoio a pessoas deslocadas internamente, reconstrução de moradias e fortalecimento comunitário.



Marrocos

FATEN AGGAD

Chefe de Gabinete da Vice-Presidência da Comissão da União Africana (AUC). Fundadora e ex-diretora do African Future Policies Hub, com atuação em economia verde e digital.



Uganda

PAULINE NANTONGO KALUNDA

Diretora-Executiva da ECOTRUST, especialista em financiamento para conservação. Com mais de 20 anos de experiência em gestão de recursos naturais, estabeleceu o programa Trees for Global Benefit (TGB), um esquema comercialmente viável de pagamento por serviços ambientais que conecta pequenos agricultores de Uganda ao mercado voluntário de carbono.



Líbia

ALFRED BROWNELL

Aadvogado ambientalista liberiano, fundador da Global Climate Legal Defense e da Green Advocates International, além de cofundador da Environmental Rights Africa (ERA) e da Africa Climate Platform (ACP). Com mais de três décadas de atuação em justiça climática e defesa de comunidades, recebeu o Prêmio Goldman (2019) pelo seu ativismo.



Zimbábue

CHIYEDZA HERI

Empresária, palestrante internacional e defensora de uma abordagem holística para saúde, agricultura e conservação. Fundadora e CEO da Ubuntu Alliance, que apoia empresas africanas na transição para modelos sustentáveis e de baixo carbono. Foi também vice-presidente da Zimbabwe Carbon Association.



Camarões

CÉCILE BIBIANE NDJEBET

Ativista ambiental, agrônoma e engenheira florestal social. Fundadora da ONG nacional Cameroon Ecology e cofundadora e presidente da REFACOF, que promove a inclusão das mulheres na governança florestal.

JEANNE BILOA

Líder indígena e defensora dos direitos fundiários no sul dos Camarões, e Presidente da Associação Cultural e de Desenvolvimento Bagyeli (BACUDA), apoiando comunidades Bagyeli.



República Democrática do Congo

DOROTHÉE LISENGE

Coordenadora Nacional da Coalizão de Mulheres Líderes para o Desenvolvimento Sustentável (CFLEDD), defensora dos direitos fundiários de mulheres e comunidades de conhecimento indígena no Congo.

KAPUPU DIWA

Importante liderança de saberes tradicionais do povo indígena Twa, da República Democrática do Congo. Atualmente, é presidente da LINAPYCO (Ligue Nationale des Associations Autochtones Pygmées du Congo), organização dedicada à defesa dos direitos dos povos indígenas e à gestão sustentável das florestas na África Central.



Sudão

NISREEN ELSAIM

Coordenadora-geral da Youth and Environment – Sudan (YES) e presidente da Sudan Youth Organization on Climate Change (SYOCC), uma organização juvenil dedicada às questões climáticas. Foi também presidente do Grupo Consultivo de Juventude do Secretário-Geral da ONU sobre Mudança Climática.



Sudão do Sul

EMMANUEL JAL

Músico, contador de histórias, ator e ativista sudanês-canadense, reconhecido por seu hip-hop e afro-pop de forte impacto, com mensagens de paz e reconciliação. Entre seus trabalhos notáveis está a autobiografia War Child: A Child Soldier's Story, em que relata suas experiências pessoais crescendo no Sudão do Sul na década de 1980.



Etiópia

MILLION BELAY

Defensor climático e coordenador da Aliança pela Soberania Alimentar na África (AFSA), promovendo a agroecologia e protegendo os recursos genéticos africanos. Cofundador da MELCA-Ethiopia, ONG dedicada à agroecologia e a meios de vida locais.

KEREZHI SEBANY

Diretora de Oportunidades Econômicas para a África na ONE Campaign, liderando análises estratégicas de tendências políticas, políticas econômicas e desafios regionais.



Quênia

MOHAMED ADOW

Fundador e Diretor-Executivo da Power Shift Africa, think tank climático e energético com sede em Nairóbi que fortalece a voz africana nas políticas globais.

TRACY ATIENO

Jovem líder e defensora dos direitos das pessoas com deficiência, educação inclusiva e saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SRHR). Membro-chave do movimento Youth Women of Africa (YWOA).

WANGUI KANIARU

Sócia da ALN Kenya (Anjarwalla & Khanna), especialista em direito corporativo, fusões e aquisições, telecomunicações e proteção de dados. Reconhecida também por seu trabalho em sustentabilidade e ESG.

MITHIKA MWENDA

Ativista climático, cofundador e diretor-executivo da Pan African Climate Justice Alliance (PACJA), rede que une a sociedade civil africana em defesa de políticas inclusivas. Nomeado entre as 100 pessoas mais influentes em política climática pela Apolitical (2019 e 2022).

JIBRIL OMAR

CEO da OFGEN Africa, líder proeminente na transição para energias renováveis. Sob sua liderança, a empresa tornou-se fornecedora de soluções solares em larga escala na África Subsaariana.

MILKA CHEPKORIR

Líder indígena Sengwer das Colinas de Cherang'any, no Quênia, e atua como Facilitadora Regional da África Anglófona na Rights and Resources Initiative (RRI). Defensora dos direitos humanos e ambientais, dedica-se à garantia dos direitos dos povos indígenas a suas terras e recursos, com foco em justiça climática, justiça de gênero e direitos comunitários à terra.



África do Sul

KUMI NAIDOO

Presidente da Iniciativa do Tratado de Não-Proliferação de Combustíveis Fósseis. É também fundador da Africans Rising for Justice, Peace & Dignity e já atuou como Diretor-Executivo do Greenpeace International e Secretário-Geral da Anistia Internacional.

LINDI DLAMINI

Curadora integrativa e sangoma (curandeira tradicional) iniciada, com mais de 30 anos de experiência comunitária. Sua perspectiva única foi moldada por sua trajetória como combatente da liberdade e servidora pública no primeiro governo democrático da África do Sul.



Botswana

PATO KELESITSE

Fundadora da Sustain267, organização dedicada a promover a ação climática em toda a África. Kelesitse foi nomeada uma das "40 Under 40 African Leaders for Climate Resilience" de Wilton Park. Representa também Botswana como delegada na UNFCCC.



Madagáscar

OLLIER ANDRIANAMBININA

Pesquisador, chefe de TI e Comunicação e porta-voz dos Parques Nacionais de Madagáscar, agência responsável pela gestão de áreas protegidas do país.





Foto: Fernando Donasci/MMA

Edição Oceania



EDIÇÃO OCEANIA

Freio ao aquecimento global

*5º Diálogo Regional do Balanço
Ético Global cobrou compromisso com a
Missão 1,5°C, sob pena de nações insulares
desaparecerem pela elevação do nível do mar.*

Continente onde se situa grande parte das nações compostas por ilhas e atóis altamente suscetíveis à elevação do nível do mar, a Oceania recebeu em setembro o quinto Diálogo Regional do Balanço Ético Global. Vinte convidados se reuniram em Sydney, na Austrália, para debater razões pelas quais a humanidade não avança na velocidade necessária rumo às metas climáticas — e encontrar saídas para essa estagnação.

O Diálogo contou com a presença da Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil (remotamente), Marina Silva; do co-líder do Balanço Ético Global para a Oceania e ex-presidente de Kiribati, Anote Tong; da Diretora-Executiva da COP30, Ana Toni; do presidente da COP29, Mukhtar Babayev (também remotamente); do ministro conselheiro da Embaixada do Brasil na Austrália, Carlos Pachá; e do vice-cônsul da Alemanha em Sydney, embaixador Klaus Wunderlich.

A reunião ecoou o lema “1,5 para seguirmos vivos” (em inglês “1.5 to be alive”) — uma referência ao desafio de que a temperatura média da Terra não ultrapasse 1,5°C em relação ao período pré-industrial, conforme estabelecido pelo Acordo de Paris. Muitos participantes salientaram que, para algumas comunidades costeiras mais vulneráveis, até mesmo essa meta pode ser insuficiente.

Um exemplo são as chamadas “nações de atóis de baixa altitude”, como as ilhas do Estreito de Torres — região entre o extremo norte da Austrália, Papua-Nova Guiné e Indonésia. Elas poderiam se tornar inabitáveis até 2060, o que obrigaria as populações indígenas locais a migrarem para outras regiões.

“Como podemos enfrentar esses desafios enquanto outros se engajam com atividades que destroem o planeta? Onde está a moralidade? É vital que essas questões sejam ressaltadas, e esse Diálogo ajuda a fazer com que isso seja possível”, observou o co-líder do Balanço Ético Global para a Oceania e ex-presidente de Kiribati, Anote Tong. O Kiribati é outra nação insular altamente ameaçada pela crise climática.

Uma medida central sugerida pelo presidente da COP29, Mukhtar Babayev, é o efetivo cumprimento do financiamento climático, que deve saltar de USD 300 bilhões a USD 1,3 trilhão anuais até 2035, conforme acordado em Baku, no Azerbaijão. *“O dever moral deve ser um princípio orientador da diplomacia climática. Precisamos começar responsabilizando os doadores pelas promessas que já foram feitas, do Rio de Janeiro a Paris, de Baku a Belém e além”,* declarou.



Ana Toni ressaltou que o BEG é um momento que *“nos dá a força e a energia para fazer nosso trabalho como a gente precisa fazer”*. Ela enfatizou que, na COP30, é necessário que os negociadores tenham a coragem de *“fazer a coisa certa.”*

Questões

1. Por que, mesmo cientes dos riscos, negamos ou ignoramos o que dizem a ciência e os saberes tradicionais sobre a crise climática?
2. Por que mantemos modelos de produção e consumo que afetam os mais vulneráveis e contradizem a Missão 1,5°C?
3. O que pode ser feito para que países ricos acelerem suas transições e contribuam financeiramente com os mais vulneráveis?
4. Que tradições e práticas culturais ou espirituais da sua comunidade ensinam a viver em equilíbrio com a natureza?
5. Como mobilizar mais pessoas, lideranças, empresas e nações para apoiar mudanças justas e éticas? Que valores podem inspirar essa missão?



Debate

COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

Várias comunidades da Austrália estão modificando suas economias dos fósseis para projetos centrados no bem-estar das pessoas e do planeta. Não estão esperando serem salvas, estão tomando as rédeas, redefinindo o futuro e seu papel nele. Essa coragem tem sido contagiante.

Amanda Cahill, fundadora da The Next Economy

Se analisarmos as NDCs que colocam o mundo no rumo das metas de longo prazo, a manutenção do limite de 1,5°C de temperatura média da terra pode ser alcançada. Não há justificativa para a expansão contínua dos combustíveis fósseis, e isso precisa estar refletido nos planejamentos dos governos.

Rebecca Burden, CEO da Climate Resource

A Austrália dá mais dinheiro em subsídios para os combustíveis fósseis do que em ajuda para as comunidades afetadas do Pacífico. Mas o país pode tributar os combustíveis fósseis e assim financiar as medidas de adaptação de que o Pacífico precisa.

Richard Denniss, diretor-executivo do The Australia Institute

FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Em 2024, os grandes bancos investiram bilhões de dólares no financiamento de combustíveis fósseis. Ao mesmo tempo, vários se retiraram da Net Zero Banking Alliance. Isso não é apenas antiético, mas também ilegal, de acordo com o parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça. Precisamos fazer algo a respeito disso.

Ian Fry, especialista em direito ambiental internacional

Precisamos incrementar rapidamente o apoio da filantropia para a causa climática. A filantropia também precisa ser humilde, reconhecer a liderança dos povos das Primeiras Nações, dos líderes e das comunidades das Ilhas do Pacífico, amplificar essas vozes e não tomar para si o microfone.

Daisy Barham, gerente da Rede Australiana de Doadores Ambientais

Quero fazer um apelo por um pouco menos de conversa, um pouco mais de ação. A ação é impulsionar os trilhões de dólares de que precisamos para sermos uma potência de energia renovável. Como? Cumprindo o acordo da COP28, de triplicar a energia renovável e dobrar a eficiência energética.

Richie Merzian, CEO do Clean Energy Investor Group

NEGACIONISMO CLIMÁTICO

A atenção se tornou uma mercadoria, que pode ser comprada por bilionários das redes sociais ou por empresas de combustíveis fósseis que publicam anúncios de greenwashing. Temos déficit de atenção e a alfabetização midiática diminui a cada dia. São as condições perfeitas para a desinformação e o negacionismo climático.

Brianna Fruean, integrante do Conselho de Anciãos dos Guerreiros do Clima do Pacífico

O não cumprimento das obrigações e compromissos climáticos — seja por parte de uma instituição, de uma empresa privada ou de um governo — é uma forma de negacionismo climático.

Jacinda Ardern, ex-primeira-ministra da Nova Zelândia e Enviada Especial da COP30 para a Oceania

O combate ao negacionismo climático e à desinformação requer uma contra-narrativa da comunidade internacional em apoio à ciência e à ação para manter a independência de órgãos como o IPCC, que está subsidiando políticas baseadas em evidências, às vezes, diante da resistência de governos.

Jacqueline Peel, líder da COP Universities Alliance

DIREITOS CLIMÁTICOS

Em 2019, 27 estudantes de Direito da Universidade do Pacífico Sul, em Vanuatu, iniciaram uma campanha que agora chegou à Corte Internacional de Justiça. O veredito unânime deixa claro que os Estados têm obrigações legais vinculantes de tomar medidas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, proteger nosso povo e ecossistemas dos danos climáticos e apoiar nossas comunidades vulneráveis.

Belyndar Rikimani, advogada do governo das Ilhas Salomão

A transição para a energia renovável é central. Mas, se não reconhecermos os direitos indígenas, perpetuaremos o mesmo sistema de opressão que existe hoje na exploração de minerais críticos para a transição. Nossas comunidades e nossos direitos precisam vir antes.

Larissa Baldwin-Roberts, fundadora da Common Threads

ARTE E ESPIRITUALIDADE

Cada um de nós tem sabedoria e espiritualidade, cada um de nós sente quão importante são a natureza e a criação. A relação do povo do

Estreito de Torres com o oceano e uns com os outros parte do princípio de não abusar, de compartilhar. Esse Diálogo trará melhorias para nosso país, nosso povo, nossa geração futura.

McRose Elu, membro da Resposta Religiosa Australiana às Mudanças Climáticas

Na Austrália, 80% da população já sofreu consequências do clima extremo. O mindfulness nos ajuda a respirar e focar nossa atenção. A respiração é essencial para a vida. É algo que fazemos com frequência, é claro, sem pensar, mas é algo que muitas vezes esquecemos de fazer.

Linh Do, diretora da Wattle Fellowship, da Universidade de Melbourne

Há um provérbio maori que é uma profecia: 'Com as mulheres e nossas terras, nosso povo viverá'. Nascemos da terra, de nossas mães e de nossas avós. Nossas histórias estão interligadas e nossas vidas estão entrelaçadas. Se não for pelas mulheres, se não for pela terra, a humanidade acabará.

Tiana Jakicevich, defensora ambiental e climática

Que ouçamos o grito da Terra, a fúria dos oceanos e a canção lúdica da floresta, que só podem ser comparados em intensidade ao medo das pessoas que dependem da natureza, da habitabilidade, da manutenção da temperatura e dos meios de subsistência sustentáveis para sua própria sobrevivência.

Sharan Burrow, vice-presidente da Fundação Europeia do Clima



Realizei pesquisas com estudantes sobre o que influencia seus comportamentos pró-meio ambiente. A principal influência são os pais, mas a religião também tem um papel. Escolas católicas, islâmicas e hindus enfatizam a importância de cuidar do meio ambiente através dos vínculos com suas crenças religiosas específicas.

Thelma Raman, consultora principal da E&SCO

NAÇÕES INSULARES

Em Samoa, contribuimos com menos de 0,03% das emissões globais de gases de efeito estufa, mas estamos na linha de frente da elevação dos mares e da intoxicação por sal. Por gerações, nosso povo tem cuidado da Terra e do oceano. O que decidirmos agora vai ser a herança para as gerações futuras, para a minha geração.

Okalani Mariner, coordenadora nacional da 350.org Samoa

Nossas ilhas são cercadas por mares. Estamos sendo muito afetados pelas mudanças climáticas. Somos australianos, mas se o nível da água continuar subindo, seremos realocados para a Austrália continental. Os primeiros refugiados climáticos em nosso próprio país.

Paul Kabai, líder das Primeiras Nações das Ilhas do Estreito de Torres

Nossa terra nunca será retirada de nós. Ela está conectada à nossa geração, aos nossos antepassados, aos nossos ancestrais. Ainda desempenhamos o mesmo papel e as mesmas responsabilidades por meio dessa conexão espiritual. Continuarei lutando por meu povo, e nunca, jamais, serei um refugiado das mudanças climáticas.

Pabai Pabai, líder das Primeiras Nações das Ilhas do Estreito de Torres

Os oceanos são o maior sumidouro de carbono do planeta, absorvendo quase 30% das emissões. E retêm 60 vezes mais carbono do que a atmosfera. Na Oceania, povos indígenas estão na linha de frente da defesa de suas terras e das águas. Precisam de atenção especial, já que representam 5% da população mundial.

Cathryn Eatock, co-presidente da Organização dos Povos Indígenas da Austrália







RECOMENDAÇÕES OCEANIA

Para não submergirmos

Os participantes do quinto Diálogo Regional do Balanço Ético Global, representantes dos países da Oceania, lembrando os compromissos firmados pelos signatários do Acordo de Paris e buscando novos consensos durante a COP30, recomendam:

1	Dar publicidade aos investimentos em combustíveis fósseis e energias renováveis. Um comitê composto por cientistas, sociedade civil e povos indígenas poderia auditar as declarações de bancos e instituições financeiras.
2	Mobilizar USD 1,3 trilhão para o financiamento climático. É preciso cobrar o cumprimento das promessas financeiras já feitas, incluindo a operacionalização do Fundo de Perdas e Danos.
3	Eliminar os subsídios aos combustíveis fósseis e taxar exportações para financiar a ação climática. A receita gerada por uma tributação adequada poderia ser usada para financiar a transição justa e a adaptação no Pacífico.
4	Desenvolver um plano objetivo para a transição para o fim dos combustíveis fósseis e do desmatamento. O plano deve estabelecer indicadores de monitoramento e definir recursos financeiros e tecnológicos para o objetivo.
5	Cumprir as metas de triplicar as energias renováveis e duplicar a eficiência energética. Os países precisam cumprir o Consenso dos Emirados Árabes Unidos, pactuado na COP28, como parte central da transição.
6	Aplicar o conhecimento indígena como base para as estratégias climáticas. Nosso sangue é feito de água, nós somos ondas. A sabedoria tradicional deve ser o fundamento dos acordos nas COPs. Povos indígenas não podem ser apenas um “tema” das COPs.
7	Proteger o direito à terra e à autodeterminação na transição energética. A transição para energias renováveis e a mineração de minerais críticos não podem perpetuar os mesmos sistemas de opressão atuais.
8	Criar um protocolo para proteger refugiados climáticos. Comunidades, como as do Estreito de Torres, podem se tornar refugiadas climáticas muito antes do que originalmente previsto. É urgente definir e dar proteção adequada às pessoas deslocadas pela mudança do clima.
9	Priorizar a adaptação e as necessidades das comunidades da linha de frente. Reconhecer que, para muitas nações insulares e de atóis, a mitigação pode ser insuficiente, e o deslocamento interno já é realidade.
10	Usar a arte e a ciência no combate à desinformação. Narrativas fortes e verdadeiras, baseadas na ciência e complementadas por poesia e testemunhos pessoais, se conectam ao coração das pessoas.

Participantes

CO-LÍDER: ANOTE TONG

Ex-presidente de Kiribati, uma das nações mais ameaçadas pela elevação do nível do mar causada pelas mudanças climáticas.

MODERADORA: MAUREEN PENJUELI

Filha da ilha de Rotuma, no extremo norte de Fiji, atua no terceiro setor, com foco principal na região do Pacífico.



Austrália

AMANDA CAHILL

Fundadora da *The Next Economy*, que apoia comunidades regionais em toda a Austrália a enfrentar os impactos das mudanças climáticas com projetos de descarbonização e economia regenerativa. Acumula 30 anos de experiência com justiça climática.

AUNTY MCROSE ELU

Desde 1980, destaca os impactos das mudanças climáticas no Estreito de Torres, discursando na ONU e para líderes políticos e empresariais. É membro da *Australian Religious Response to Climate Change*, defendendo as energias renováveis e os métodos de produção sustentáveis.

CATHYRN EATOCK

Mulher Gayiri/Badtjula, é copresidente da Organização dos Povos Indígenas da Austrália. Sob mandato das Nações Unidas, organizou a conferência climática indígena do Encontro Regional do Pacífico, em 2023, e o Workshop de Tomada de Decisão Indígena, em 2024.

DAISY BARHAM

Gerencia o programa de alterações climáticas da Rede Australiana de Doadores Ambientais, apoiando seus mais de 200 membros a lidar de forma eficaz com as mudanças climáticas. Trabalha há 15 anos com organizações estaduais, nacionais e internacionais dedicadas à proteção ambiental.

JACQUELINE PEEL

Professora e líder da Aliança das Universidades da COP. É diretora da *Melbourne Climate Futures*, da Universidade de Melbourne, que desenvolve pesquisa em soluções para as mudanças climáticas.

LARISSA BALDWIN-ROBERTS

Fundadora da *Common Threads*, uma organização com foco no aumento da liderança e defesa das Primeiras Nações. Seu trabalho centra-se no empoderamento desses povos e no apoio aos esforços de Transição Justa da Austrália.



Ilhas do Estreito de Torres (Austrália)

UNCLE PABAI PABAI E UNCLE PAUL KABAI

Líderes das Primeiras Nações das Ilhas do Estreito de Torres e proprietários tradicionais de Saibai e Boigu. Se tornaram proeminentes defensores da justiça climática ao tomarem medidas legais contra o governo australiano por não proteger as suas comunidades das alterações climáticas.

LINH DO

Diretora do *Wattle Fellowship*, iniciativa de liderança em sustentabilidade da Universidade de Melbourne. Preside a *Climate Action Network Australia* e a *AktivAsia*, e é membro do conselho da *Lord Mayor's Charitable Foundation*.

REBECCA BURDON

CEO da *Climate Resource*, organização dedicada às mudanças climáticas e à política. Ocupou cargos de liderança na *Autoridade para as Mudanças Climáticas* e no *Centro de Transição Energética da Universidade de Melbourne*.

RICHARD DENNIS

Diretor-executivo do *Australia Institute*, é um proeminente economista, autor e comentarista de políticas públicas. Escreveu livros como *Econobabble*, *Curing Affluenza* e *Dead Right: How Neoliberalism Ate Itself and What Comes Next?*

RICHIE MERZIAN

CEO do *Clean Energy Investor Group*, com quase duas décadas de experiência em políticas e defesa do clima e da energia. Liderou o trabalho internacional no *Smart Energy Council* e foi negociador sênior da ONU para o clima pelo governo australiano.

SHARAN BURROW

Ex-presidente do Conselho Australiano de Sindicatos e secretária-geral da *Confederação Sindical Internacional de 2010 a 2022*. É vice-presidente da *Fundação Europeia para o Clima* e professora visitante no *Instituto Grantham*, da *London School of Economics and Political Science*.



Tuvalu

IAN FRY

Foi Embaixador de Tuvalu para as Mudanças Climáticas e o Ambiente entre 2015 e 2019. Também foi Relator Especial da ONU para a promoção e proteção dos direitos humanos no contexto das mudanças climáticas e atuou como Representante Regional do Pacífico da ONU para o Conselho Internacional de Direito Ambiental.



Ilhas Salomão

BELYNDAR RIKIMANI

Presidente de Conscientização no Comitê Executivo do Pacific Islands Students Fighting Climate Change (PISFCC), do qual é membro fundadora. Integrante do Conselho de Anciãos da Pacific Climate Warriors.



Samoa

BRIANNA FRUEAN

Ativista climática e membro do Conselho de Anciãos dos Guerreiros Climáticos do Pacífico. É defensora do Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis, focado na redução do uso e expansão dos combustíveis fósseis.

OKALANI MARINER

Ativista climática, artista, poeta e empreendedora social de Samoa, é coordenadora nacional da 350.org Samoa e cofundadora do OneLook Studio, o primeiro centro criativo e de coworking de Samoa. Em 2025, foi nomeada para o Grupo Consultivo Juvenil sobre Mudanças Climáticas do Secretário-Geral da ONU.



Fiji

THELMA RAMAN

Consultora da E&SCO – Education and Sustainability Consulting Oceania, tem mais de 25 anos de experiência em educação e sustentabilidade em Fiji, Austrália e Nova Zelândia. Defende a resiliência climática através da aprendizagem.



Nova Zelândia

JACINDA ARDERN

Primeira-ministra da Nova Zelândia eleita em 2017, liderou o país durante a pandemia da covid-19, conseguindo erradicar os casos ativos. Renunciou ao cargo em janeiro de 2023 e atualmente é Enviada Especial da Oceania para a presidência da COP30.

TIANA JAKICEVICH

Lidera trabalhos em Aotearoa e no Pacífico para acabar com a dependência dos combustíveis fósseis e revitalizar o conhecimento indígena. Imagina um futuro justo e resiliente, e acredita que os rangatahi (jovens) são agentes poderosos de soluções climáticas transformacionais.





Edição América do Norte



EDIÇÃO AMÉRICA DO NORTE

COP da ética e da justiça climática

O sexto Diálogo Regional do Balanço Ético Global convoca a COP30 a ser um marco ético para a justiça climática, reunindo ciência e saberes tradicionais para uma transição justa e inclusiva, priorizando a participação das comunidades impactadas e limitando a da indústria de combustíveis fósseis, face às graves consequências da emergência climática em função do uso dessa fonte insustentável de geração de energia.

Em 19 de setembro de 2025, o 6º Diálogo

Regional do Balanço Ético Global (BEG) para a América do Norte ocorreu no Museu Americano de História Natural, em Nova York, reunindo lideranças indígenas, diplomatas, acadêmicos, artistas, representantes governamentais e da sociedade civil. O encontro destacou a urgência de colocar a ética no centro das negociações climáticas rumo à COP30 em Belém, enfatizando que a justiça climática só será possível com a inclusão de vozes historicamente marginalizadas, em especial povos indígenas, mulheres, jovens e comunidades em situação de vulnerabilidade. A mensagem central foi clara: a COP30 deve ser a “COP da Ética e da Justiça Climática”, reconhecendo que a emergência climática é também uma crise moral, cultural e civilizacional, que exige soluções que integrem ciência, espiritualidade e conhecimento comunitário.

Roberto Múkaró Borrero, Chefe da Tribo Guainía Taíno, conduziu a abertura, iniciada com uma oração de agradecimento (*Thanksgiving Address*) feita por Sophia Powless, da Nação Onondaga da Confederação Haudenosaunee. Ambos enfatizaram a espiritualidade e a reconexão com a natureza como base para enfrentar os “ventos de mudança” trazidos pelas alterações climáticas.

Na sequência, Karenna Gore, co-líder do Diálogo da América do Norte e Diretora-Executiva do Center for Earth Ethics, defendeu uma abordagem ética para enfrentar a emergência climática, recordando que “*não somos apenas nações, somos povos*” e ressaltou:

“[...] Em algumas partes desta região, alguns de nós devemos reconhecer a enorme responsabilidade que carregamos pelo fardo imposto a outros, em termos de uma história de extração, emissões, dominação e mais. Mas dentro desta região também estão as vozes daqueles que suportaram o peso dos erros e das injustiças na forma como o sistema dominante foi estabelecido aqui. Eles há muito carregam apelos e visões poderosas que o mundo precisa ouvir.”

Essa perspectiva também foi reforçada pelo Embaixador André Corrêa do Lago, Presidente da COP30, que em sua fala destacou a importância do Balanço Ético Global, liderado pelo Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo Secretário-Geral da ONU, Antônio Guterres, concebido e conduzido pela Ministra Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, com apoio da Presidência da COP30, do Ministério das Relações Exteriores e do Assessor Especial do Secretário-Geral





da ONU para Ação Climática e Transição Justa, Selwin Hart. Corrêa do Lago lembrou que as negociações climáticas nasceram da ciência, mas hoje envolvem economia, política e sociedade, exigindo que a ética esteja no centro. Concluiu reforçando o impacto dos Diálogos Regionais e seu compromisso de levar essa dimensão ética à COP30.

A Ministra Marina Silva enfatizou que a ética deve servir de bússola moral em tempos de múltiplas crises globais e destacou a importância de integrar ciência moderna à ciência milenar dos povos indígenas e tradicionais advinda do saber narrativo. Reforçou ainda a necessidade de fortalecer o multilateralismo, mobilizar financiamento climático e construir uma transição justa e planejada para o fim dos combustíveis fósseis e do desmatamento e adendou: *“Após esse percurso do Balanço Ético Global nos diversos continentes, rumo a realização da COP30, esperamos deixar, como legado, a constituição de um novo marco referencial para o enfrentamento da emergência climática ao longo dos próximos dez anos, em uma forte sinalização de reavivamento do multilateralismo e de valorização da dimensão ética em nossas escolhas e ações.”*

A co-líder do Diálogo norte-americano, Karenna Gore, trouxe uma reflexão sobre a dimensão ética e espiritual da crise climática, sublinhando a necessidade de unir razão, tradições e sabedorias no enfrentamento desse desafio global. Os custos desta crise climática estão aumentando. O ano passado foi o mais quente já registrado — e isso faz parte de um padrão. Foi o primeiro ano em que a temperatura média global ultrapassou 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. E somente neste ano, a região da América do Norte enfrentou enchentes, ondas de calor e incêndios florestais sem precedentes. Ao mesmo tempo, temos mais dados, informações, tecnologias e alternativas do que

jamais tivemos antes. Mas isso não é suficiente. Precisamos não apenas de informação, mas de sabedoria. Para invocá-la e mobilizá-la, é necessário um ajuste cuidadoso na forma de agir. É preciso intenção — e é preciso atenção. E é exatamente isso que estamos fazendo aqui. Somos gratos por este chamado para reavaliar nossos valores e as dimensões da experiência humana das quais ainda precisamos extrair com mais profundidade para enfrentar esta crise.

A Primeira-Dama do Brasil, Janja Lula da Silva, Enviada Especial para Mulheres na COP30, fez um discurso emocionante dando voz às lutas de pescadoras, agricultoras e mulheres indígenas. Ela defendeu maior participação feminina na mesa de negociações e lembrou que a injustiça climática só poderá ser superada com justiça de gênero.

O Assessor Especial do Secretário-Geral da ONU para Ação Climática e Transição Justa, Selwin Hart, destacou o tema da desigualdade e da justiça social dizendo que *"As empresas de combustíveis fósseis têm lucros recordes, enquanto o nosso planeta queima. Temos uma situação em que os países e as regiões, como os pequenos estados insulares em desenvolvimento, estão enfrentando uma crise climática terrível. E são as mulheres, os anciãos, as crianças e pobres que estão enfrentando essa crise climática [...]. A gente precisa trazer essas soluções de uma maneira justa. E a gente tem que garantir que a gente está usando energia renovável também para as pessoas indígenas, pobres e em desvantagem de não serem as mais afetadas."*

As contribuições dos participantes destacaram a interconexão entre justiça climática e justiça social, alertando que a crise ambiental decorre não apenas da poluição, mas também da ganância, da ambição e da perda de empatia e conexão com a natureza, tornando indispensável uma profunda transformação cultural e de valores.

Durante o Diálogo, os participantes compartilharam um ritual de união das águas. Cada pessoa foi convidada a oferecer água de um lugar significativo de seu território,



Diálogo Regional da América da Norte

despejando-a em um vaso de cobre. O vaso foi um presente da falecida Josephine Mandamin, avó anishinaabe e defensora da água. Esse gesto coletivo deu origem a uma fonte comum, reunindo águas de diferentes origens e ressaltando a importância da água como elo entre comunidades, ecossistemas e bacias hidrográficas. A água reunida foi usada para regar uma árvore na área externa do Museu Americano de História Natural. A cerimônia também lembrou que a água não apenas sustenta a vida, mas é parte de quem somos.

Perguntas

1. Por que, mesmo conscientes dos riscos, negamos ou ignoramos o que a ciência e os saberes tradicionais nos dizem sobre a emergência climática?
2. Por que mantemos modelos de produção e consumo que prejudicam os mais vulneráveis e contradizem a Missão 1,5°C?
3. O que pode ser feito para garantir que os países ricos acelerem suas transições e contribuam financeiramente com os mais vulneráveis?
4. Quais tradições e práticas culturais ou espirituais em sua comunidade ensinam a viver em harmonia com a natureza?
5. Como podemos mobilizar mais pessoas, líderes, empresas e nações para oferecer seu apoio?

Debate

INTERCONEXÃO ENTRE HUMANOS E NATUREZA

Temos uma responsabilidade uns com os outros e com a Terra. [...] Todos nós vivemos na mesma Terra. Somos todos humanos, cidadãos. Mas os povos indígenas ainda não são vistos como iguais.

Uncle Angaangaq Angakkorsuaq, ancião e xamã esquimó-kalaallit

Vimos todos da Terra. Ninguém é mais ou menos importante do que ninguém. É um saber espiritual, ético e incorporado, nascido do retorno à nossa conexão fundamental com toda a criação e da lembrança de que pertencemos a ela — e que ela está em nós; que deve fornecer a cultura da qual emergem as estratégias.

Reverenda angel Kyodo williams, fundadora do Transformative Change e arquiteta do Healing Race Portal

Pensamos que a natureza está lá fora, separada de nós, mas se ficarmos sem ar para respirar por três ou quatro minutos, morremos. E quando o ar está cheio de fumaça de incêndios florestais, carros e chaminés de fábricas, ficamos doentes [...] A água cobre 70% da Terra, [...] se ficarmos sem água por quatro a seis dias, morremos. Água poluída nos adocece. Nós somos água. Tudo o que colocamos nela, colocamos diretamente em nós mesmos.

Dr. David Suzuki, geneticista, jornalista e cofundador da Fundação David Suzuki

Sabemos que o conhecimento científico e o conhecimento indígena sempre se concentraram na sustentabilidade, sempre insistindo na humildade e na reciprocidade [...] À medida que a COP30 se aproxima, inovação deve significar mais do que tecnologia. Significa novos relacionamentos entre cientistas e comunidades, entre dados e cultura, entre sonhos e políticas, entre entidades visíveis e forças invisíveis.

Dr. Marco Tedesco, cientista pesquisador no Observatório da Terra Lamont-Doherty da Universidade Columbia

Somos todos elementos. Esquecemos que fazemos parte da natureza e estamos fora de equilíbrio. Esse equilíbrio é crucial em nossas vidas. Se não o encontrarmos em nós mesmos, não seremos capazes de mudar.

Veronica Raya, anciã indígena mexicana e purepecha-otomi

PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS COMUNIDADES IMPACTADAS

Quero que esta COP priorize como vamos proteger os defensores ambientais na linha de frente das ameaças de assassinato e da violência que enfrentam. Mesmo quando há proteções legais, garimpeiros ilegais invadem e causam destruição, incendiam edifícios, ameaçam pessoas, matam pessoas. Há uma guerra acontecendo, e as pessoas estão caindo mortas.

Jamie Margolin, cofundadora do Zero Hour, organização climática liderada por jovens

A narrativa da resiliência, muitas vezes celebrada como virtude, às vezes parece uma armadilha, sugerindo que suportar adversidades é nossa única opção. Por que nossa sobrevivência deveria depender da nossa capacidade de suportar? Precisamos de políticas nacionais e globais que abordem as causas profundas da desigualdade e da degradação ambiental, não apenas políticas que nos elogiem por sobreviver a elas.

Noelle Young, profissional de soluções sustentáveis e defensora da justiça climática

O primeiro princípio e tema abrangente [dos 17 princípios da justiça ambiental] é que as comunidades mais afetadas por questões ambientais e climáticas devem falar por si mesmas, devem estar nas salas onde as decisões são tomadas.

Dr. Robert Bullard, considerado o criador da terminologia racismo ambiental, professor de Planejamento Urbano e Política Ambiental e diretor fundador do Bullard Center for Environmental and Climate Justice na Texas Southern University



Diálogo Regional da América da Norte

MUDANÇA DE NARRATIVA

O Dr. Yeshaq Tekola disse recentemente que o maior ato de revolução que podemos ter agora é conhecer nosso vizinho. Esses princípios estão enraizados na cooperação, na adesão à realidade regenerativa do nosso ecossistema como chave para enfrentar as mudanças climáticas, mas também no enfrentamento das narrativas de escassez falsas que permitem que a teoria da substituição domine, essa noção de 'eu não posso estar bem se você estiver bem'. Essa noção falsa de que não podemos todos estar bem juntos.

Jacqueline Patterson, pesquisadora e fundadora do Chisholm Legacy Project

Muitas vezes, [na nossa comunicação sobre as mudanças climáticas], não nos aprofundamos espiritualmente e emocionalmente. Se vamos salvar mais do nosso precioso planeta do que estamos a caminho de fazer, legislação sólida e regulamentos tecnicamente bem escritos terão muito a ver com isso. Mas, por favor, podemos parar de acreditar que uma racionalidade rigidamente controlada será a força inicial e motriz por trás da mudança de que precisamos e, em vez disso, nos comprometermos, juntos, a expressar coisas que sejam mais profundas e belas?

Reverendo Fletcher Harper, diretor-executivo da GreenFaith

Acho que falta uma peça: não temos uma história convincente, uma narrativa que inspire a mudança, uma história que nos conecte a algo maior do que nossos interesses pessoais de curto prazo. Precisamos de uma história bonita que valorize o planeta em vez dos lucros e a reciprocidade em vez da extração; falta a união entre ciência e espírito que expanda nosso pensamento do conhecimento para a sabedoria.

Dr. Robin Wall Kimmerer, escritora, poeta e cientista Potawatomi

MUDANÇA DE SISTEMAS

A racionalidade ambiental, entendida como uma alternativa crítica à racionalidade tecnoeconômica, abre novos horizontes históricos fundamentados em três princípios. Primeiro, o potencial emergente da vida no desdobrar criativo da diversidade geocultural. Segundo, uma política de diferença para a defesa dos direitos existenciais de povos diversos. E terceiro, uma ética da alteridade que permite a coexistência pacífica de múltiplos mundos por meio do diálogo entre sabedorias tradicionais e conhecimento moderno. A racionalidade ambiental abre novas maneiras de entender e habitar o planeta, dentro das condições para a vida na Terra.

Dr. Enrique Leff, sociólogo e filósofo, pesquisador emérito no Instituto de Pesquisa Social e no Sistema Nacional de Pesquisadores do México

Eu costumava pensar que os principais problemas ambientais globais eram a perda de biodiversidade, o colapso de ecossistemas e as mudanças climáticas. Achei que com 30 anos de boa ciência poderíamos resolver esses problemas. Mas eu estava errado. Os principais problemas ambientais são o egoísmo, a ganância e a apatia, e para lidar com eles precisamos de uma transformação espiritual e cultural, e nós, cientistas e advogados, não sabemos como fazer isso sem uma mudança séria de valores.

James Gustave Speth, advogado ambiental, cofundador do Natural Resources Defense Council e fundador do The World Resources Institute

Acredito que devemos ser muito claros de que a própria Conferência não mudará o mundo. A Conferência, claro, nos ajudará a moldar o que queremos e pelo que estamos trabalhando [...] Mas a mudança necessária está nas comunidades em campo, na implementação dos planos.

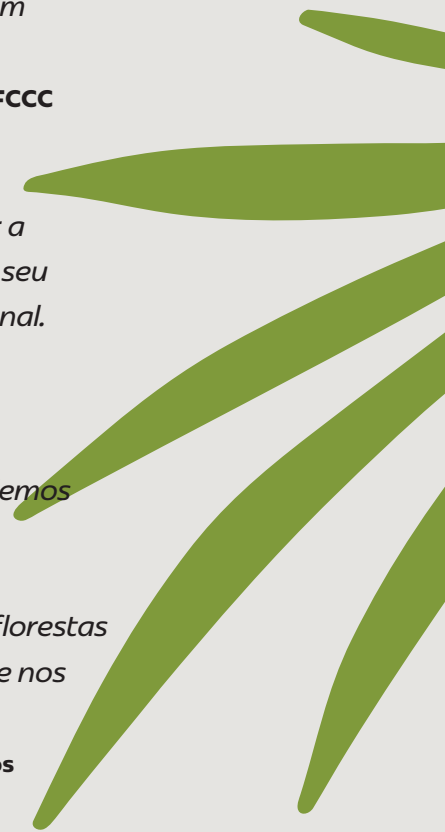
Embaixadora Patricia Espinosa, diplomata mexicana e ex-Secretária Executiva da UNFCCC

Mudar nosso sistema alimentar é, de certa forma, provavelmente o sistema catastrófico mais fácil de mudar. A maneira mais fácil de fazer isso é começar a comer do seu quintal, do seu agricultor local, ou ao menos saber de onde vem seu agricultor, apoiando a pequena agricultura familiar e comendo de forma sazonal.

Wes Gillingham, presidente do conselho da Northeast Organic Farming Association e cofundador do Catskill Mountainkeeper

Ainda tratamos a Mãe Terra, a fonte de toda a vida, como um objeto que podemos simplesmente destruir e não como um sujeito que devemos respeitar, honrar e agradecer. Portanto, para transformar essa realidade, precisamos acordar, precisamos mudar nossa perspectiva e reconhecer nosso planeta como rios, florestas e oceanos, seres vivos que merecem respeito, gratidão e direitos. [...] A lei deve nos ajudar a restaurar o equilíbrio.

Dra. Yenny Vega Cárdenas, advogada e cofundadora do Observatório Internacional dos Direitos da Natureza



TRANSIÇÃO JUSTA

Espero que, ao avançarmos para a COP30, abracemos realmente o princípio das sete gerações. E quando falamos em sete gerações, queremos dizer que não pensamos apenas em nós agora e em nossas ações e no que queremos seguir adiante, mas também naqueles que ainda não nasceram nesta Terra.

Sophia Powless, educadora climática, artista e ativista da Nação Onondaga

Também precisamos ir além dos princípios utilitaristas que sustentam o capitalismo global — que dizem que algumas pessoas simplesmente ficarão para trás — e não deixar ninguém para trás, mas abraçar uma estrutura de justiça e ajudar as pessoas que estão ficando para trás.

Thaddeus Pawlowski, cofundador e diretor-executivo do Center for Resilient Cities and Landscapes da Universidade Columbia e fundador da Partners in Public Design

O mercado está distorcido por 7 trilhões de dólares em subsídios a combustíveis fósseis todos os anos. E isso não está funcionando. Precisamos atuar em duas frentes, e isso significa que temos que regular tanto a produção quanto as emissões. [...] Se estamos aqui para falar sobre ética, precisamos entender que todo novo projeto de combustível fóssil, seja GNL ou fraturamento hidráulico ou perfuração de petróleo, custará vidas. [...] A indústria de combustíveis fósseis lucrou 3 bilhões de dólares por dia, todos os dias nos últimos 50 anos, em lucro puro. Eles não vão gerenciar seu próprio declínio.

Dra. Tzeporah Berman, diretora de programas internacionais da Stand.earth e fundadora e presidente da Iniciativa Tratado para não Proliferação de Combustíveis Fósseis





RECOMENDAÇÕES
AMÉRICA DO NORTE

Ações urgentes

Os participantes do sexto Diálogo Regional do Balanço Ético Global, representantes dos países da América do Norte, recomendam aos negociadores da COP30:

1	<p>Avançar em uma mudança ética de sistemas que redefina como medimos e buscamos o progresso climático, vá além do PIB, recriando sistemas de conhecimento e de alimentos, tendo como centro a justiça climática. Um primeiro passo é reconhecer esforços crescentes para garantir os direitos legais da natureza.</p>
2	<p>Integrar saberes diversos: considerar tanto a ciência moderna quanto os conhecimentos tradicionais, indígenas e espirituais na tomada de decisões durante e após a COP30. Que superem a insistência incessante em dados como único caminho para a verdade, reconhecendo saberes diversos como parte de uma estrutura ética global, capaz de inspirar paz, reconciliação e resiliência entre povos e natureza.</p>
3	<p>Construir uma transição justa e equitativa: planejar e implementar o fim da dependência de combustíveis fósseis de maneira justa e inclusiva, eliminando a participação de lobistas de combustíveis fósseis e desenvolvendo um Tratado de Não-Proliferação de Combustíveis Fósseis complementar ao Acordo de Paris. Garantir também acesso a recursos adequados, incluindo financiamento.</p>
4	<p>Priorizar a participação inclusiva e a proteção: garantir que povos indígenas, jovens, mulheres e comunidades locais tenham poder de decisão nas negociações climáticas. Proteger defensores ambientais contra a violência e assegurar que tenham proteção legal.</p>
5	<p>Adotar uma mudança de narrativa: negociadores da COP devem adotar uma comunicação mais acessível e inspiradora, indo além de relatórios densos e jargão técnico e diplomático, para narrativas que mobilizem a ação. Relatórios técnicos e de linguagem densa não mobilizam as pessoas e frequentemente criam barreiras de acessibilidade. Explorar novas formas de engajar não apenas líderes de nações, mas também pessoas e comunidades em todo o mundo, por meio da arte e de outros caminhos.</p>

Participantes

CO-LÍDER:

KARENNA GORE,

Fundadora e Diretora-Executiva do Center for Earth Ethics (Estados Unidos)

MODERADOR:

ROBERTO MÚKARO BORRERO,

Cacique da Tribo Guainía Taíno e presidente da Confederação Unida do Povo Taíno (Porto Rico)



México

ENRIQUE LEFF

Sociólogo, filósofo e humanista, autor pioneiro na teoria e prática do ambientalismo crítico. Pesquisador do Instituto de Pesquisas Sociais e do Sistema Nacional de Pesquisadores do México. Atuou anteriormente como chefe do Escritório do PNUMA no México.

PATRICIA ESPINOSA

Diplomata e negociadora multilateral de alto nível. Ex-secretária executiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC) e embaixadora do México na Austrália, Eslováquia, Eslovênia e Alemanha.

VERONICA RAYA

Anciã indígena do México Central, nativa mesoamericana dos povos Mexica e Purepecha-Otomi. Ela é pesquisadora sênior do Centro de Ética da Terra, com foco em relações com comunidades locais e trabalho cerimonial. Ela também é membro de longa data do Cetiliztli Nauhcampa Quetzalcoatl em Ixachitlán.



Bermudas

NOELLE YOUNG

Profissional bermudense canadense especializada em soluções sustentáveis e defensora da justiça climática. Atua como consultora para o Greenpeace UK e já trabalhou em programas de aquicultura sustentável no Caribe e em projetos de prosperidade oceânica nas Bermudas.



Canadá

DAVID SUZUKI

Auô, geneticista e radialista de Vancouver, British Columbia. Cofundador da David Suzuki Foundation. Recebeu, entre outros prêmios, um prêmio científico da UNESCO e uma medalha do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. De 1979 a 2024, Suzuki foi âncora do programa científico "The Nature of Things with David Suzuki", exibido no horário nobre da televisão canadense.

TZEPORAH BERMAN

Natural de London, província de Ontário, no Canadá, a Dra. Tzeporah Berman é uma especialista mundialmente reconhecida em políticas climáticas e eliminação gradual de combustíveis fósseis. Ela é Diretora de Programas Internacionais da Stand.earth e Fundadora e Presidente da Iniciativa do Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis.



Estados Unidos

REVERENDA ANGEL KYODO WILLIAMS

Autora visionária, estrategista, fundadora da Transformative Change e arquiteta do Healing Race Portal, uma intervenção global para curar o impacto da racialização.

REVERENDO FLETCHER HARPER

Diretor-executivo da GreenFaith, uma organização internacional, multirreligiosa e de base comunitária dedicada à justiça climática. É cofundador da Iniciativa Inter-religiosa para as Florestas Tropicais, uma aliança global dedicada ao fim do desmatamento tropical, e Shine, campanha internacional que apoia mulheres e iniciativas comunitárias de energia renovável na África.

JACQUELINE PATTERSON

Fundadora do Projeto Legado Chisholm: Um Centro de Recursos para Liderança Negra na Linha de Frente da Justiça Climática e anteriormente atuou como diretora-executiva da instituição. Foi diretora sênior do Programa de Justiça Ambiental e Climática da NAACP, coordenadora e cofundadora da Women of Color United (Mulheres de Cor Unidas) e analista sênior de políticas de direitos das mulheres na ActionAid.

JAMES GUSTAVE (GUS) SPETH

Aadvogado ambiental e líder histórico do movimento ambientalista estadunidense. Foi professor de Direito na Universidade de Georgetown, na Yale School of the Environment e na Vermont Law School. Fundador e ex-presidente do World Resources Institute.

JAMIE MARGOLIN

Escritora, cineasta, ativista e palestrante colombo-americana. Cofundou o movimento climático juvenil Zero Hour. Foi também uma das autoras das ações judiciais Our Children's Trust Youth v. Gov Washington State e Aji P. v. State of Washington.

YENNY VEGA CÁRDENAS

Aduogada, presidente e cofundadora do Observatório Internacional dos Direitos da Natureza, além de membro da rede de especialistas do programa Harmonia com a Natureza das Nações Unidas. Foi premiada com a Medalha da Coroação do Rei Carlos III por sua contribuição excepcional à proteção da natureza no Canadá.



Groenlândia

UNCLE ANGAANGAQ ANGAKKORSUAQ

Ancião esquimô-kalaallit, xamã, curandeiro tradicional, contador de histórias e portador do Qilaut (tambor de vento). Nascido na Groenlândia e criado em uma aldeia remota, ele tem falado extensivamente sobre o impacto das mudanças climáticas causadas pelo homem no gelo da Groenlândia, inclusive nas Nações Unidas.

MARCO TEDESCO

Cientista climático italiano, professor pesquisador no Lamont-Doherty Earth Observatory da Universidade Columbia, autor de The Hidden Life of Ice. Sua pesquisa foca em regiões polares. Liderou mais de 15 expedições à Groenlândia e à Antártica.

ROBERT BULLARD

Professor de planejamento urbano e políticas ambientais e diretor fundador do Bullard Center for Environmental and Climate Justice na Texas Southern University. Cofundador do HBCU Climate Change Consortium e da National Black Environmental Justice Network.

ROBIN WALL KIMMERER

Autora, poeta, cientista e integrante da Citizen Potawatomi Nation. Em 2015, discursou na Assembleia Geral da ONU sobre "Curar nossa relação com a Natureza". Autora de vários livros de destaque.

SOPHIA POWLESS

Educadora climática, artista e ativista da Nação Onondaga, parte da Confederação Haudenosaunee. Suas principais áreas de interesse incluem direitos fundiários, soberania e justiça ambiental.

THADDEUS PAWLOWSKI

Cofundador e Diretor-Executivo do Center for Resilient Cities and Landscapes da Universidade Columbia, que mobiliza pesquisa e design para desenvolver soluções de adaptação climática. Fundador da Partners in Public Design, que ajuda comunidades em processos de transformação positiva no ambiente construído.

WES GILLINGHAM

Presidente do Conselho da Northeast Organic Farming Association e copresidente do comitê de políticas. Agricultor há mais de 30 anos, é cofundador da Catskill Mountainkeeper, organização de defesa ambiental.



Foto: Fernando Donasci/MMA



Díálogo Regional da África





COP30 BRASIL AMAZÔNIA BELÉM 2025

Apoio:



Realização:

MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES
EXTERIORES

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

